



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**ADEMIR MIGUEL SALINI**

**COLONIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM  
DO OESTE CATARINENSE (1930 a 1970)**

**CHAPECÓ – SC, 2018**

**ADEMIR MIGUEL SALINI**

Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de mestre em história. Sob a orientação do Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho e co-orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mirian Carbonera.

CHAPECÓ  
2018

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS**

SALINI, Ademir Miguel. Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970) / Ademir Miguel Salini. -- 2018.  
150 f.:il.

Orientador: Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho.

Co-orientador: Dra. Mirian Carbonera.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História-PPGH, Chapecó, SC , 2018.

1. História Ambiental. 2. Colonização. 3. História Regional. I. Carvalho, Miguel Mundstock Xavier de, orient. II. Carbonera, Mirian, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**ADEMIR MIGUEL SALINI**

**COLONIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM  
DO OESTE CATARINENSE (1930 a 1970)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em  
História defendido em banca examinadora em 19 / 11 / 2018

Aprovado em: 19 / 11 / 2018

**BANCA EXAMINADORA**

*Miguel M. X. de Carvalho*

Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho - UFFS  
Presidente da banca/orientador

Prof. Dra. Mirian Carbonera - UFFS  
Co-orientadora

Prof. Dr. Marcos Gerhardt - UPF  
Membro externo

*Marlon Brandt*  
Prof. Dr. Marlon Brandt - UFFS  
Membro interno

Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto  
Suplente

Chapecó/SC, novembro de 2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para que este momento fosse possível. Na conquista há sempre muitas pessoas que direta ou indiretamente estão envolvidas. Gostaria de agradecer a todos (as), em especial:

Aos professores do mestrado pelo aprendizado, orientações e conselhos. De forma muito especial ao Prof Miguel Mundstock Xavier de Carvalho que sabiamente me orientou e sempre trouxe palavras de tranquilidade e de incentivo nesta caminhada. A Prof Mirian Carbonera, co-orientadora desta pesquisa, a qual as vezes me estranha chamá-la de professora, pois são mais de 13 anos de convívio quase que diário de coleguismo, amizade e que tenho profundo carinho e estima por vossa pessoa.

Aos professores da banca Marlon Brandt, Marcos Gerhardt e Samira Moretto pela leitura e suas considerações pertinentes a esta pesquisa.

Aos meus colegas, funcionários e estagiários do Ceom, que me auxiliarem no levantamento de fontes, na digitalização de documentos e contribuíram com ideias e conversas de incentivo.

A minha família que sempre me apoiou. A qual sou muito grato e os amo muito.

Em memória do meu pai, que aonde estiver, estará feliz com a realização desta conquista.

Onde quer que as duas esferas, natural e cultural, se confrontem ou interajam, a História Ambiental encontra seus temas essenciais.

Donald Worster

## RESUMO

Neste trabalho analisamos as práticas de exploração e interação entre a população do oeste catarinense com o ambiente natural, cujo objetivo foi perceber como a paisagem regional passou por intensas transformações durante o processo de colonização, compreendido nesta pesquisa entre 1930 a 1970. Nos valem metodologicamente da História Ambiental, que busca entender a interação entre o ser humano e a natureza em diferentes contextos políticos, históricos, ecológicos e culturais. Para tanto, usamos de variada gama de fontes documentais, produzidas pelas colonizadoras, madeireiras, órgãos públicos, reportagens de jornais locais, dados do IBGE, Leis e Decretos, além de imagens cartográficas e fotográficas produzidas no contexto desta pesquisa, assim como foi realizada uma análise de fontes orais e bibliográficas sobre a região oeste catarinense. Percebemos que o modelo de colonização regional, pautado na pequena propriedade, envolveu práticas de apropriação da natureza que alteraram de forma marcante o ambiente, onde a floresta nativa cedeu lugar para diferentes usos e ocupação do solo. Assim, a interação entre humanos e não humanos foi remodelando a paisagem regional. Se por um lado, a transformação da paisagem foi reflexo do modelo de ocupação, do uso do espaço, bem como das práticas de interação e exploração dos recursos naturais, por outro se evidenciou que os aspectos ambientais do oeste catarinense também contribuíram e influenciaram na formação sociocultural.

Palavras-chave: Colonização. Meio Ambiente. Interação. Oeste catarinense.

## **ABSTRACT**

In the studies made, the farming practices and interactions between the western population of Santa Catarina and the natural environment were analyzed, having as a main objective to discover how it influenced the transformations in the regional landscapes over the colonization process, established, in this research, between 1930 and 1970. The studies were done by the using of the Environment History, that intends to understand the interaction between the human being and nature in different political, historical, environmental and cultural aspects and contexts. To accomplish it, several documentary sources, offered by the colonizers, logging companies, public agencies, local newspapers' reports, IBGE data, laws and ordinances, mapping images, photos taken to this research, plus the analysis of oral and bibliographic material about the western side of Santa Catarina. It is possible to realize that the regional colonization model, based on the small property, involved nature appropriation practices that have dramatically changed the environment, where the native forest has given place to different uses and occupations of soil. Thus, the interaction between humans and not humans has been changing the regional landscapes. If, on one hand, the transformation was a reflection of the occupation model, the use of the space, and of the interaction of practices and exploration of natural resources, on the other hand, the environmental aspects of the western of Santa Catarina were highlighted and have contributed and influenced the social and cultural formation.

Key words: Colonization. Environment. Interaction. Western of Santa Catarina.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bacia hidrográfica do rio Uruguai no território brasileiro, destacando o Alto Uruguai.....	22
Figura 2 - Bioma Mata Atlântica no território brasileiro, segundo limites estabelecidos pela Lei N° 11.428, de 22 de dezembro de 2006.....	26
Figura 3 - Distribuição das Florestas Ombrófila Mista e Estacional decidual no oeste catarinense.....	28
Figura 4 - Vista da Floresta Estacional Decidual no alto Uruguai, década de 1920.....	31
Figura 5 - Mata de Araucária. Oeste catarinense, década de 1960.....	32
Figura 6 - Mapa do retalhamento das terras no oeste catarinense pelas colonizadoras...	42
Figura 7 - Mapa das terras da Colonizadora Bertaso de 1941, com localização das duas regiões fitoecológicas.....	52
Figura 8 - Pescaria. Atual município de Caibi/SC, na primeira metade do século XX.....	56
Figura 9 - Caçada. Palmitos/SC, primeira metade do século XX.....	58
Figura 10 - Plantação em meio a mata derrubada, São Miguel do Oeste na década de 1930.....	62
Figura 11 - Arando a terra no oeste catarinense (entre as décadas de 1940 -1950).....	63
Figura 12 - Grupo de colonos em meio a mata no corte e desdobre da madeira com método manual na década de 1930, em Chapecó SC.....	75
Figura 13 - Fluxograma das etapas de extração até comercialização da madeira.....	87
Figura 14 - Balsa no rio Uruguai na década de 1940.....	91
Figura 15 - Organograma do Instituto Nacional do Pinho (NP).....	108
Figura 16 - Guia de exportação de madeira por via fluvial.....	112
Figura 17 - Sede da FLONA Chapecó na década de 1960.....	117
Figura 18 - Reportagem do Jornal Oestão, publicada em 13 de março de 1979.....	126

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados em porcentagem das florestas por região fitoecológica em Santa Catarina.....	27
Tabela 2 - Espécies de árvores por regiões fitoecológicas.....	29
Tabela 3 - Dados das terras vendidas (%) da Colonizadora Bertaso.....	51
Tabela 4 - Produtos naturais extraídos em Chapecó em 1940.....	64-65
Tabela 5 - Produção agrícola de Chapecó em 1940.....	65-66
Tabela 6 - Dados demográficos de Chapecó entre 1920 a 1970.....	67
Tabela 7 - Registro de consumo de lenha (m <sup>3</sup> ) pela olaria Santa Maria.....	79
Tabela 8 - Relação dos Agentes Florestais do Município de Chapecó.....	99-100
Tabela 9 - Relação de serradores e árvores abatidas.....	100
Tabela 10 - Relação de árvores abatidas e existente no ano de 1970.....	120

## **LISTA DE SIGLAS**

CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

DGE - Diretoria Geral de Estatística

FED – Floresta Estacional Decidual

FLONA – Floresta Nacional de Chapecó

FOM – Floresta Ombrófila Mista

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INP – Instituto Nacional do Pinho

LETGB - Livro de Escritura de Terras da Colonizadora Bertaso

MDCB - Memorial Descritivo da Empresa Colonizadora Bertaso

SRU – Serviço do Rio Uruguai

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	14
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
1.3 METODOLOGIA E AS FONTES.....	17
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	19
<b>2. MEIO AMBIENTE E POVOAMENTO.....</b>	<b>21</b>
2.1 A FORMAÇÃO NATURAL.....	21
<b>2.1.1 Formação geológica e hidrográfica.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.2 A Formação Florística.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1.3 A Fauna.....</b>	<b>34</b>
2.2 A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO.....	36
<b>2.2.1 “Vencendo a natureza selvagem”: os colonos no processo de transformação da paisagem.....</b>	<b>46</b>
<b>3. A COLONIZAÇÃO E A INTERAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS.....</b>	<b>54</b>
3.1 A CAÇA E A PESCA.....	54
3.2 A FLORESTA QUE CAI, A ROÇA QUE SURGE.....	60
3.3 A EXPLORAÇÃO DAS ESPÉCIES ARBÓREAS E SEU EMPREGO COMO MATÉRIA-PRIMA.....	70
3.4 A INDÚSTRIA MADEIREIRA.....	80
3.5 AS PRÁTICAS DE EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO DA MADEIRA.....	85
<b>4. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E A PAISAGEM TRANSFORMADA.....</b>	<b>95</b>
4.1 A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....	95
<b>4.1.1 O código Florestal de 1934 e os Agentes Florestais.....</b>	<b>98</b>
<b>4.1.2 O Instituto Nacional do Pinho.....</b>	<b>106</b>
4.2 A MUDANÇA DA PAISAGEM E AS CONSEQUÊNCIAS DO DESMATAMENTO.....	122

<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>136</b>
<b>7. FONTES.....</b>	<b>146</b>
7.1 FOTOGRAFIA.....	146
7.2 DEPOIMENTOS ORAIS.....	146
7.3 JORNAIS.....	147
7.4 OUTROS (DOCUMENTAÇÃO OFICIAL).....	148

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A composição ambiental da região oeste catarinense é predominantemente marcada pela densa cobertura vegetal da Floresta Ombrófila Mista, pela Floresta Estacional Decidual e manchas de Campos, inseridos no Bioma da Mata Atlântica. Esta composição florestal na bacia do alto Uruguai proporcionou um cenário que historicamente serviu de habitat para diferentes grupos humanos – indígenas, caboclos e colonos.

A partir da segunda década do século XX, com a colonização, o aumento demográfico, a limpeza das terras para a agricultura e a extração da madeira no oeste catarinense, acelerou-se o processo de desmatamento das florestas comparativamente a períodos anteriores. Assim, esta pesquisa objetivou analisar as práticas de interação, exploração e as formas de produção que estes grupos, principalmente os colonos, estabeleceram com o meio, a flora, a fauna e a hidrografia e que desencadearam profundas mudanças na paisagem do oeste catarinense entre 1930 e 1970. A opção do recorte temporal estabelecido nesta pesquisa insere-se no contexto do auge do processo de colonização e da intensa atividade madeireira no oeste catarinense.

Assim, este trabalho vincula-se na linha de pesquisa “História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente” do mestrado em História, da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS - *Campus* Chapecó. A linha tem como objetivo compreender os processos históricos de intervenção humana no meio ambiente e a influência do mesmo sobre as sociedades humanas em diferentes contextos políticos, históricos, ecológicos e culturais.

Cabe ressaltar que temas como a ocupação do espaço, a colonização e a atividade madeireira do oeste catarinense são assuntos abordados nos trabalhos de Bellani (1991), Werlang (2006), Vicenzi (2008), Renk (1997, 2006), Hass (1997), Poli (2006), Carbonera (2014) e outros, que resultaram em pesquisas de suma importância para a compreensão da história regional. Essas pesquisas trazem uma abordagem da história social, cultural, política, ou da antropologia e da arqueologia. Mais recentemente, pesquisadores como Silva, Brandt, Carvalho (2015), Brandt, Nascimento (2015), Radin, Salini (2015), Nodari, Carvalho (2015), Silva, Brandt, Moretto (2017), Salini, Carbonera (2017) tem abordado temas relacionados ao oeste catarinense sob o

viés teórico e metodológico da história ambiental.

## 1.2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento desta pesquisa, usamos a abordagem teórica e metodológica da História Ambiental, que enquanto disciplina tem seu surgimento associado ao contexto das manifestações sociais emergentes, na década de 1970, nos Estados Unidos da América. É também neste âmbito que se cria o primeiro curso de História Ambiental na Universidade da Califórnia (Santa Barbara). Através da história ambiental, tem-se buscado aprofundar a compreensão de como a ação humana tem interferido e impactado na natureza e, o inverso, de como os aspectos naturais interferem na formação sociocultural humana. De acordo com Donald Worster, um dos principais historiadores ambientais estadunidense:

A história ambiental é, em resumo, parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e “supernatural”, de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas (WORSTER, 1991, p. 199).

Ressalta-se a contribuição da história ambiental no âmbito de somar e ampliar o leque de possibilidades investigatórias, ou seja, se constitui como uma disciplina interdisciplinar e inclusiva que passa a ser fundamental para o desenvolvimento das pesquisas nos variados campos do conhecimento científico. Cabe evidenciar os geógrafos que debruçam seus estudos sob a influência da história ambiental e, ao mesmo tempo contribuem no amadurecimento metodológico da disciplina. Como afirma Corrêa “A história ambiental, por também focar o meio ambiente por meio do estudo da paisagem, tem muito a contribuir, recompondo essa memória social” (CORRÊA, 2008, p. 136).

O estudo da paisagem é um tema bastante marcante nas discussões ambientais, introduzida pela Geografia e mais recentemente incorporada pela história ambiental, ampliando assim a reflexão sobre a paisagem para além de uma descrição técnica do relevo, da vegetação, da hidrografia:

(...) não se trata mais de contentar-se em descrever o meio ambiente no qual vivem e trabalham os homens; o que se preocupa em compreender são as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o

ambiente que eles transformam as identidades que ali nascem ou se desenvolvem (CLAVAL, 2004, p.71).

Portanto, a constituição de uma paisagem está estritamente ligada às relações que se estabelecem entre os grupos humanos e os recursos que o ambiente natural disponibiliza: a paisagem é uma construção humana. Ou seja, na análise de Milton Santos, “a sociedade produz a paisagem, mas isso jamais ocorre sem mediação” (SANTOS, 2004, p. 61). Cabe considerar que a paisagem é dinâmica, resultado da acumulação de tempos, com objetos do presente e do passado implantados com diferentes intencionalidades e usos. “A Natureza, ou a Terra, também tem suas dinâmicas próprias e independentes de qualquer projeto humano” (NODARI; CARVALHO, 2015, p. 295).

Ainda sobre a disciplina de história ambiental, no Brasil ela é introduzida nas discussões acadêmicas em meados da década de 1990, contribuindo significativamente também no campo da história regional. Como afirma Drummond, a história ambiental “revela ligação também com a história regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos, embora tipicamente os limites dessas áreas sejam naturais, e não sociais ou políticos” (DRUMMOND, 1991, p. 181). Outros estudos atentam a importância de valorizar a hidrografia da região, inclusive num exercício de usá-la como recorte espacial para a pesquisa, como se observa:

(...) a água constitui um dos elementos físicos mais importantes na composição da paisagem terrestre, interligando fenômenos da atmosfera interior e da litosfera, e interferindo na vida vegetal, animal e humana, a partir da integração com os demais elementos do seu ambiente de drenagem (COELHO NETTO, 1998, p. 93).

Outros temas que anteriormente passavam despercebidos nas análises dos historiadores, agora são incluídos pela história ambiental, como afirma José Augusto Pádua,

A produção atual engloba tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais. A pesquisa em história ambiental, de toda maneira, até pelo próprio fato de ser “ambiental”, não costuma se fazer na abstração das teorias puras, mas sim nas contradições de lugares e experiências vividas. Na maioria das vezes, ela se dá por meio de recortes geográficos e biofísicos concretos: uma região florestal, uma bacia hidrográfica, uma cidade, uma zona agrícola (PÁDUA, 2010, p. 96).

Trata-se de evidenciar o ambiente natural sem perder de cena a ação humana. Como afirma Worster “(...) qualquer reconstrução dos ambientes do passado tem que



incluir não apenas florestas e desertos, jiboias e cascáveis, mas também o animal humano e o seu sucesso ou fracasso no ato de se reproduzir” (1991, p. 206). Portanto, não se trata de excluir o ser humano da história, mas integrá-lo no meio ambiente, ou seja, trazer o ambiente natural de uma determinada região para a análise da formação e do desenvolvimento cultural, econômico e social.

Um dos princípios metodológicos da história ambiental é estabelecer como recorte espacial uma região com certo grau de identidade natural ou de homogeneidade, como uma floresta, um rio ou um vale. Reforçando assim a concepção de que a história ambiental está intrinsecamente relacionada com a história regional. Ainda, como afirma Cérri “(...) a região é uma construção antes de tudo humana, e, portanto, submetida a uma determinada historicidade” (1996, p. 713).

Neste sentido, analisamos o oeste catarinense, a partir dos limites fixados em 25 de agosto de 1917, que abrangia um território de 14.053 km<sup>2</sup>, estendendo-se do rio Irani até o Peperi-Guaçú na fronteira com a Argentina, que até os anos de 1940 era também denominado de o “Velho Xapecó” (RENK, 2006, p. 09). No entanto, para além desta definição geopolítica, o entendimento de região oeste catarinense também perpassa pela formação ambiental, essencialmente a Floresta Estacional Decidual a Floresta Ombrófila Mista e a bacia hidrográfica do alto rio Uruguai. Inseridos a estes aspectos naturais, tem-se os grupos humanos que aqui se estabeleceram – indígenas, caboclos e colonos – os quais nas suas práticas de existência interagiram com o meio, por vezes de forma mais moderada, outras vezes mais impactante. São estas características ambientais, históricas, humanas, políticas e sociais, brevemente apresentadas, que fundamentam o entendimento de região oeste catarinense para fins desta pesquisa.

Cabe salientar, que após a criação oficial do município de Chapecó, em 1917, as empresas colonizadoras, num projeto em parceria com o estado catarinense, propiciaram a vinda de colonos oriundos do Rio Grande do Sul, na maioria descendentes de italianos, alemães e poloneses. A instalação destes colonos em terras do oeste catarinense acelerou as mudanças no meio ambiente regional. Neste sentido, buscamos perceber a transformação da paisagem regional, resultado da interação e exploração humana no ambiente natural entre as décadas de 1930 a 1970, período esse que foi o auge do processo de colonização e da exploração da madeira no oeste catarinense.

### 1.3 METODOLOGIA E AS FONTES

Os resultados alcançados neste trabalho estão vinculados à análise das fontes históricas disponíveis. Para tanto, entendemos como fonte de pesquisa uma variedade de registros. O conceito de documento foi ampliado ao longo do século XX, sob o viés da História Nova, fruto da Escola dos Annales:

(...) a história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc (LE GOFF, 1998, p. 28).

O uso das variadas fontes documentais é uma premissa metodológica da história ambiental, incorporando nas análises investigatórias, uma vasta gama de fontes, sejam elas escritas ou não escritas, orais e visuais (DRUMMOND, 1991). Portanto, metodologicamente a história ambiental inclui nas suas investigações variados acervos, o que enriquece as análises e ao mesmo tempo desafia o historiador em saber lidar com essa variedade de fontes e informações.

Sendo assim, de modo geral, realizamos uma análise bibliográfica sobre a região oeste catarinense, com enfoque nos temas: aspectos ambientais – a flora, a fauna e o rio Uruguai; a ocupação e colonização regional – índios, caboclos e colonos; a atividade madeireira – extração, comercialização e organização social entorno da madeira.

Estão inseridos na dissertação os jornais de circulação regional, produzidos no período estudado, os quais trazem inúmeras reportagens referentes ao desenvolvimento da sociedade regional, tendo como base as práticas de exploração efetuadas pelos grupos humanos no ambiente natural. As reportagens abordam temas como: colonização, atividade madeireira, caça, pesca, entre outros, ampliando a possibilidade de interpretação de como a sociedade regional se relacionou com o espaço e o meio. Os jornais também reproduzem concepções das autoridades governamentais ou não, sobre temas ligados aos problemas ambientais que se tornam mais visíveis a partir da segunda metade do século XX. Outra fonte importante são os processos cíveis e inquéritos policiais, que evidenciam ações de descumprimento das leis no âmbito fiscal, tributário e ambiental pela população e/ou as instituições regionais, referentes às atividades colonizatória, expropriação de terra, madeireira, balsas, caça e pesca.

Outras fontes significativas são as cartografias e as imagens fotográficas

históricas, que demonstram aspectos do cotidiano dos colonizadores, a caça, a pesca, a exploração da madeira e a agricultura. Estas fontes são primordiais para entender o processo de transformação da paisagem durante o período da colonização regional.

Privilegiou-se também a análise de depoimentos orais que trazem relatos e passagens da vida cotidiana da população local em lidar com a floresta, com a fauna e muitos deles, por exemplo, se inserem no contexto da atuação dos balseiros que testemunharam e participaram da extração e comércio da madeira, elemento importante para entender a mudança na paisagem.

Entre alguns acervos históricos, convém destacar os que são oriundos de instituições públicas ou privadas que atuaram na região oeste catarinense, como: a Colonizadora Bertaso (Acervo do CEOM/Unochapecó), a Colonizadora Sul Brasil (Acervo Museu Municipal de Pinhalzinho e Museu Municipal de Maravilha) e a Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda (Acervo do CEOM/Unochapecó); as instituições públicas como: Prefeitura Municipal de Chapecó (Arquivo Público de Chapecó e CEOM/Unochapecó). Estas instituições produziram uma gama de documentos que foram substanciais para o desenvolvimento da pesquisa proposta. Ainda, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foram consultados e trazem informações relevantes sobre a extração, a produção vegetal e agrícola regional do período estudado.

Além das fontes citadas acima, foram analisados os decretos e leis que abordam principalmente as questões ambientais de exploração da fauna e flora, como: o Decreto N. 23.793 de 1934 que aprova o Código Florestal Brasileiro, o Decreto-Lei Estadual de Santa Catarina N. 132 de 1938, o Decreto N. 3.124 de 1941 que cria o INP, o N. 4.813 de 1942 e, o decreto N. 23.672 de 1934 que aprova o código de caça e pesca no Brasil. A análise das leis juntamente com os documentos relacionados a execução, foi fundamental para compreender como as autoridades governamentais em diversos períodos históricos trataram as questões pertinentes à exploração, comercialização, preservação da fauna e flora. Por meio da análise de inúmeros documentos produzidos pelos órgãos legais, buscou-se perceber como a sociedade regional cumpriu ou burlou tais leis e, como isso contribuiu para a mudança da paisagem regional.

Para além das fontes citadas, outros documentos relacionados direta ou indiretamente com o tema estão integrados na dissertação. Cabe ressaltar que nem um documento é neutro, sendo assim os mesmos foram analisados com olhar interdisciplinar e crítico, no intuito de investigá-los e confrontá-los no sentido de

subsidiar e nortear as reflexões desta pesquisa.

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação é composta por três capítulos. O primeiro tem por objetivo evidenciar a composição natural da região oeste catarinense, abordando a formação geológica, a hidrografia, a fauna e principalmente a flora. Neste capítulo, atentamos para a composição da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Decidual, que fazem parte do Bioma Mata Atlântica brasileira. Busca-se ainda, contextualizar o processo de ocupação e migração dos diferentes povos a esta região (índios, caboclos e colonos). Assim como algumas descrições do ambiente natural do início do século XX e algumas ações dos primeiros colonos ao se instalarem no oeste catarinense.

No segundo capítulo, inicialmente tratamos das práticas de caça e pesca desenvolvidas pela população regional em meio ao processo colonizatório. Posteriormente abordamos a interação e exploração do ambiente natural, como os usos da floresta no contexto familiar ou como matéria prima da sociedade capitalista. Tratamos das práticas de derrubada da floresta e o emprego da madeira como matéria-prima essencial para a infraestrutura regional no contexto colonizatório, a partir da segunda década do século XX. Depois da derrubada da floresta, o uso do solo era destinado, especialmente para a agricultura e a pecuária. Ainda neste capítulo, discutimos sobre o papel da indústria madeireira na região, mostrando todo o processo desde as práticas de derrubada, transporte terrestre, comércio, as balsas, finalizando com o declínio da atividade madeireira nos anos de 1970.

Por fim, no terceiro capítulo, analisamos a aplicação da legislação ambiental no oeste catarinense partir de um diálogo entre leis e fontes primárias. Buscamos trazer alguns elementos que se formaram a partir da legislação analisada e que constituem a paisagem regional. Discutimos como as práticas decorrentes, principalmente, da colonização e da atividade madeireira (1930-1970) provocaram mudanças na paisagem, com diminuição da cobertura florestal, da fauna e degradação do solo. Finalizamos com algumas reflexões sobre a mudança da paisagem decorrente do modelo de colonização adotado.

## 2. MEIO AMBIENTE E POVOAMENTO

Este capítulo tem por objetivo descrever a composição natural e a ocupação humana no oeste catarinense. Retratando a formação geológica, hidrográfica, faunística e florística, com destaque para a Floresta Ombrófila Mista e a Floresta Estacional Decidual que fazem parte do Bioma Mata Atlântica brasileira e são predominantes na região estudada. Busca-se ainda contextualizar o processo de ocupação e migração dos diferentes povos a esta região - índios, caboclos e colonos. Assim como algumas descrições do ambiente natural no início do século XX.

### 2.1 A FORMAÇÃO NATURAL

#### 2.1.1 Formação geológica e hidrográfica

O território do oeste catarinense integra em termos de geologia a bacia do Paraná. Uma bacia intracratônica, preenchida por rochas sedimentares vulcânicas. São encontradas rochas aflorantes constituídas essencialmente por vulcanitos da Formação Serra Geral, de idade juro-cretácea, dispostos sobre os arenitos da Formação Botucatu, sendo suportados pelas demais unidades sedimentares e paleozóicas da Bacia do Paraná (CARBONERA, 2014).

Esta unidade geomorfológica compreende uma extensa área do rio Iguaçu ao rio Uruguai com altitudes que variam entre 1.000 a 300 metros, porém com algumas extremidades de 1.300 metros de altitude na região de serra de Chapecó e de apenas 150 metros nas encostas do rio Uruguai na região de Itapiranga, já próximo a Argentina:

Em função da inclinação para oeste do Planalto Vulcânico é que as águas escoam no sentido oeste na bacia do rio Uruguai, até a divisa com a Argentina e depois seguem rumo ao sul em direção ao rio da Prata, localizado entre Argentina e Uruguai. Parte das águas do Planalto Sedimentar escoam para leste, indo compor as vertentes litorâneas que existe desde o norte até o sul de Santa Catarina (SEVEGNANI; SCHROEDER, 2013 p. 58).

A principal drenagem da região é o rio Uruguai. A bacia do rio Uruguai ocupa uma área de 365.000 km<sup>2</sup>, da área total aproximadamente 48% encontra-se em território brasileiro, sendo entorno de 49.000 km<sup>2</sup> situados no estado de Santa Catarina e 130.000 km<sup>2</sup> no Rio Grande do Sul (MAGRI et al., 2008). Em território catarinense se constitui inclusive como a maior bacia hidrográfica do estado, chegando a 49.573 Km<sup>2</sup>, ocupando aproximadamente 51% do território catarinense (SCHEIBE, 1986) e, no oeste, abarca

uma variedade de rios e riachos:

(...) dentre os de curso perene e grande volume de água, pela ordem, destacam-se: o Uruguai, o Antas, o Chapecó, o Chapecozinho, o Irani, o Peperi-Guaçu (divisa do Brasil com a Argentina), o Ouro, o Macaco Branco, Saudades, Rodeio Bonito, Chalana, Burro Branco, Iracema, Sargento, Golfo, Feliciano. (...) E dos riachos (...) Passo dos Índios e Passo dos Fortes, que banham a cidade de Chapecó (FORTES, 1990, p. 27-28).

Como referenciado por Fortes, entre os inúmeros riachos e rios que banham a região oeste catarinense, destaque-se o rio Uruguai, o qual se origina na Serra Geral, da confluência dos rios Pelotas e Canoas, cujas nascentes se localizam, respectivamente, no Morro da Igreja e no Campo dos Padres (PRATES et al., 1989). O rio Uruguai percorre um total de 2.262 km até o estuário do Prata, do qual fazem parte também os rios Paraná e Paraguai (Figura 1).

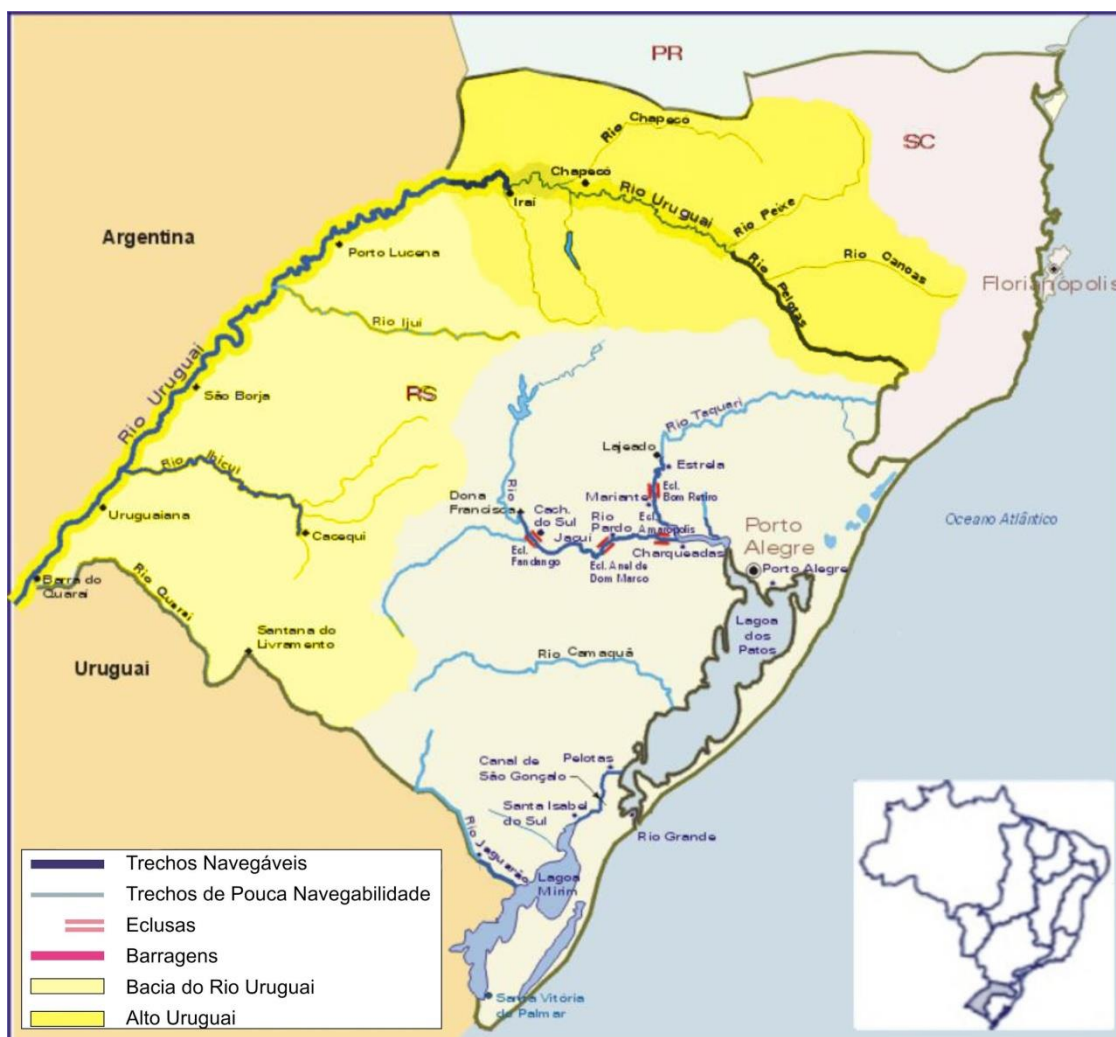


Figura 1. Bacia hidrográfica do rio Uruguai no território brasileiro, destacando o Alto Uruguai  
Fonte: Adaptado de Costa (2012, p. 16).

No percurso brasileiro, na sua porção inicial, o rio Uruguai serve de limite interestadual entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Nesta região, o rio Uruguai tem como principais afluentes na margem direita o rio do Peixe, Irani, Chapecó, São Domingos, Antas, Peperi-Guaçú entre outros e, na margem esquerda as águas do rio Passo Fundo, Forquilha, Ligeiro, da Várzea, Guarita e Turvo. Já na parte mais baixa, marca a fronteira entre Argentina e Uruguai desaguando no Rio da Prata.

Ainda, na bacia do alto rio Uruguai, na margem direita, destaca-se a presença de estâncias de águas termais, nos municípios de Águas de Chapecó, São Carlos, Piratuba, Palmitos, Caibi e Mondaí (PRATES et al., 1989). Estas águas termais têm sido usadas como espaço de atração turística e apontadas como importante recurso natural. Destacado ainda na viagem de 1929, quando em excursão oficial ao oeste catarinense, o governador do estado Adolfo Konder junto a sua comitiva, em passagem a esta região, salienta que “As thermas do Chapecó representam uma das imensas riquezas daquela região privilegiada” (COSTA, 1929, p. 23).

O percurso total do rio Uruguai é fisicamente dividido em três regiões: o Salto do Yucumã separa o alto do médio rio Uruguai, à medida que a barragem do Salto Grande, divide o médio do baixo Uruguai.

(...) alto rio Uruguai, onde se caracteriza por um forte gradiente topográfico, o que propicia alto potencial de geração hidrelétrica; médio rio Uruguai, assumindo a condição de fronteira. Economia local baseada em suinocultura e agricultura de soja e milho; e médio baixo rio Uruguai, que se desenvolve pela Campanha Gaúcha, com aproveitamento de suas águas para irrigação da rizicultura. (CRAVO, 2010, p. 01).

Na parte alta, o rio Uruguai tem forte potencial hidrelétrico. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, implantou-se grandes obras: a Usina Hidrelétrica de Itá<sup>1</sup> e a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó<sup>2</sup>, ambas no rio Uruguai. Entre as alterações desencadeadas, pode-se afirmar que:

Esses grandes reservatórios mudam a dinâmica da água do rio, passando de ambientes lóticos (rios com água corrente e em corredeiras) para lênticos (trechos de rios com água represada com baixa velocidade). Esta mudança afeta toda a biodiversidade dos rios e dos ecossistemas limítrofes (SEVEGNANI; SCHROEDER, 2013, p. 211).

---

<sup>1</sup> Situada entre Aratiba, Rio Grande do Sul, e Itá, Santa Catarina, a usina foi construída na Volta do Uvã, no Rio Uruguai. Sua primeira unidade geradora começou a operar no dia 08 de julho de 2000.

<sup>2</sup> Instalada no Rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó, em Santa Catarina, e Alpestre, no Rio Grande do Sul. Sua primeira unidade geradora começou a operar em 14 de outubro de 2010.

Cabe salientar que, se por um lado o rio Uruguai serve como limite físico entre os estados, por outro lado se constitui como um elemento natural que unifica a região. Ou seja, a importância que o rio tem para a região oeste catarinense extrapola a concepção de um limite alienador.

Por mais arbitrários e rígidos que sejam os limites, os grupos fronteiriços, independente de suas nacionalidades, tem a tendência de manter vivos os laços que possuíram com os lugares e sua cultura de origem, estabelecendo interações de todo o tipo entre ambos os lados artificialmente separados (HEINSFELD, 2015, p. 35).

O rio Uruguai permite a existência de uma fronteira que, de acordo com Heinsfeld não separa e sim unifica os povos que habitaram e habitam ambos os lados.

O convívio que se estabeleceu ao longo da história entre os moradores das ‘encostas’ do rio Uruguai, ajudam a entender sua importância na fixação e no desenvolvimento da população regional. Entre outros, citamos o relato trazido por Zedar Perfeito da Silva<sup>3</sup>, que reforça a concepção de reciprocidade nas práticas comerciais entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Embora situada no Estado de Santa Catarina, a Colônia Porto Feliz de Mondaí pertence econômica e topograficamente ao Estado do Rio Grande do Sul, pois para o mesmo converge toda sua vida comercial. A exportação de seus produtos constituídos pelo fumo em folha, porcos vivos, banha, etc., é encaminhado para as praças rio-grandenses, como também dessas praças provêm, na maioria, as mercadorias que são consumidas na colônia, considerando-se a grande deficiência dos meios de comunicação, com os centros comerciais de Santa Catarina, não só pelo péssimo estado das estradas de rodagem até agora existentes, como também a longa distância a que separa a Colônia dos mesmos (SILVA, 1950, p. 330).

Se por um lado a navegação com grandes embarcações na região era impraticável devido aos inúmeros saltos e corredeiras, pois “os rios são de perfis longitudinais fortemente irregulares, inclusive o rio Uruguai” (PELUSO JUNIOR, 1986, p. 27), por outro lado, as pequenas embarcações (canoas, balsas, jangadas) foram muito utilizadas, propiciando práticas de comércio. Neste sentido, já no período histórico, uma das primeiras atividades comerciais que utilizaram as águas do rio Uruguai como via de transporte, foi o comércio da erva-mate em meados do século XIX.

---

<sup>3</sup> Zedar Perfeito da Silva residia na capital do Estado (Florianópolis). Viajou pela primeira vez pelo Oeste Catarinense em fins dos anos de 1940.



Um dos primeiros aventureiros a descer pelo rio Uruguai em 1868 com um carregamento de 300 arrobas de erva-mate foi João Batista Lajus (pai). Contava ele com a ajuda de alguns índios. Continuou com o negócio, chegando a construir um barco especial conhecido por "Pirágua" com capacidade para 500 arrobas (OLIVEIRA, 1990, p. 1).

Pondera-se também que outras práticas de convivência, lazer e cultura entre os moradores de ambos os lados do rio Uruguai, são características intrínsecas a formação da população regional. Ainda pode-se considerar que a interação e a exploração da flora e fauna é facilitada pelos rios. Ressalta-se também que nas margens dos rios do oeste catarinense, especialmente do rio Uruguai, estavam presentes uma variedade de espécies florísticas exploráveis, que propiciaram o desenvolvimento do ciclo econômico da madeira (tema do próximo capítulo desse trabalho).

### **2.1.2 A Formação Florística**

As paisagens da região do sul do Brasil passam por grandes mudanças no final do período Quaternário, quando finaliza o Pleistoceno, uma época mais fria e seca, e tem início o Holoceno, em torno de 11.000 anos atrás, época em que o clima se torna mais quente e úmido. Durante o Pleistoceno o clima mais seco e frio favorecia os campos, mas dificultava a expansão das florestas. Com o Holoceno o clima ficou mais quente e úmido, criando as condições ideais para que as florestas se expandissem, especialmente a partir de 4.000 anos atrás. Nessas condições mais quentes e úmidas é que se formaram os ecossistemas predominantes em Santa Catarina.

Em termos de formação florística o oeste catarinense faz parte do Bioma Mata Atlântica<sup>4</sup>. Quando falamos em Mata Atlântica é importante ressaltar que a sua composição corresponde aos campos naturais, restingas, manguezais e outros tipos de vegetação, que formam paisagens diferentes e abarcam uma variedade de incontáveis espécies de vidas animais e vegetais. Ao mencionar a Mata Atlântica antes da chegada dos portugueses em território brasileiro, dados apuram que:

---

<sup>4</sup> Bioma é um conceito que biólogos e geógrafos criaram, na primeira metade do século passado, para descrever grandes sistemas ecológicos definidos, principalmente, pelo clima. Trata-se de uma área com dimensões normalmente superiores a um milhão de quilômetros quadrados em que o clima, a fisionomia da vegetação, o solo e a altitude são semelhantes ou aparentados. O critério florístico não é determinante. Comunidades vegetais que guardam diferenças importantes em termos de composição de espécies podem ser incluídas num mesmo bioma, desde que vivam sob condições ambientais semelhantes (IBGE, 2018).

(...) a Mata Atlântica cobria aproximadamente 15% do território brasileiro, área equivalente a 1.296.446 km<sup>2</sup>. Sua região de ocorrência original abrangia integralmente ou parcialmente atuais 17 estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe (CAMPANILI; SCHAFFER, 2010, p. 04).

Além disso, a Mata Atlântica se estendia pela porção leste do Paraguai e pela província de Misiones, na Argentina. No oeste catarinense o bioma Mata Atlântica é formado principalmente pela Floresta Estacional Decidual a Floresta Ombrófila Mista e algumas áreas de Campo (Figura 2).

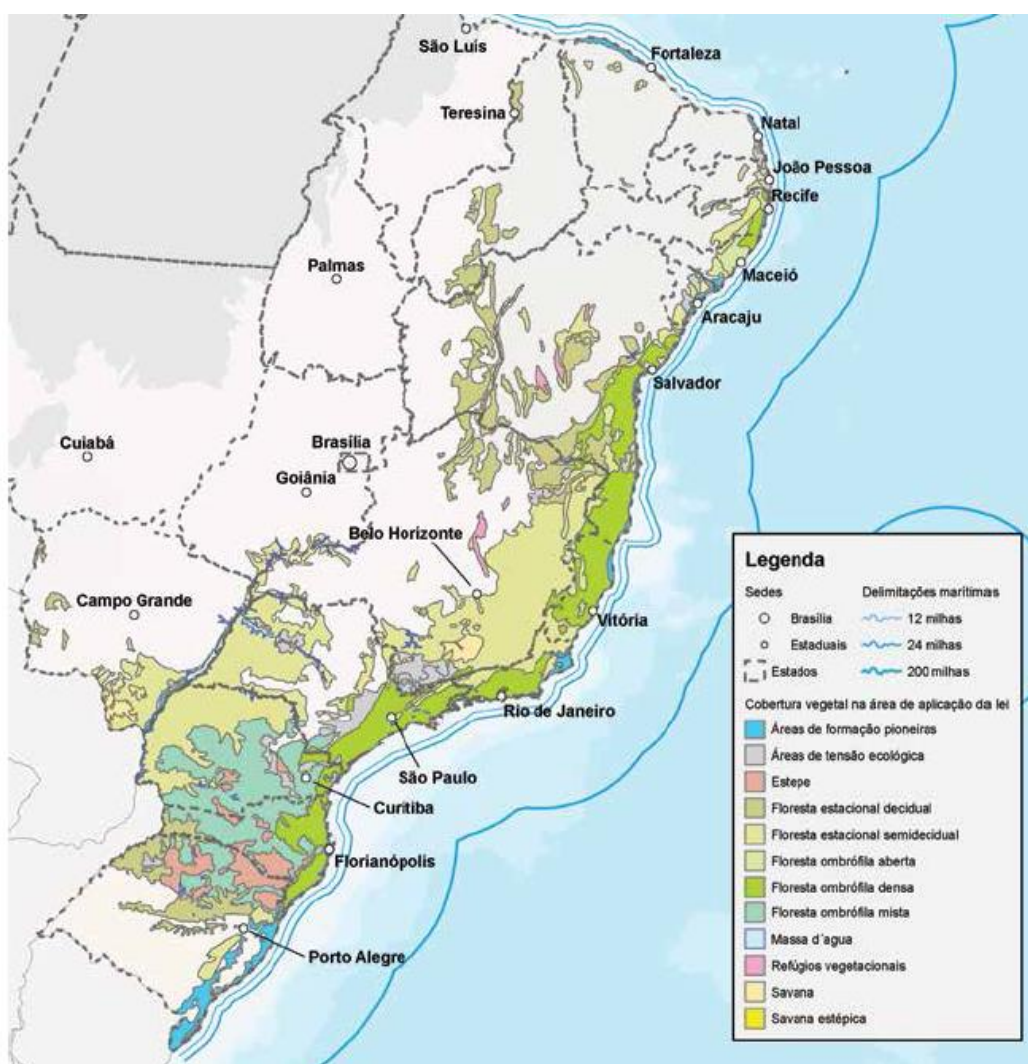


Figura 2. Bioma Mata Atlântica no território brasileiro, segundo limites estabelecidos pela Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2010).

As informações apresentadas acima sobre a composição florestal da Mata

Atlântica correspondem ao início do Brasil Colônia, e foram drasticamente alterados pela ação humana após a chegada dos portugueses em 1500. Entre outros pesquisadores que estudaram a ação humana na Mata Atlântica brasileira, citamos Dean (1996), que discute uma série de intervenções responsáveis por acelerar e desencadear uma drástica devastação dessa floresta.

Para Santa Catarina, no que se refere à mata de araucária, a obra de Dean não trouxe grandes discussões. Como sinaliza Carvalho, as análises de Dean concentraram-se:

(...) na Mata Atlântica contida no Sudeste (...) e também no Norte do Paraná (a zona cafeeira desse Estado) e Sul da Bahia. Mas o mais problemático da afirmação do autor é que essa região central da Mata Atlântica pode ser estudada como se fosse o todo (CARVALHO, 2010, p. 67).

Neste sentido Carvalho faz uma crítica da qual concordamos, pois nas florestas mais ao sul do Brasil há muitas peculiaridades a serem analisadas, dadas as singularidades regionais de exploração.

Sendo assim, é importante caracterizar as florestas no estado catarinense e a distribuição original das regiões fitoecológicas em Santa Catarina (Tabela 1).

Tabela 1. Dados em porcentagem das florestas por região fitoecológica em Santa Catarina

<b>Região Fitoecológica</b>	<b>Superfície original em Km<sup>2</sup></b>	<b>Percentual da superfície do Estado</b>
Floresta Ombrófila Densa	29.282,00	30,71%
Floresta Ombrófila Mista	42.851,56	44,94%
Campos Naturais	13.543,00	14,20%
Floresta Estacional Decidual	7.670,57	8,04%
Outras (Restingas, Manguezais)	1.999,05	2,10%
Total	95.346,18	100%

Fonte: Adaptada do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (2012, p. 26)

Ao analisar os dados é importante destacar que a cobertura da Floresta Ombrófila Mista (44,94%) e da Floresta Estacional Decidual (8,04%) somadas representavam quase 53% das florestas no estado. Essas duas regiões fitoecológicas são as predominantes também no oeste catarinense.

Para melhor visualizar a distribuição geográfica das regiões fitoecológicas em Santa Catarina, o mapa ilustra a presença marcante da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Decidual na região oeste catarinense (Figura 3).

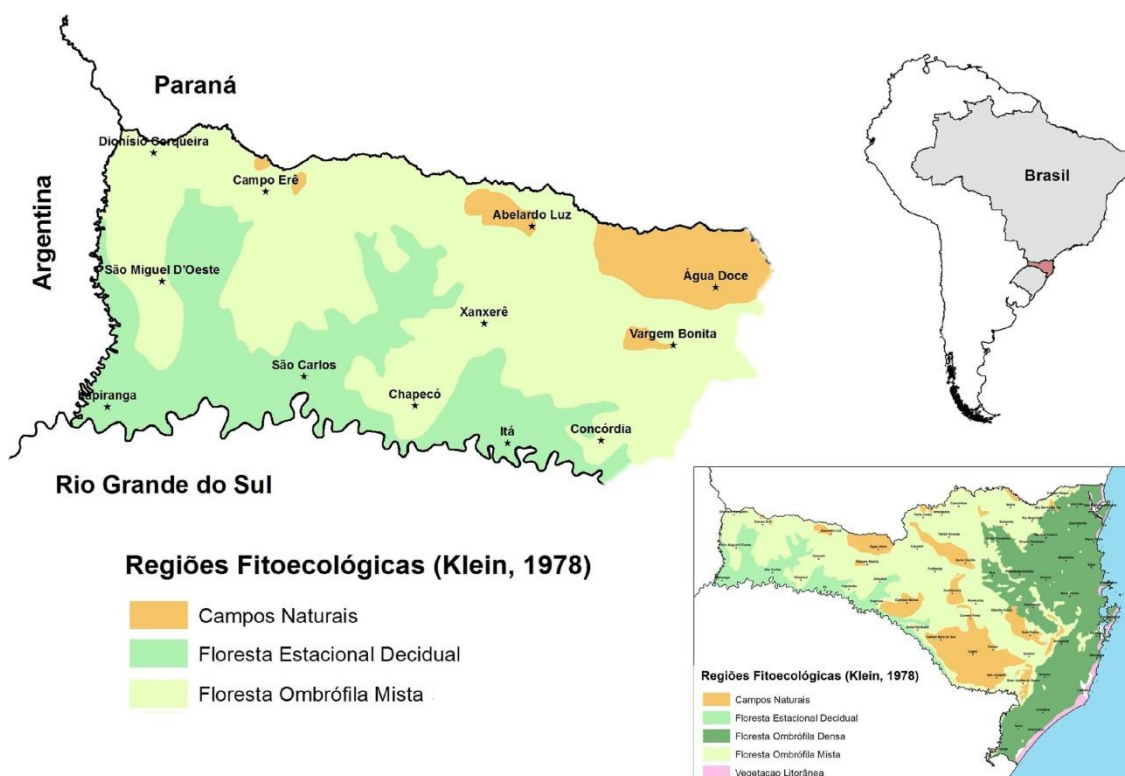


Figura 3. Distribuição da Floresta Ombrófila Mista e Estacional Decidual no oeste catarinense  
 Fonte: Adaptado do Inventário Florístico de Santa Catarina (2013, p. 174).

Em termos de espécies de árvores presentes nestas duas regiões fitoecológicas, há descrições que dão uma ideia de quão grande e imponente se constituíam estas matas.

A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura e altura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro. (...) Árvores preciosas de inúmeras qualidades, especialmente o cedro. Desse caminho estreito e cheio de empecilhos, raramente se lobra um pedaço do céu. As árvores são tão altas e tão emaranhadas em suas comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras, que vedam a visão do firmamento. Atravessam-se trechos enormes sob abobadas baixas e espessas de cipoaes e taquaraes, obrigando o cavalleiro a debruçar-se sobre a sella quasi juntando a cabeça ao pescoço do animal (COSTA, 1929, p. 29).

O trecho acima relata as dificuldades enfrentadas na travessia de picadas durante a Viagem de 1929<sup>5</sup> ao oeste catarinense. O que chama atenção é a descrição desta paisagem com floresta densa e formada por uma diversidade de espécies arbóreas. Ainda sobre a paisagem florística da região oeste catarinense, Fortes relata que era:

<sup>5</sup> A viagem de 1929, foi uma excursão ao oeste catarinense realizada pelo então presidente do estado de Santa Catarina o Sr. Adolfo Konder com sua comitiva. A viagem ao interior do estado buscava mapear e delimitar as fronteiras catarinenses, bem como, promover o desenvolvimento desta região (CEOM, 2005).

Coberta de vegetação abundante e de variadas espécies, a área era dotada de mata elevada. Por baixo desta os imensos taquarais, os putingais, criciumais, cipoais, samambaias e outras plantas de pequeno tamanho, formavam verdadeiros colchões (FORTES, 1990, p. 26).

Sobre as árvores que compõe o estrato superior dessas matas destacam-se as “gigantescas árvores de cedros, canelas, imbuias, angicos, guajuviras, canjaranas, louros, imbuzeiro, soita-cavalo, pitangueira, cabriuvras, araticunzeiros, sete-capoteiro, guamirim, guatambu e o imponente e valoroso pinheiro – do – paraná” (FORTES, 1990, p. 26).

A variedade de árvores descritas por Fortes, compõe as Florestas Ombrófila Mista e a Estacional Decidual do oeste catarinense. Abaixo, a distribuição de algumas espécies arbóreas em suas regiões fitoecológicas (Tabela 2).

Tabela 2. Espécies de árvores por regiões fitoecológicas

Região Fitoecológica	Nome Popular	Nome científico
Floresta Estacional Decidual	Açoita-cavalo	<i>Luehea divaricata</i>
	Angico	<i>Parapiptadenia rígida</i>
	Bracatinga	( <i>Mimosa scabrella</i> )
	Cafezeiro-do-mato	<i>Casearia sylvestris</i>
	Camboatá-vermelho	<i>Cupania vernalis</i>
	Canela-amarela	<i>Nectandra lanceolata</i>
	Canela-fedorenta	<i>Nectandra megapotamica</i>
	Canela-sebo	<i>Ocotea puberula</i>
	Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>
	Grápia	<i>Apuleia leiocarpa</i>
	Jerivá	<i>Syagrus romanzoffiana</i>
Floresta Ombrófila Mista	Louro-pardo	<i>Cordia trichotoma</i>
	Bugreiro	<i>Lithrea brasiliensis</i>
	Camboatá-branco	<i>Matayba elaeagnoides</i>
	Canela-lageana	<i>Ocotea pulchella</i>
	Canela-sebo	<i>Ocotea puberula</i>
	Carne-de-vaca	<i>Clethra scabra</i>
	Erva-mate	<i>Ilex paraguariensis</i>
	Imbuia	<i>Ocotea porosa</i>
	Pessegueiro-do-mato	<i>Prunus myrtifolia</i>
	Pinheiro-brasileiro	<i>Araucaria angustifolia</i>
	Vassourão-preto	<i>Vernonanthura discolor</i>
Xaxim-bugio	<i>Dicksonia sellowiana</i>	

Fonte: Adaptada da cartilha do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina (2015, p.12).

Sobre a formação da Floresta Estacional Decidual no oeste de Santa Catarina, está associada às condições climáticas, temperatura mais elevada, predominando nas áreas de menor altitude, próximos aos rios Peperi-Guaçú, Antas, Chapecó, Irani, Jacutinga, Peixe bem como às margens do rio Uruguai:

Esta formação, quase que exclusiva das bacias dos rios do Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se bastante desfalcada dos seus elementos principais explorados para uso doméstico. Localizada nos terraços fluviais dos rios Jacuí, Ibicuí, Santa Maria e Uruguai, também ocorre nas várzeas do rio Paraguai, no Estado de Mato Grosso do Sul, onde a drenagem é dificultada pelo pouco desnível do rio (IBGE, 1991, p. 78).

Ainda sobre a sua formação:

Ocorre também como disjunções em climas variados sobre litologia calcária ou solos pedregosos. Tais condições determinam um estrato predominantemente caducifólio, com mais de 50% das árvores do conjunto florestal perdendo as folhas na estação desfavorável (CAMPANILI; SCHAFFER, 2010, p. 09).

Podemos observar que, quanto mais ao oeste e próximo do rio Uruguai e seus afluentes, maior é a sua área de ocorrência. Entre as espécies mais comuns na região tem-se: a grápia, o cedro e o angico, árvores que podem atingir 40 m de altura e diâmetros superiores a 1,5 m nas florestas primárias que compõe o estrato emergente, enquanto outras irão compor o dossel<sup>6</sup> logo abaixo. Podemos identificar as espécies desta floresta por serem elas caducifólias, ou seja, perdem as folhas durante parte do outono, inverno e início da primavera, quando o fotoperíodo – horas de luz do dia, é curto e as temperaturas são baixas.

---

<sup>6</sup> O dossel é a parte acima do nível do solo, constituído de camadas sobrepostas de ramos e folhas das árvores da floresta. Os cientistas estimam que 70% a 90% dos organismos vivos se encontra nas árvores, o que faz com que a região do dossel seja o habitat mais rico em plantas e vida animal. Muitos dos animais mais conhecidos, incluindo macacos, sapos, lagartos, pássaros, cobras, preguiças e felinos de pequeno porte, vivem no dossel (MONGABAY, 2018).





Figura 4. Vista da Floresta Estacional Decidual no alto Uruguai, década de 1920  
Acervo: Museu Fritz Plaumann.

Em algumas partes, sua ramificação se prolonga por todos os vales afluentes do rio Uruguai, até altitudes compreendidas entre 500 e 600 metros, onde entra em contato com as matas dos pinhais ou Floresta Ombrófila Mista (GOULART, 1997). Na altura do Peperi-guaçu e do rio das Antas, a extensão da floresta, em ambos os lados do rio Uruguai, chega a ter em média 30 a 40 km. Já a partir de Caxambu do Sul, Chapecó, Concórdia até a confluência dos rios Pelotas (SC) e Canoas (RS), sua largura diminui progressivamente, a ponto de no rio Pelotas restringir-se a um cordão de apenas 2 a 3 km de largura, como acontece na altura do Passo do Socorro (Lages-SC).

Outra região fitoecológica que constitui a paisagem florística do oeste catarinense é a Floresta Ombrófila Mista (FOM), a qual agrega uma variedade de árvores em seu estrato, porém é predominantemente caracterizada pela presença da araucária, pinheiro-do-paraná ou pinheiro brasileiro (*Araucária Angustifolia*):

Esta Floresta, também conhecida como mata de “araucária ou pinheiral”, é um tipo de vegetação do planalto meridional, onde ocorria com maior frequência. Esta área é considerada como o seu atual “climax climático”, contudo esta floresta apresenta disjunções florísticas em refúgios situados nas serras do Mar e Mantiqueira, muito embora no passado tenha se expandido bem mais ao norte, porque a família Araucariaceae apresentava dispersão

paleográfica que sugere ocupação bem diferente da atual. (...) Apresenta quatro Formações distintas: Aluvial, em terraços antigos ao longo dos flúvios. Submontana, de 50 até mais ou menos 400 m de altitude. Montana, de 400 até mais ou menos 1000 m de altitude. Alto montanha situada a mais de 1000 m de altitude (IBGE, 1991, p. 71-72).

A distribuição geográfica da araucária concentra-se nas serras do Sul do Brasil e da província de Misiones (Argentina), sendo percebida também em quantidades mais esparsas em regiões com altitudes mais elevadas do sudeste brasileiro, segundo Basso:

Por isso ao sul a araucária medra em altitudes de 500 m enquanto ao norte (Mantiqueira, Bocaina) sobe ao pico de mais de 2.000 m. Isto mostra que a araucária só aceita verões brandos e invernos um tanto frios (BASSO, 2010, p. 3).

De acordo com Klein (1960, p. 37), “consideram-se matas mistas somente as que são formadas na sua maior parte por espécies típicas da mata pluvial subtropical e nas quais ainda aparecem esporadicamente manchas de pinheiros”.



Figura 5. Mata de Araucária. Oeste catarinense, década de 1960  
Fonte: Vitorino Zolet.

A araucária é a espécie arbórea com maior destaque na FOM e ocupa o estrato superior desta formação vegetacional. Por ser uma espécie heliófita, a araucária necessita de exposição solar para o seu desenvolvimento, isso faz com que em meio à floresta ela tenha grande destaque sobressaindo verticalmente em meio à mata.



A ‘floresta negra’ abrigava uma paisagem humana que encontrava direta ou indiretamente na semente de araucária (pinhão) a principal fonte de subsistência.

Os frutos são grandes e não são facilmente espalhados. Servem a uma cadeia grande de animais mamíferos e aos que os devoram. A espécie pouco se diversifica, eis que para os tantos milhões de anos existem somente 14 espécies, muito aparentadas. Se compararmos ao gênero *Eucaliptus*, são 600 espécies adaptadas aos mais diversos solos e climas (BASSO, 2010, p. 3).

Ainda sobre a importância do pinhão:

(...) o pinhão, grandemente substancial e de sabor excelente, constitui alimento muito apreciado pelo homem do sertão. Pode substituir o milho na engorda de porcos e, além disso, sendo o pinhão rico de amido fornece excelente farinha (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1945, p. 133).

A FOM e fundamentalmente a araucária serviram como atrativos para a fixação dos povos indígenas, caboclos e posteriormente os colonos nesta região. De acordo com as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no oeste catarinense, existem registros de atividades humanas entorno de 12 mil A.P. (antes do presente), indicando ainda grande número de sítios arqueológicos nas encostas do rio Uruguai nas terras altas onde predomina a mata de araucária. O pinhão serviu como fonte de alimentação dos povos denominados por Valentini como os antigos moradores destas matas:

(...) os antigos moradores da ombrófila mista tinham como base fundamental de alimentação a semente da araucária (...). Trata-se do alimento fundamental para os grupos humanos e, ao mesmo tempo, para a rica fauna, como a paca (*cuniculos paca*), a cutia (*acuti*), o porco do mato (*caitiitu*), as queixadas (*tayssu pecari*), os bandos de papagaios (*espécies psitacíformes*) que, por sua vez, garantiam carne para os coletores e para os caçadores, principalmente durante o outono e inverno (VALENTINI, 2015, p. 27).

Ao mesmo tempo em que esses povos usufruíam dos pinhões para se alimentar, também acabavam contribuindo com o processo de disseminação da floresta. Portanto, é uma ação antrópica, tanto a araucária como outras plantas, principalmente frutíferas, tiveram a sua dispersão voluntária ou involuntária pela ação humana, como se pode observar na afirmação de Arruda:

Também é muito provável que tenham manejado as araucárias (*Araucaria angustifolia*), ampliando a sua dispersão em muitos pontos da Região Sul do Brasil. Em linhas gerais, existe a probabilidade de que diversas comunidades vegetais nas quais predomina uma espécie sejam “florestas antropogênicas”

ou “matas culturais”, como algumas áreas de pinheirais, palmitais, butiazais e ervais (ARRUDA, 2015, p. 220).

Outro ponto a destacar é a contribuição dos animais e aves no processo de dispersão da própria floresta, uma vez que ao se alimentarem, acabavam espalhando a semente que em contato com a terra germinavam dando origem a novas plantas. Como afirma Fortes, as matas da região eram “(...) constantemente sobrevoada por barulhentos papagaios em bandos de milhares, comedores de pinhão como as gralhas numerosas, branca e azul, também existentes em toda a região” (FORTES, 1990, p. 27). Ou seja, uma dispersão zoocórica, muito comum em meio a Floresta Ombrófila Mista, devido à quantidade de plantas que tem seus frutos sementes comestíveis. Em comparação, na Floresta Estacional Decidual o processo de dispersão é predominantemente anemocórica, onde o vento se encarrega de espalhar as sementes das plantas.

As florestas do oeste catarinense na bacia hidrográfica do alto Uruguai formaram uma paisagem que serviu de habitat a uma diversidade incontável de espécies de insetos, mamíferos, aves e peixes.

Importante perceber que a mistura de espécies da Floresta Estacional, muitas delas anemocóricas (dispersadas pelo vento) e da Floresta Ombrófila Mista, predominantemente zoocóricas (dispersadas pelos animais), possibilita que muitos animais (tucanos, jacus, cutias, bugios, anta, veados, caxinguelê, entre outros), além de milhares de espécies de insetos, possam viver no interior da Floresta Estacional (SEVEGNANI; LAPS; SCHROEDER, 2013, p. 179).

Portanto, esta biodiversidade natural constituída secularmente abrigou milhares de animais que compõe a fauna regional.

### **2.1.3 A Fauna**

A Mata Atlântica possui uma enorme variedade de espécies endêmicas, ou seja, que não podem ser encontradas em nenhum outro lugar do mundo. “É o caso das 73 espécies endêmicas de mamíferos, entre elas 21 espécies e subespécies de primatas” (CAMPANILI; SCHAFFER, 2010, p. 05). Outros estudos realizados indicam que a Mata Atlântica serviu de habitat de “849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis e 270 de mamíferos” (CAMPANILI; SCHAFFER, 2010, p. 05). Sobre os animais que habitavam as águas dos diversos rios, riachos e lajeados da bacia do rio Uruguai ressaltamos os peixes. Importante destacar que o rio Uruguai é conhecido

historicamente pela sua piscosidade, sendo em toda a bacia do rio, identificadas 150 espécies, e desse total, 98 foram registradas no alto rio Uruguai. Entre outras espécies, as mais frequentes são: cascudos (*Hypostomus luteus*, *Hypostomus commersoni*, *Hypostomus uruguayensis*, *Hypostomus roseopunctatus*, *Hypostomus ternetzi*, *Hypostomus regani*), birus (*Steindachnerina brevipinna*, *Steindachnerina biornata*), traíra (*Hoplias malabaricus*, *Hoplias lacerdae*), jundiá (*Rhamdia quelen*), e também o dourado (*Salminus brasiliensis*) e o pintado (*Pimelodus absconditus*, *Pimelodus maculatus*) (ZANIBONI-FILHO et al., 2008).

Entre os mamíferos encontrados na região, dos quais alguns ainda são remanescentes, podemos destacar: ratos-do-campo (*Oryzomys sp*), tatus (*Cabassous unicinctus*, *euphractus sexcinctus*), preás (*Cavia aperea*), ouriços (*Coendou prehensilis*), cachorros-do-mato (*Cerdocyon thous*), cutias (*Cavia aperea*, *C. magna*), gambá (*Didelphis albiventris*, *marsupialis*), bugios (*Allouata fusca*), porco do mato (*Tayassu tajacu*), veado (*Ozotoceros bezoarticus*) e anta (*Tapirus terrestris*) (CALDARELLI, 2010; SCHMITZ; FERRASSO).

Já quanto aos pássaros presentes na região, entre outros podemos citar: perdigão (*Rhynchotus rufescens*), codorna (*Nothura maculosa*), biguá (*Phalacrocorax olivaceus*), garça-branca (*Casmerodius albus*), urubu (*Coragyps atratus*, *Cathartes aura*), curicaca (*Theristicus caudatus*), gaviões (*Heterospiziais meridionalis* entre outros), chimango (*Milvago chimango*), frangos-d'água (*Gallinula chloropus*) (CALDARELLI, 2010).

Portanto, essa breve descrição da fauna nativa do oeste catarinense aponta para uma grande biodiversidade, e que até primeira metade do século XX, existiam em grandes quantidades.

A numerosa quantidade de bichos, animais de variadíssimas espécies, existentes no ar, nas árvores, na terra e nas águas, enchem o ambiente florestal de mil e uma vozes estranhas e misteriosas: eram enxames de insetos (abelhas com e sem ferrão etc.), aves, quadrúpedes, ofídios, peixes e outros (FORTES, 1990, p. 27).

É importante considerar que a fauna é fundamental para o desenvolvimento das sociedades humanas, desempenhando papel importante na fixação e na formação destas sociedades. Entretanto, este é um tema ainda pouco explorado, carecendo de estudos específicos, como ressalta Kury “(...) as preocupações recentes como a alteração climática e a extinção sem precedente de espécie de fauna e flora ainda não foram perfeitamente integrados as pesquisas históricas” (2014, p. 09).

Portanto, a fauna nativa do oeste catarinense, apresentada aqui sinteticamente é abordada nesta pesquisa como parte das práticas de interação com os grupos humanos que aqui se estabeleceram, pois:

(...) as práticas humanas são melhores compreendidas quando associadas aos demais seres vivos que compartilham o planeta (...). As forças econômicas e culturais em ação desde o início da colonização são imbricados com a história da fauna (KURY, 2014, p. 11).

Sendo assim, os diferentes grupos humanos do oeste catarinense, sejam os indígenas entorno de 12 mil AP, os caboclos que se estabelecem a partir do século XIX e posteriormente os colonos a partir da segunda década do século XX, vão interagir e explorar os recursos naturais aqui encontrados. Neste sentido, em seguida apresentamos como se constituiu a ocupação humana desta região.

## 2.2 A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

A ocupação humana do oeste catarinense é dividida em três momentos: a indígena, a cabocla e a dos (i) migrantes colonos (POLI, 2006). Cabe ressaltar que esta ordem categórica da ocupação regional não representa a substituição de um grupo por outro e nem mesmo que essas fases se dão de forma interpostas, pacíficas e sem consequências ecológicas. Portanto, trazemos alguns apontamentos de como se constituiu a ocupação do oeste catarinense por estes grupos, lembrando que este processo resultou em muitos conflitos interétnicos que estão presentes até os dias atuais (RENK, 2006; D' ANGELIS, 2006; NODARI, 2009).

O oeste catarinense foi ocupado inicialmente por diferentes grupos humanos que passaram a habitar esta região vivendo em simbiose com o meio ambiente. Pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas últimas décadas apontam para a existência de populações vivendo neste território há pelo menos 10.000 anos antes do presente, inicialmente grupos de caçadores-coletores na passagem Pleistoceno-Holoceno, e a partir do Holoceno Tardio com sociedades agrícolas das unidades arqueológicas Guarani e Itararé-Taquara (CALDARELLI et al., 2010; CARBONERA 2014; LOPONTE; CARBONERA; SILVESTRE 2015; LOURDEAU et al., 2016). Para as ocupações mais recentes, as pesquisas têm encontrado, além de inúmeros sítios arqueológicos, grande quantidade e variedades de vestígios (artefatos líticos, cerâmicas, resto de fogueira, ossos) que evidenciam a existência dos Guaranis, grupo que habitava

principalmente as encostas do rio Uruguai e seus afluentes. Outro grupo característico desta região são os Itararé-Taquara, conhecidos historicamente como povos Jê, e de acordo com estudos, suas ocupações se davam nas regiões mais altas nas matas de araucária. “A paisagem exuberante de florestas, rios, córregos, fontes de águas e animais selvagens, que os colonizadores do século XX encontraram, já era conhecida e manipulada por distintos grupos humanos milênios antes” (CARBONERA; ONGHERO; LINO, 2017, p. 19). Ao referirmos para o período pré-colonial da nossa região, estudos indicam que estes povos foram adaptando seus modos de existência com relação a formação ambiental:

Os povos pré-coloniais exploravam os recursos naturais que eram encontrados junto ao rio Uruguai e seus afluentes, tanto a argila usada na fabricação de cerâmica, quanto aos blocos e seixos de diversos tamanhos e tipos (basalto, arenitos, calcedônia, sílex, quartzo, entre outras), que eram empregados na produção dos artefatos líticos (CARBONERA; ONGHERO; LINO, 2017, p. 29).

Os principais sítios arqueológicos localizam-se, sobretudo, às margens do rio Uruguai e seus principais afluentes. Entre as sociedades agrícolas que se instalaram na região a partir de 2.000 anos atrás, estão os grupos da unidade arqueológica Guarani, que viviam às margens do rio, onde predomina a Floresta Estacional Decidual, e os grupos da unidade Itararé-Taquara nas regiões mais altas nas matas de araucária, explorando seu fruto e desencadeando alterações no ambiente, criando paisagens construídas (CARBONERA; SCHMITZ, 2011). Copé (2015, p. 150) observa que as pesquisas arqueológicas nas terras altas do Sul do Brasil têm revelado paisagens culturais construídas ao longo de milhares de anos por sucessivas ocupações humanas.

Os grupos indígenas aqui estabelecidos sofreram os impactos com a chegada de outros povos a esta região. Inicialmente, no decorrer do século XIX com a inserção dos caboclos, e mais intensamente com o processo de colonização no oeste catarinense a partir da segunda década do século XX. Neste sentido, Brighenti (2015), ao estudar como o processo de colonização impactou na vida dos povos indígenas no oeste catarinense, traz a partir da memória indícios de como estes povos se relacionavam com o ambiente natural. E conclui que a maneira como foi se efetivando a colonização “alterou radicalmente o modo de vida da população local a partir da apropriação e transformação do meio ambiente da região” (BRIGHENTI, 2015, p. 193).

Cabe ressaltar que anterior ao processo de colonização europeia no Brasil, a natureza disponibilizava aos grupos que nela habitavam uma variedade de suprimentos

imprescindíveis para o existir biológico e sociocultural: a caça, a pesca, o alimento vegetal, a água, a casa, a locomoção, a veste, a cura, o perigo, a crença, a adoração..., tudo estava entrelaçado à natureza (HOLANDA, 2005). A existência do índio desde a sua infância em meio à floresta, o faz um sábio conhecedor das artimanhas de sobreviver em meio a ela. A maneira de se relacionar com o meio também pode ser associada ao cenário ambiental correspondente a sua região, ou seja, as formas de interação resultam do meio natural que habitam. Pois se pensarmos em nível de Brasil, há uma diversidade geológica, florística, faunística, hidrográfica, climática que são inerentes a formação do povo brasileiro (RIBEIRO, 1995).

Inserindo esta discussão para o oeste catarinense, podemos considerar que as ações empreendidas pelos primeiros grupos humanos que aqui habitaram, pautaram-se numa relação pouco agressiva, ou para usar um termo mais contemporâneo, sustentável.

Embora seja importante deixar claro que essa 'sustentabilidade' do indígena é provavelmente mais resultado de suas tecnologias mais simples e do baixo número de pessoas do que uma intenção deliberada de preservar a natureza (DRUMMOND, 1997, p. 46).

Outro movimento de ocupação no oeste catarinense acontece a partir do século XIX, com as instalações de fazendas de criação de gado no sul do país, principalmente nos campos de Guarapuava, em 1810, e em Palmas em 1840. A atividade pecuarista alavancou o setor econômico desencadeando um promissor investimento no ramo, qual motivou a migração de muitos fazendeiros com suas famílias, empregados e escravos. Sobre este momento, Renk sinaliza que:

A descoberta desses campos não foi pacífica, quanto se poderia supor: de um lado, o confronto entre os indígenas e fazendeiros; de outro, a divisão interna, intraclasse fazendeira, concorrendo pela ocupação do espaço. A atividade principal passou a ser o tropeirismo (RENK, 1997, p. 33).

A abertura dos novos caminhos para a circulação das tropas ligando os centros criadores de gado do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo cruzando os campos de Guarapuava, Palmas e Campo Êre, contribui significativamente para o processo de ocupação do oeste catarinense.

O tropeirismo foi importante no processo de ocupação da área por ter um novo roteiro, de Guarapuava a Goio-En, cortando os campos de Palmas, e de lá até Cruz Alta, na chamada Estrada das Missões, ou 'caminhos das tropas', que propiciou o surgimento da invernagem e de novas povoações (RENK, 1997, p. 34).

O considerável fluxo das tropas por estes novos caminhos e, neste caso, no oeste catarinense, colabora para a formação de pequenos vilarejos no percurso traçado pelos tropeiros. Na medida em que os tropeiros vão marcando as picadas e traçando caminho, se deparam na região com uma pujante floresta, a qual se transformava em grande atrativo para a exploração, em função do crescimento da indústria ervateira no sul do país. Segundo Poli, “À medida que as tropas começavam a circular, os ervais ao longo das estradas passam a ser explorados com mais intensidade” (POLI, 2006, p. 79). A erva-mate começa a ser desenvolvida como atividade rentável a partir da segunda metade do século XIX.

Neste período, o limite ao oeste, entre Brasil e Argentina estava indefinido, provocando tensão na região, pois não havia controle fiscal que coibisse a penetração de populações, principalmente argentinas, impulsionadas em função da extração predatória dos ervais localizados às margens do Rio Uruguai. Segundo Renk:

O alerta foi redobrado por se tratar de área despolicada, 'abandonada pelas autoridades' e 'habitadas por fora-da-lei'. O grosso dessa população era dividido entre brasileiros e argentinos, estes apresentados como predatórios, e temporários e aqueles, como permanente no território, sempre buscando novas manchas de ervais, numa atividade nômade (RENK, 1997, p. 35).

Considera-se que a falta de políticas públicas voltadas ao controle destas incursões na região permitiu que povos oriundos de países platinos viessem a se instalar na região do Alto Uruguai, deslumbrados pelas vastas áreas de ervais e araucárias, e aproveitando-se da situação geográfica do rio para o transporte dos produtos, destinados principalmente para a Argentina (FERRARI, 2011).

Ainda no sentido de contextualizar a ocupação do oeste catarinense, no período anterior a colonização, tem-se a instalação da Colônia Militar de Chapecó, criada em 1882, através do decreto nº 2.502 de 16 de novembro de 1859. Esta por sua vez, elaborada com intuito de guardar as fronteiras brasileiras com a Argentina, coibindo a entrada ilegal dos estrangeiros nas terras do oeste catarinense, além de garantir que esta imensa área ficasse sob o poder do estado brasileiro. A Colônia Militar de Chapecó também contribuiu para o povoamento da região. “Conforme o decreto de criação, essa Colônia poderia distribuir títulos de terras e promover a colonização da região. (...) a colônia foi fator importante para a divulgação da potencialidade econômica do Oeste” (POLI, 1995, p. 83).

Entretanto, com a falta de infraestrutura na região, os moradores da Colônia Militar de Chapecó encontravam-se debilitados em desenvolver atividades econômicas, com respaldo nas estruturas sociais. Persistia a agricultura de subsistência.

A partir das últimas décadas do século XIX, ainda durante a existência da Colônia Militar, começam a adentrar gaúchos na região oeste catarinense e sudoeste paranaense, induzidos principalmente pela revolução federalista no Rio Grande do Sul, em 1891-1893. As populações refugiadas dos conflitos gaúchos da Revolução acrescentariam o número de habitantes existente na colônia Militar.

Sobre este momento histórico, brevemente apresentado, atribui-se ao contexto da inserção dos caboclos no oeste catarinense. Ressalta-se ainda, a complexidade de definir etnicamente o caboclo. O termo “caboclo está ligado a uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados e peões” (MACHADO, 2004, p. 48). Portanto, o ser caboclo está diretamente vinculado às práticas de sociabilidade e de se relacionar com a terra, bem como os hábitos culturais que se estabelecem com o meio ambiente em que convive. São relações de produção de subsistência, sem a necessidade da apropriação e apoderamento do capital econômico, característica dos colonos que chegam a esta região especialmente no século XX.

O terceiro momento de ocupação no oeste catarinense vincula-se ao processo de colonização<sup>7</sup>. Sobre este momento histórico é cabível algumas considerações relacionadas às políticas de colonização e imigração do Brasil durante as últimas décadas do século XIX e início do século XX.

No fim do Império e início da República (...). O ideário da modernidade, adotado pelas elites brasileiras, num esforço de atualizar o Brasil com o ritmo das nações europeias ou dos Estados Unidos, colocou a necessidade de pensar novamente o espaço territorial da nação e sua ocupação (...) o sertão representava a esmagadora maioria do país (ARRUDA, 2000, p. 166).

Neste momento, o Brasil encontra-se no período pós-escravidão e busca mão de obra para suprir o trabalho escravo, que em 1888 deixaria de existir na forma da lei. Principalmente na região de São Paulo, encontra-se em forte desenvolvimento e

---

<sup>7</sup> Sobre a colonização no oeste catarinense, Renk define como sendo um processo de retalhamento das áreas em glebas de 24 hectares, a chamada colônia, vendida aos pequenos agricultores. Esses eram descendentes de italianos, alemães e poloneses que migraram do Rio grande do Sul para cá. Era uma migração para colonização, criando, no Oeste Catarinense, a paisagem colonial (RENK, 2003, p. 81).



expansão da atividade do café, que necessitava de muita mão de obra para trabalhar nesta cultura de produção. Se olharmos para a imigração mais ao sul do Brasil, em específico no Rio Grande do Sul, a vinda destes imigrantes está associada a produção agrícola, ou seja, a atividade de colono.

A colonização europeia no sul do Brasil com camponeses pequenos proprietários ensejou a formação de núcleos coloniais pioneiros – Colônias Velhas – que, gradativamente, expandiam-se, através da chegada de novos imigrantes e da expansão demográfica vegetativa, que produziu uma população à procura de terras virgens e férteis para formar novos núcleos – Colônias Novas (VICENZI, 2008, p. 303).

Portanto, a vinda destes primeiros imigrantes ao Rio Grande do Sul formou os núcleos coloniais denominados de Colônias Velhas. Termo usado para diferenciar aos que vieram mais tarde ou até mesmo os seus descendentes que passaram a constituir novas famílias, as Colônias Novas.

No início do século XX, as famílias dos imigrantes estabelecidos no Rio Grande do Sul eram grandes e a medida que o número de filhos crescia aumentava a necessidade por mais terras. Cabe considerar, que o cultivo nas terras gaúchas já acontecia há décadas e estavam cada vez mais fracas, ou seja, geravam baixa produtividade, motivando também a busca por terras novas e férteis. Estes fatores contribuíram para a vinda destes colonos ao oeste catarinense na busca de novas terras.

Sendo assim, o esgotamento das terras disponíveis nos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, provoca uma nova frente de colonização que começa a ser empreendida para além do rio Uruguai.

Esse movimento migratório resulta na colonização do oeste catarinense e, insere-se no contexto do findar da Guerra do Contestado<sup>8</sup>, em 1916. De acordo com Santo Rosseto,

O extremo oeste catarinense passou a ser efetivamente ocupado por imigrantes gaúchos depois que essa guerrilha foi sufocada pelas forças regulares do governo, o que equivale a dizer que a área foi efetivamente varrida dos remanescentes caboclos que poderiam reivindicar o uso e a posse daquelas terras, como representantes ou descendentes dos primeiros ocupantes (ROSSETO, 1995, p. 12).

Portanto, a partir do desfecho da guerra, cria-se oficialmente em 25 de agosto de 1917, no estado de Santa Catarina, o município de Chapecó, além de Cruzeiro (atual

---

<sup>8</sup> Tendo eclodido sob a forma de luta armada em meados de 1912, com uma duração de 4 anos, o episódio denominado de “Guerra do Contestado” é um marco histórico de extrema importância no processo de evolução e transformação de estrutura sócio-econômica de toda essa imensa região colonial catarinense. Para entender melhor este episódio indica-se entre outros: Machado (2004), Valentini (2015).

Joaçaba), Porto União e Mafra. Na época em que foi criado, Chapecó abrangia um território de 14.053 km<sup>2</sup>, que se estendia do rio Irani até o Peperi-Guaçú, fronteira com a Argentina. O município de Chapecó, que inicialmente correspondia todo o oeste catarinense é concebido como um dos últimos espaços geográficos de Santa Catarina a ser colonizado por migrantes oriundos do Rio Grande do Sul na maioria descendentes de italianos, alemães e poloneses. A maioria desses migrantes vieram para o oeste catarinense em busca de prosperar exercendo a atividade de colono.

A estratégia de ocupação das terras do oeste catarinense, entendida pela elite e governo estadual como uma área despovoada, inóspita – o sertão, envolveu um casamento de interesses entre o governo estadual, as empresas colonizadoras e os próprios migrantes. Assim, as terras no oeste catarinense não escrituradas – que muitas vezes abrigavam indígenas e caboclos – consideradas devolutas, foram concedidas à empresa Brazil Development Colonization Co., que repassou suas tarefas a outras empresas colonizadoras, pertencentes em sua maioria aos empresários do Rio Grande do Sul.



Figura 6. Mapa do retalhamento das terras no oeste catarinense pelas colonizadoras  
Fonte: Piazza (1994, p. 252).

As dezenas de companhias colonizadoras (Figura 6) encarregavam-se da venda das terras para colonos que afluíram cada vez mais para a região. Os migrantes que

chegam às terras do oeste catarinense trazem consigo uma experiência mercantil de cultivá-la e produção em larga escala, comercializando o excedente e consequentemente tendo a possibilidade de acumular riqueza.

(...) a ideia de que o migrante branco, especialmente o italiano, o teuto e polonês, fosse visto como elemento civilizador desse sertão, pela visão de trabalho e de futuro, por ser progressista e por demonstrar capacidade de transformar a natureza. Por isso a derrubada da mata, a industrialização e a venda da madeira (...) o cultivo de alimentos para o mercado, entre outros, e o potencial que isso tinha para se transformar em riqueza se constituíam em sinais de superação do 'Jeca Tatu' (RADIN, 2009, p. 54).

Portanto, colonizar implicava em mudanças na configuração étnica e na forma de trabalho e produção nessa terra. Eram as concepções republicanas de construção de espaço moderno em superação ao sertão.

Entre as principais empresas colonizadoras, destacamos a Empresa Colonizadora Bertaso<sup>9</sup>, que teve papel crucial no processo colonizatório do oeste catarinense, mais especificamente na área do atual município de Chapecó. Acima de tudo foi um projeto de desenvolvimento sócio e econômico da região e havia por parte do governo Estadual um interesse que esse projeto fosse “rapidamente” executado. É o que podemos analisar no Ofício<sup>10</sup> emitido pela Procuradoria Fiscal do Estado, a Colonizadora Bertaso e Maia, referindo-se ao contrato firmando entre o Estado e empresa:

Cláusula décima sétima: os contratantes obrigam-se a colonizar as terras que lhes serão entregues em pagamentos dos serviços que se propõe executar, dentro do prazo de 10 anos a contar a data da assinatura deste contrato, findo o qual, as terras que não tiverem sido colonizadas reverterão para o Estado, sem indenização de qualquer espécie (OFÍCIO DA PROCURADORIA FISCAL, 1921, p. 2).

Como contrapartida pela aquisição das terras, a Colonizadora se

---

<sup>9</sup> A empresa colonizadora Ernesto Francisco Bertaso iniciou suas atividades no município de Chapecó, em 1918. Então, a firma denominava-se Bertaso, Maia & Cia, e seus proprietários eram Ernesto Francisco Bertaso, Manoel Passos Maia e Agilberto Attilio Maia. Em 21 de novembro de 1923, houve alteração e dissolução da firma Bertaso, Maia & Cia., ficando o sócio Ernesto F. Bertaso com todo o ativo e bens da sociedade que passou a denominar-se Empresa Colonizadora Bertaso S/A. Em janeiro de 1950, o proprietário solicitava o cancelamento do registro da empresa, extinguindo assim a Companhia Colonizadora Bertaso S/A. (VICENZI, 2008, p. 305).

<sup>10</sup> Ofício emitido pela Procuradoria Fiscal do Estado de Santa Catarina, ao Senhor Ernesto Francisco Bertaso, representante legal e dono da Empresa Colonizadora Bertaso, em detrimento do contrato firmado entre a Empresa e o Governo Estadual, que obriga a Empresa a “abertura da estrada de rodagem do Passo do Goio-En ao Passo dos Índios, município de Chapecó, na extensão de trinta quilômetros aproximadamente com todas as obras e artes necessárias” (Acervo Colonizadora Bertaso, CEOM/Unochapecó).

responsabilizava em demarcar o território, abrir estradas e povoar efetivamente a região, objetivando “mostrar no início do século XX, o ponto de vista dos governantes, o de difundir a imagem da região como uma grande área abandonada, com escassa população e, por isso, necessitava de efetiva colonização para garantir a sua posse” (RADIN, 2009, p. 91-92). Convém ressaltar que os modos de produção indígena e cabocla (agricultura de subsistência) não estavam nas representações de modernidade impostas pela elite e governo brasileiro. Portanto, para o ‘sucesso’ da região era fundamental trazer (i) migrantes de origem italiana, alemã e polonesa, na condição de colonos. Cabe analisar a categoria colono. Segundo Renk “no oeste catarinense os colonos de origem, isto é, os descendentes de alemães, italianos e poloneses, advogam-se a qualidade de pioneiros; aqueles que entraram nas matas, derrubaram-nas, conquistaram-na e ‘plantaram o progresso, a civilização’” (RENK, 2006, p. 87). Para a autora, a história começa a ser contada a partir de sua chegada e aqueles que já estavam aqui foram transformados em “outros”.

Ainda, no contrato que se refere a abertura da estrada entre Porto Goio-En - comunidade que faz divisa com o Rio Grande do Sul nas encostas do rio Uruguai - a Passo dos Índios – atual espaço urbano de Chapecó - entre outras obrigações, “...os contratantes poderão empregar uma área igual à de 10 por cento (10%) da extensão total das terras concedidas em pagamento, para as indústrias extrativistas de madeira e herva-mate” (OFÍCIO DA PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO, 1921, p. 2), ou seja, nota-se o interesse em fomentar o progresso industrial a região, destinando áreas as indústrias de erva-mate e madeira, que constituíram importantes ciclos econômicos (BAVARESCO, 2017).

Se por um lado houve incentivos para que se efetivasse a colonização na região, de outro lado, não podemos afirmar o mesmo para os indígenas e caboclos que aqui estavam estabelecidos, restando a estes grupos, muitas vezes a exclusão, obrigando-os a saírem das terras que viviam (RENK, 2006). A prática oriunda do processo colonizatório que consistia em expulsar os habitantes já domiciliados na terra não aconteceu somente nesta região. No livro: Memória de um Imigrante Anarquista, de Rene Gertz, o autor transcreve algumas memórias do imigrante Alemão Friederich Kniestedt, que ao se fixar na região de Ivaí no Paraná, no início do século XX, após uma nova medição de terras se vê na obrigação de abandonar sua moradia e, traduz a sua angústia:

Me fiz como faz qualquer homem do mato: quando vem a civilização e bate na sua porta, simplesmente carrega todos os pertences nos animais de carga e vai adiante para dentro da floresta ainda inexplorada, com lágrimas nos olhos e ódio no coração, ódio contra a civilização injusta que os afugenta da terra dos seus pais. Eu porém não tinha mais ânimo para imitá-los, mas também nós abandonamos um pedaço de terra que tínhamos passado a amar (GERTZ, 1989, p. 81).

O relato acima é de um imigrante alemão, e expõe de forma objetiva uma situação em que também muitos caboclos do oeste catarinense se subordinaram. Ou seja, foram expulsos, obrigados a se retirarem de suas moradias por não terem a escritura ou condições financeiras de comprá-las. “A compra da terra, era dificultada por várias razões. Uma dessas era a pobreza da população, que vivia da agricultura de subsistência, e não acumulava o montante exigido pelo Estado, mesmo parcelado em 5 anos” (BREVES, 1985, p. 26).

Referente a estas situações, podemos citar algumas fontes documentais, como os inúmeros processos de usucapião<sup>11</sup>, movido pelos caboclos contra a Empresa Colonizadora Bertaso. Outro documento é o livro intitulado “Intrusos”<sup>12</sup>, neste consta uma relação de mais de 250 nomes que foram categorizados como intrusos. O livro, assim como outros documentos de apêndice, devem ser objeto de outras pesquisas mais específicas sobre o tema. Estas fontes contribuem, entre outras coisas, para mostrar a grande quantidade de caboclos nesta região e na medida em que a colonização se estabelece, a estes caboclos não restam muitas opções. E se eles não conseguissem pagar as terras para a Colonizadora, eram listados e categorizados no livro como “intrusos”. É também possível observar no livro que alguns pagamentos de débitos se davam não necessariamente pela moeda corrente, mas por meio de produtos e/ou serviços. É o que se observa na forma de pagamento do senhor Bertholdo J. Brizola, que a fim de sanar sua dívida oferece “uma vaca, duas cargas de feijão, toucinho, charque e feno” (LIVRO INTRUSOS, 1923, p. 305). Em outras páginas há registros de pessoas que se dispuseram trabalhar na abertura de estradas como forma de saldar suas dívidas. Estes documentos trazem informações dos conflitos e imposições à população regional decorrente do processo de colonização.

---

<sup>11</sup> Encontram-se no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina CEOM/UNOCHAPECÓ, o acervo de processos cíveis da Comarca de Chapecó, que datam de 1919 até meados dos anos de 1980, somando mais de 8 mil processos. Entre estes encontram-se processos de usucapião.

<sup>12</sup> Este livro faz parte do Acervo da Colonizadora Bertaso, no qual consta uma relação de nomes em ordem alfabética, bem como o ano de fixação destas pessoas na referida terra. Este livro tem como título “Intrusos”, compreende o período de 1918 até meados da década de 1920 (Acervo CEOM/Unochapecó, Caixa n. 22).

Assim, na medida em que a colonização vai se estabelecendo, acentuam-se os conflitos interétnicos e intensifica-se a exploração dos recursos naturais, ou seja, a colonização do oeste catarinense busca prosperar e se desenvolver a partir dos moldes de produção capitalistas.

### **2.2.1 “Vencendo a natureza selvagem”: os colonos no processo de transformação da paisagem**

Colonizar e se tornar colono no oeste catarinense no início do século XX perpassa por ações que requer muito esforço físico na constituição das roças, na abertura de estradas, nas construções de moradias e na criação de animais. Eram afazeres inerentes a uma paisagem regional com relevos irregulares e coberta pela densa floresta, descrita por muitos como inóspita, como o sertão desconhecido. De acordo com a reportagem do Jornal *Xapecó*, editado pela Colônia Militar de Xanxerê, ainda no século XIX, afirmava-se:

Com boas estradas o colono estrangeiro viria para o interior e transformaria com seu methodico trabalho essas immensas regiões até hoje despoticamente dominadas pela araucária e muitas outras madeiras, em centro productores e industriais, onde o poderio do homem seria firmado para sempre, contra a natureza selvagem (XAPECÓ, 22 de abril de 1892, p. 3).

A abertura de estradas, possibilitando a vinda e a fixação dos migrantes é, sem dúvida, do ponto de vista governamental, uma das primeiras ações a serem implementadas na região para a efetivação do projeto de colonização. Assim, logo após a criação do Município de Chapecó em 1917, contratos entre Governo Estadual e Empresas Colonizadoras foram assinados, condicionando como principal objeto a abertura de estradas.

Outro ponto a ressaltar na transcrição do Jornal é a concepção de que era imprescindível para o progresso e desenvolvimento social desta vasta região a vinda de colonos estrangeiros, pois os grupos aqui estabelecidos (indígenas e caboclos), não eram possuidores de ‘trabalho methodico’. Assim, os novos grupos trariam o desenvolvimento econômico e social à região. Também é notável a visão de que a natureza, neste caso se referindo especificamente as árvores das quais poderia se extrair a madeira, deve ser severamente explorada, ou seja, a derrubada da mata a qualquer

custo ambiental é essencial na superação de uma natureza selvagem.

Desde a colônia até o Uruguay, viaja-se grande trecho em plena floresta, de vegetação exuberante; margeia-se, por vezes, taimbés, em cujo recôncavo negreja a copa espessa do arvoredos; outras, beirando a picada, rescende o pasto de anta, arbusto de pequeno porte, 5 e 6 de altura, folha verde e luzidia de gosto adocicado (MALAN, 1918, p. 272).

A descrição de Alfredo Malan, que percorreu o oeste catarinense em 1918, relata a paisagem, destacando a floresta e as picadas de um relevo bastante irregular das proximidades dos rios, servindo como vias de deslocamento.

Prosperar no sertão catarinense significava, entre outras coisas, vencer a natureza, ou seja, para explorar a região é necessário dominá-la, criar condições básicas, como abertura de estradas que facilitaria a vinda dos migrantes. Referindo-se ao oeste catarinense, Othon D'Eça, em relato feito por ocasião da expedição do Governador Konder, em 1929, assim se manifestou:

A “bandeira” iniciou a sua “entrada” no sertão bruto, sob o signo propício. Vamos, é certo, para o desconhecido; de resto estamos todos alegres (...). Continuo enlevado pela paisagem fluvial que nos ladeia: barrancas altas onde de longe em longe, espiando as balsas lentas [...] surgem telhados escuros, ou algum fio de fumo assinala uma tênue mancha humana naquelas matarias vastas e desertas (D'EÇA, 1992, p. 23-24).

As descrições sobre o oeste catarinense trazem aos leitores e aos pesquisadores do tema, uma visão da mata, do rio, da paisagem feita “pelos olhos e pela visão de mundo de outro homem, o seu testemunho” (CORRÊA, 2008, p. 137). Portanto, a descrição de uma paisagem, neste caso a do oeste catarinense, objetiva realçar a ideia de uma região inóspita e inabitada para justificar a implantação de um projeto político de colonização que desconsiderava as possíveis causas ambientais e a existência das populações nativas (CORRÊA, 2008).

O oeste foi um dos últimos espaços geográficos a ser colonizado em Santa Catarina. A segunda década do século XX é marcada pela vinda dos colonos, que ao chegarem, encontram uma paisagem fortemente caracterizada pelas matas da Floresta Ombrófila Mista e da Floresta Estacional Decidual, regiões fitoecológicas do Bioma Mata Atlântica.

Porém, a paisagem regional passa a ser percebida pelos colonos já durante a viagem ao oeste catarinense. Era um misto de aventura, contemplação de uma natureza

quase que intocada, mas também repleta de incertezas e perigos evidentes desta paisagem ‘desafiadora’. Assim relatou Maria Rhode que se mudou do Rio Grande Sul para Santa Catarina:

As crianças, que não conheciam nada além do rio Taquari, não cansavam de admirar-se com o tamanho do Uruguai. Mil coisas chamavam sua atenção. Ora eram os peixes que, bem perto de nossa canoa, saltavam das águas, era a vegetação romanticamente selvagem das margens, outras, flores exóticas raras e, somado a isso, a paisagem que mudava a cada curva do rio que se alargava. Estranhamente, diante da impressão geral, deslumbrante e grandiosa, naquela primeira viagem pelo rio Uruguai, os detalhes me chamaram tanta atenção (ROHDE, 2012, p. 52-53).

O relato acima faz parte da memória de Maria W. Rohde, que em 1926 vem para Porto Novo, hoje município de Itapiranga no extremo oeste catarinense. Ao descrever a vinda de parte de sua família, já que o seu marido tinha vindo anteriormente para Santa Catarina, transmite uma noção de como a paisagem regional impressionava e desafiava a vida dos primeiros migrantes. O percurso da viagem destes primeiros colonos no oeste catarinense era em partes percorrido a cavalo, carroça e às vezes caminhões através das picadas e precárias estradas. Em muitos momentos, principalmente nas terras mais ao extremo oeste, era comum o uso de pequenas embarcações sobre as desafiadoras águas do rio Uruguai:

Formações rochosas dentro da água fazem surgir às corredeiras que, quando o nível de água está baixo, se transformam em correntezas muito rápidas, um turbilhão de águas espumantes que provocam um barulho ensurdecedor (ROHDE, 2012, p. 53).

Cabe ainda ressaltar que nos depoimentos orais<sup>13</sup> de muitos dos primeiros colonos que aqui chegaram é constantemente mencionada a expressão: ‘aqui era tudo mato’. A atribuição a esta região como mato narrada pelos viajantes e pelos colonos é reforçada nos documentos oficiais produzidos pelas próprias Colonizadoras. Como exemplo, no Memorial Descritivo da Empresa Colonizadora Bertaso (MDCB) justificava-se o andamento da colonização das suas terras à Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa da Fronteira, apontando que em 1940 o território da empresa “possui três quartas partes de mata virgem, sendo o restante já colonizado pelo esforço do homem, pelos verdejantes de suas plantas, intercalados de

---

<sup>13</sup> O CEOM/Unochapecó, reúne um acervo de aproximadamente oitocentos entrevistas orais.



pequenos faxinais<sup>14</sup>” (MDCB, 1940, p. 2). As terras da colonizadora representam apenas uma fração do território do oeste catarinense, mas contribuem para entendermos o processo de ocupação do espaço regional nesse período. Se na chegada dos primeiros colonos na região, prevalecem as matas, com o avanço do processo de colonização, sistematicamente ocorre a substituição da cobertura arbórea natural pela plantação agrícola.

É importante considerar que os aspectos naturais que se apresentavam de forma desafiadora aos que aqui se estabeleciam, serviu também como propaganda para atrair os colonos a esta região. Essa concepção é expressa por Plínio Arlindo De Nês<sup>15</sup> que relata: “Desde 1920 as colonizadoras faziam imensa propaganda em todo o Rio Grande do Sul sobre o novo eldorado. Terras férteis, milho de três metros de altura e uma floresta capaz de fazer rico qualquer homem disposto a trabalhar” (REVISTA PIONEIROS CATARINENSE, 1992, p. 11). Ainda, neste sentido, podemos observar no trecho retirado do mapa de terras da Colonizadora Bertaso que:

As terras do presente mappa (sic) são situadas no ponto mais importante do florecente Estado de Santa Catharina e se recommendam tanto pela sua fertilidade como pelo seu clima salubre. Pouco montanhosas, prestam-se admiravelmente ao mais variado cultivo. Si assim não fôr, isto é, si essas terras não forem, de facto, de 1ª qualidade para o plantio de fumo, feijão, milho, trigo, etc., e, nas margens do Chapecó, também para canna de assucar, obrigo-me a pagar a viagem a todo aquelle que as visitar (MAPA DE TERRAS, 1940).

---

<sup>14</sup> De acordo com Chang Man Yu (1988, p. 13) o termo faxinal e sistema faxinal são a rigor, diferentes. Faxinal é a terminologia dada a um tipo de vegetação. Já o sistema faxinal, é um tipo de organização social onde ha um aproveitamento econômico integrado da mata às áreas circunvizinhas. A expressão ‘pequenos faxinais’ empregada no relatório da Empresa Bertaso, nos remete a vegetação inserida na paisagem regional. No entanto, assim como no sudoeste do Paraná (YU MAN, 1988) o sistema de organização econômica de uso coletivo da terra de matas pela população cabocla, seja na exploração dos recursos naturais e/ou na criação de animais como o porco, possivelmente tenha ocorrido no oeste catarinense. Os faxinais e/ou sistema de faxinais no oeste catarinense é um tema que carece de pesquisas específicas.

<sup>15</sup> Plínio Arlindo de Nês, nasceu em Encantado no RS, em 1921, mudou-se para Santa Catarina aos 21 anos de idade. Desenvolveu atividades ligadas ao ramo empresarial, especialmente madeireiro e frigorífico, foi líder político e comunitário. Como político, foi vereador em Chapecó entre 1946 a 1955; prefeito de Chapecó entre 1956 a 1960; deputado estadual de 1962 a 1966; Secretário de Estado da Secretaria de Negócios do Oeste, entre 1969 a 1975; presidente da Fundação Hospitalar e Assistencial Santo Antônio, de 1960 a 1962; fundador e presidente da Sociedade Ginásio de Chapecó; coordenador da Comissão de Fundação da Fundeste (Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste), e presidente em 1970; presidente do Conselho Deliberativo da Fundeste de 1972 a 1982; e presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados de Santa Catarina - SINDICARNE, de 1981 a 1982. Atuou na Secretaria de Negócios do Oeste, de 02/09/1969 até 15/03/1975.

Ressalta-se que fazer propaganda das terras, associa-se a positivá-las, ou seja, reproduzir a ideia de uma região promissora e transmitir ao comprador uma visão de prosperidade econômica e de harmonia com o ambiente natural. Portanto, se por um lado, para o governo, para as empresas e até para alguns colonos, a natureza era um empecilho para a prosperidade de uma sociedade capitalista, por outro lado, os aspectos naturais, como a hidrografia, a fauna e flora foram inicialmente usados para atrair os colonos, pois como afirma Gerhardt:

A floresta podia ser uma dificuldade para a agricultura, mas fornecia aos colonos a lenha para os fogões domésticos e para os fornos das olarias, a madeira para a construção de casas e das instalações rurais que eram habitadas por variada fauna, vista inclusive como caça. Acima de tudo, após o desmatamento, as terras de roça nova eram muito férteis e rendiam excelentes colheitas (GERHARDT, 2014, p. 127).

Assim, na argumentação da Empresa Bertaso, o sucesso da colonização do município de Chapecó se deu, entre outras questões, pela composição natural como a “(...) fertilidade do seu solo e excelente clima. Só nos anos de 1921 a 1922 a Empresa vendeu mais de mil colônias de 242.000 m<sup>2</sup> cada uma, estando cerca de 600 famílias rio-grandenses, prontas para virem em 1923” (MDCB, 1940, p. 2). Portanto, no Memorial Descritivo da Empresa destaca-se:

Condições Gerais Naturais: A altitude das Fazendas é variável de 400 a 700 metros, sendo pouco montanhosas. As condições climáticas são ótimas e dado a fertilidade do solo, reunindo estes dois elementos primordiais, demonstra perfeitamente serem as condições naturais agradáveis a todos os seres. As propriedades da Empresa são cortadas por diversos rios sendo principais: Chapecó, Irani, Xaxim, Golfo, Rodeio Bonito, Divisa, Saudades e inúmeros tributários destes.

Solo e Cultura: O solo é humoso. As madeiras predominantes são: pinho, cedro, cabriúva, canjerana, tarumã, angico, louro, etc, sendo que a primeira, segunda, terceira abundam. Os produtos principais são: milho, feijão, trigo, uva, fumo, cana, mandioca, amendoim, batatas, frutas, etc.

A produtividade: de um hectare desta terra sem adubo e com adubo dá um pouco mais, é de 3 mil quilogramas de milho ou 3 mil quilogramas de trigo ou 1,5 de feijão” (MEMORIAL DE COLONIZAÇÃO, 1940, p. 2-3).

A empresa colonizadora realça de forma breve a formação natural e o potencial para exploração extrativa e colonial das terras disponíveis aos colonizadores. Assim, segundo os relatórios da Empresa os primeiros anos apresentam o respectivo comércio de terras:

Tabela 3. Dados das terras vendidas (%) da Colonizadora Bertaso

Dados Originais – 1923		Áreas Vendidas – 1940		Total em porcentagem (%) Colonizada
Fazenda Rodeio Bonito	288.203.010 m <sup>2</sup>	Fazenda Rodeio Bonito	223.258.800 m <sup>2</sup>	77,46%
Fazenda Campina do Gregório	509.234.879 m <sup>2</sup>	Fazenda Campina do Gregório	348.284.216 m <sup>2</sup>	68,39%
Fazenda Chapecó	538.186.748 m <sup>2</sup>	Fazenda Chapecó	312.440.767 m <sup>2</sup>	58,02%
TOTAL	1.335.624.637 m <sup>2</sup>	Total Colonizada	883.983.783 m <sup>2</sup>	66,20%
		Falta Colonizar	451.640.854 m <sup>2</sup>	33,80%

Fonte: Adaptado do relatório de colonização da Empresa Bertaso de 1940. Acervo CEOM/Unochapecó.

A partir da análise dos relatórios de comércio das três fazendas da Colonizadora Bertaso notamos que: na fazenda Rodeio Bonito<sup>16</sup>, na Fazenda Campina do Gregório<sup>17</sup> e na Fazenda Chapecó<sup>18</sup>, nos primeiros 20 anos houve maior venda das terras correspondentes em m<sup>2</sup> (metros quadrados) da Fazenda Campina do Gregório, área central da empresa aonde se constituiu a sede administrativa política de Chapecó. Ainda foi incorporado ao patrimônio da Empresa Bertaso a Fazenda Saudades, adquirida da *Brazil Development e Colonization Co.* Com uma área de 913.634.804 m<sup>2</sup> (Piazza, 1994).

<sup>16</sup> A Fazenda Rodeio Bonito, com 288.203.010 m<sup>2</sup>, foi uma concessão em troca da construção da estrada de Passo Goyo-en a Passo dos Índios, efetuada pelo Governo do Estado, em 4 de outubro de 1921, que, posteriormente, entrega Ernesto F. Bertaso aos Irmãos Lunardi para colonizar e cujos limites são: ao sul e a oeste com a fazenda Campina do Gregório e a leste com o Rio Irani (PIAZZA, 1994, p. 258).

<sup>17</sup> Ao patrimônio adquirido pela firma Bertaso, Maia e Cia., Ernesto F. Bertaso a A Fazenda Campina do Gregório acrescentou com a área de 509.234.879 m<sup>2</sup>, cujos limites eram: ao norte com os rios Chapecó e Golfo, ao sul com herdeiros de Antônio Cavalheiro, Gregório de Mattos, herdeiros de Joaquim Henrique, Luce, Rosa e Cia., a leste com a fazenda “Rodeio Bonito” e José Venâncio Fortes e, a oeste com Krueel, João Cipriano e Família Mendes. Tal área foi adquirida dos herdeiros da Baronesa de Limeira (PIAZZA, 1994, p. 259).

<sup>18</sup> A Fazenda Chapecó, de 538.186.748 m<sup>2</sup>, foi uma concessão do Governo do Estado de Santa Catarina, em 26 de junho de 1920, também referido a 4 de novembro de 1932, e cujas extremas foram: ao Norte a Cia. Territorial “Sul Brasil”, e a fazenda “Saudade”, da *Brazil Development e Colonization Co.*, ao sul o rio Chapecó, a leste o rio Saudades e a oeste a Cia. Territorial “Sul Brasil” (PIAZZA, 1994, p. 258).

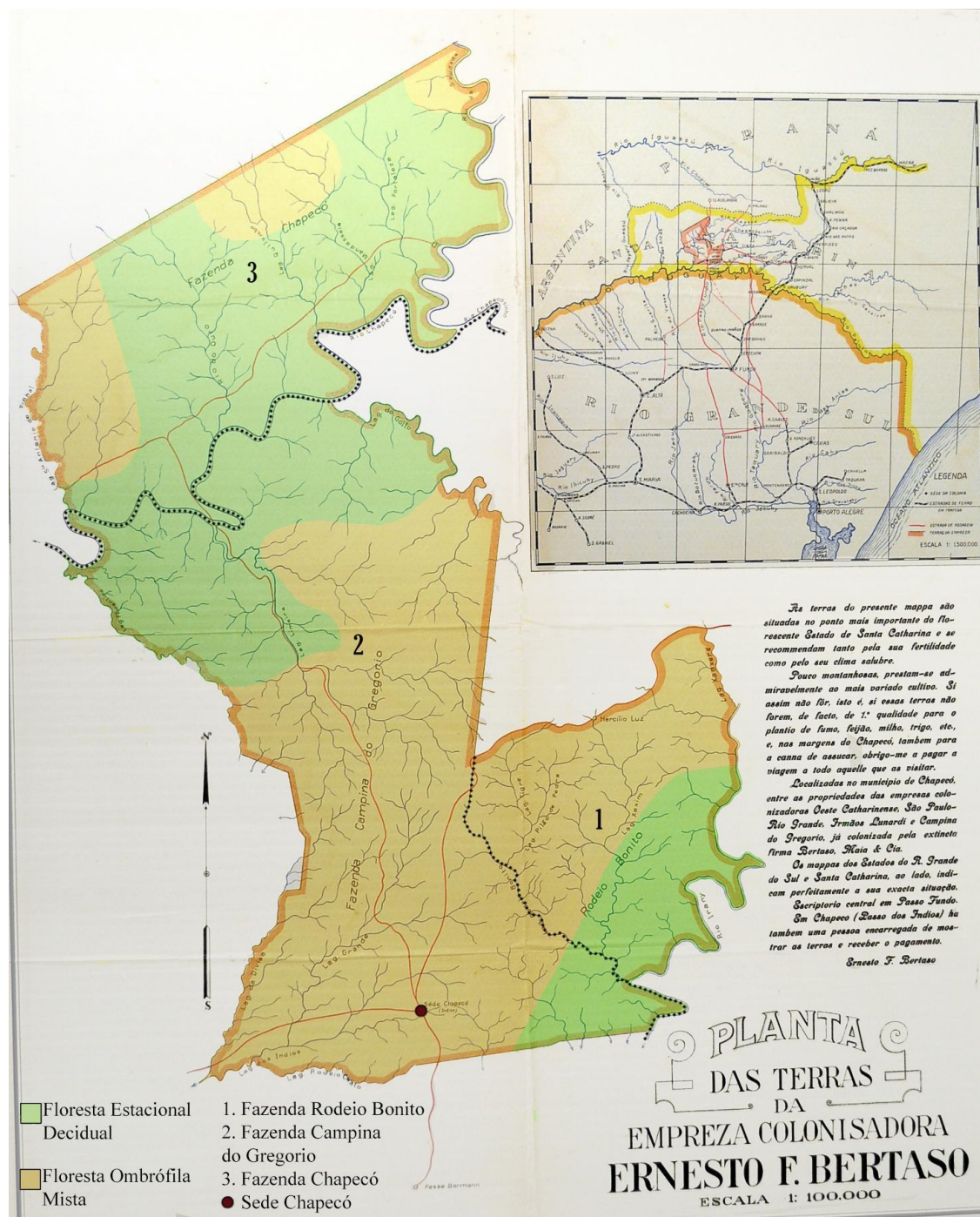


Figura 7. Mapa das terras da Colonizadora Bertaso de 1941, com localização das duas regiões fitoecológicas

Fonte: Adaptado pelo autor do Acervo do CEOM/Unochapecó.

A Figura 7 retrata a extensão e os limites territorial das três fazendas da Colonizadora Bertaso (1. Fazenda Rodeio Bonito, 2. Fazenda Campina do Gregório e 3. Fazenda Chapecó) com a sobreposição das Florestas Ombrófila Mista (FOM) e a Estacional Decidual (FED). É importante entender que os traçados limítrofes entre as duas regiões fitoecológicas não são tão fixos como apresentado na figura, ou seja,

caraterísticas florísticas de uma floresta adentravam pela borda da outra e vice-versa.

Cabe ressaltar que os colonos que migraram do Rio Grande do Sul para o oeste catarinense já traziam a experiência de ‘enfrentar’ a natureza daquelas terras. E nesta região, principalmente nas primeiras décadas de colonização, ao se instalar se depararam com um território florestado e de infraestrutura bastante precária, com restrito acesso ao comércio e onde dispunham de poucos recursos econômicos. Sendo assim, em meio à atividade de derrubada da mata e da constituição das roças de plantar ou de criar, vão encontrar na caça e na pesca um recurso relativamente fácil, sem grandes custos, necessitando basicamente de pouco tempo e alguns poucos recursos técnicos.

### 3. A COLONIZAÇÃO E A INTERAÇÃO COM OS RECURSOS NATURAIS

Neste capítulo tratamos das práticas de caça e pesca desenvolvidas pela população regional em meio ao processo colonizatório. Abordamos também a interação e exploração do ambiente natural, como os usos da floresta no contexto familiar ou como matéria prima da sociedade capitalista. Além disso, abordamos as práticas de derrubada da floresta e o emprego da madeira como matéria-prima essencial para a infraestrutura regional no contexto colonizatório, a partir da segunda década do século XX. Em seguida, discute-se sobre a derrubada da floresta e o uso do solo para a agricultura familiar. Ao final, discorremos sobre a indústria madeireira no oeste catarinense, evidenciando as práticas de derrubada, transporte terrestre, comércio e as balsas, concluindo o capítulo com o declínio da atividade madeireira nos anos de 1970.

#### 3.1 A CAÇA E A PESCA

Cabe ressaltar que a colonização do oeste catarinense é um tema recorrente nos estudos de vários pesquisadores. Entretanto, na grande maioria, a esses trabalhos não foram dada atenção ao aspecto natural da região sob o prisma da história ambiental, até porque, como visto anteriormente, trata-se de um viés teórico mais recente. A discussão aqui empreendida tem como protagonista não só o homem, mas também os aspectos naturais presentes e que foram fundamentais para o desenvolvimento da sociedade regional. Consideramos importante tratar das relações e interações entre humanos e os aspectos naturais que forjaram a sociedade regional e modificaram a paisagem durante o período de colonização, compreendido nesta pesquisa entre as décadas de 1930 a 1970.

O emprego do termo ‘interação’, está associado às ações empreendidas pelos grupos humanos no ambiente natural da região. É importante ressaltar que essas práticas de interação não resultaram em situações de igualdade mútua, pois há muito mais impacto ao meio natural. Porém, os aspectos naturais presentes no oeste catarinense também condicionam a formação do homem e a sociedade regional, ou seja, a interação mostra a relação de causa e efeito existente entre o natural e o humano.

A caça e a pesca são práticas concebidas como forma de interação entre a sociedade regional e o ambiente natural, sendo mais comum na primeira metade do século XX. Assim, buscamos analisar a importância destas práticas para o sustento da população regional e observar os impactos ambientais desencadeados e para isso



faremos uso, principalmente, das imagens fotográficas e depoimentos orais da população regional, que ajudam a evidenciar estas ações.

A pesca inicialmente era uma atividade de subsistência e não tinha um valor comercial, mas contribuía significativamente na dieta alimentar das famílias, além de ser considerada para muitos como atividade de lazer. A formação hidrográfica da região composta por inúmeros rios, riachos, lajeados, apresentavam grandes quantidades e variedades de peixes, “(...) riachos e rios de águas cristalinas e piscosas, onde não faltavam os grandes cardumes de dourados, surubis, piavas, traíras, curimatás, jundiás, saicangas, pintados, lambaris, cascudos e outros” (FORTES, 1990, p. 27). Assim, a pesca acontecia de diferentes maneiras, a variável estava muitas vezes no tipo de rio, ou seja, em águas mansas e profundas normalmente se usava linha e anzol, já nas águas baixas com predomínio das corredeiras era comum o uso de armadilhas para capturar os peixes. Entre algumas formas “(...) pegávamos peixe de anzol, de linha, de vara (...) tinha aquelas joanas, o cará o lambari. (...) Tinha o douradinho, aquele também é um peixinho bonito, então passávamos o domingo assim, festa, pescando” (CREMONINI, 2009). Também foi muito habitual o uso de armadilhas, que era uma prática usada pela população indígena. Portanto, no depoimento do Sr. Luzzi, se reafirma a ideia de que os colonos aprenderam o emprego destas armadilhas para captura dos peixes, conforme se observa abaixo:

O pãri nós pegávamos e fazíamos de taquara né, então na frente aonde era uma corredeira então eles botava uma vara em baixo, e amarava as taquaras e depois atrás nós fechava ela, porque se não o peixe escapava, então ali nós fechava atrás. (...) nós sabíamos que quando a gente ia no rio não perdia a viagem. (...) Mais era jundiá, trairá e piava (LUZZI, 2014).

A Figura 8 refere-se à pesca com armadilha feita de taquara (*Merostachys*), planta comum nas matas da região; chama atenção a quantidade de peixes capturados assim como o envolvimento familiar ou a cooperação entre vizinhos. A imagem nesse caso nos mostra a ambientação do lugar, uma situação social e histórica, evocando a memória. Práticas como a pesca ganharam significado, preservando-se na memória da população local e foram registradas tanto em imagens fotográficas, como também em depoimentos de história oral. Capturar presas seja na pesca ou na caça e as formas de preparo das carnes podia envolver famílias inteiras que preservaram este hábito social de geração em geração (MARTINS, 2010).



Figura 8. Pescaria. Atual município de Caibi/SC, na primeira metade do século XX  
Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Sobre os animais que eram caçados, Fritz Plaumann relata a caça de uma onça, que para tanto os colonos precisaram recorrer a experiência de um indígena e um brasileiro que conheciam bem a natureza da região:

Domingo 20/06/30. Para matar o tigre [onça] que já tinha roubado, ao redor, tantos porcos e cachorros, um índio e dois brasileiros colocaram espingardas no mato como armadilhas. A noite a carga da bala feriu o tigre, que escapou. No dia seguinte, os três, tendo na frente o índio que tinha somente um braço, seguiam para a floresta. Quando o primeiro pulava sobre o tronco de uma árvore caída enfrentou-se com o tigre ferido, que ficou deitado atrás do tronco. O homem tentou dar um tiro com revólver na cabeça do animal. O cartucho falhou e então, puxando o revólver para dentro de sua boca o tigre fechou-a, deu uma pancada e derrubou o homem no chão. Nesse momento chegaram seus companheiros e o tigre dirigiu-se contra eles. Com o disparo de cinco tiros, os homens espantaram a fera, mas não era possível persegui-lo, visto que foi preciso socorrer o chefe que estava ferido e faleceu logo depois (SPESSATTO, 2001, p. 86).

A caça da onça (*Phantera onca*), chamada pelos moradores da região de tigre (*Panthera tigris*), não se associava a obtenção da carne, o que se usava era a pele (Figura 9, pele n. 8). Na maioria das vezes a sua caça se dava pelo receio de ser atacado por esse animal, considerado o maior carnívoro do Brasil. Como podemos observar no relato apresentado por D' Ecça ao terem notícias de dois alemães que se perderam na



mataria do extremo oeste catarinense, disse: “Não sei como os tigres não os devoraram – disse para mim o Xavier, que, desde o Vorá, não pensava senão em animais selvagens” (D’ EÇA, 1992, p. 91). Em outro trecho da viagem o autor relata histórias dos moradores locais da seguinte maneira: “há um par de noites que um bicho arroteia a barraca, mas, sempre longito. E meu filho precisa arrumá um couro pra fazer uma pareia de guaiacas” (D’ EÇA, 1992, p. 91). Como se observa, a onça dificilmente se aproximava intencionalmente dos humanos e desconhecemos relatos de ataque em moradores locais.

O medo da fera é uma das principais características do imaginário faunístico brasileiro. Seu esturro pode ser ouvido de longe e é aterrorizante. Em muitas histórias ela é retratada como uma espécie de rainha da floresta, cuja a vontade é tirânica (FRANCO, 2014, p. 206).

Ademais, o relato como o de Plaumann, evidencia algumas das dificuldades e perigos enfrentados pelos colonos que vieram para cá. E também a cooperação entre vizinhos, no caso quem melhor conhecia a natureza do lugar auxiliava os recém-chegados.

Já na narrativa de João Luzzi que se instalou em meados dos anos de 1940 no interior de União do Oeste, pequeno município do oeste catarinense, explicita a diversidade de animais para a caça e algumas estratégias para capturar as presas. Assim, em seu relato, percebe-se um pouco do cotidiano com a prática da caça principalmente na primeira metade do século XX:

... tinha tatu também, tinha paca, mas capivara nunca cheguei ver lá, a anta sim, eu vi, não fui eu que matei, mas afinal cheguei a ver ela bem de perto onde os caboclos matavam. (...) Com a espingarda, soltava os cachorros, e a espera era o rio, quando ele vinha do rio o veado também, sempre vinha pelo lado do rio, então quando chegava na costa do rio nós pegava ele. (...) A maioria os cachorros iam por conta, e nós trabalhando quando sentia os cachorros sabia onde ir esperar e matava o bicho. Mas nós pra perder o dia pra ir caçar não, só no domingo as vezes eu pegava e ia caçar umas par de horas que a caça era bastante, pegava pra semana inteira, era fácil. A vida era boa mesmo naquele tempo, melhor do que agora (LUZZI, 2014).

Como estratégia empregada pelos colonos para realizar a caçada estava o uso do curso dos rios, que poderiam ser pequenos lajeados, junto a eles os animais eram conduzidos, cercados e, em seguida mortos, para tanto a utilização de cães era indispensável para esse tipo de caça. Outro ponto interessante na fala de Luzzi é de recordar este tempo como um tempo bom, o saudosismo que impera de forma bastante

comum na memória destes primeiros colonos.



Figura 9. Caçada. Palmitos/SC, primeira metade do século XX. 1,2,4,5,6: veado (*Mazama sp.*); 3: anta (*Tapirus terrestris*); 8: onça pintada ou jaguar (*Panthera onca*);7: gato-do-mato (*Leopardus sp.*)

Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

A Figura 9 mostra um grupo de caçadores exibindo suas armas, pousando para a fotografia de forma a enaltecer seu feito. É notável a presença dos cães, a quantidade de peles, inclusive de uma onça e de uma anta, ao fundo a presença da mata fechada. Além da carne utilizada como fonte de alimentação para a população local, a pele destes animais era seca ao sol e usada na fabricação de instrumentos de uso cotidiano ou ainda, comercializadas, como afirma o Sr. Olívio Rotava, “Os Pompermeyer tinham diversos por ai, trabalhavam mas é isso ai, explorar erva-mate, comprar couro de bicho, veado de caça, levavam os couros de lá e já traziam munição para vender para os caçadores” (ROTAVA, 1989). Outra passagem sobre o emprego da pele de animais: “Fosse ontem lhe dava a pele de um tigre, que baleei bem aí, na costa da porteira. Permutei com um tropeiro, por uma quarta de sal e uma carga de 38” (D’ EÇA, 1992, p. 121), o trecho refere-se a fala de um morador local, ao ter sua esposa medicada pela comitiva da viagem de 29. Portanto a pele também servia como moeda de troca na região ou ainda

para alguns moradores consistia em uma forma de adquirir algum dinheiro, “poucos ganhavam um dinheiro mais fácil, vendendo peles dos animais que caçavam” (ROHDE, 2012, p. 163). Ainda sobre o comércio de peles, o Livro de Informação Estatística do Município de Xapecó, fornece dados correspondentes ao ano de 1940, onde conta: “o comércio de 2.500 peles de veado no valor de 28.000\$000; e mais 360 peles de outros animais no valor de 3.850\$000” (IBGE, 1941, p. 2).

Ao analisarmos estes dados, no que se refere a pele de veado, o número elevado de 2.500 contabilizadas no ano de 1940, causa espanto. Mesmo assim, para além dos dados registrados, deve-se considerar que outros animais possam ter sido abatidos pela população regional, neste mesmo ano, porém não foram registradas. Não aprofundaremos aqui esse tipo de comércio, nossa intenção foi mostrar essa atividade como uma prática de interação e exploração, que ganhou importância no início do período colonizatório e que também foi uma forma de impactar o meio, já que não eram caçados apenas para alimentação das famílias, mas também com fins comerciais.

A diminuição da fauna nativa motiva os governos, principalmente a nível nacional, na criação de leis. Como é o caso do primeiro código de caça e pesca brasileiro, criado através do decreto N. 23.672 de 1934, que entre outras prerrogativas, visava fiscalizar e regulamentar as ações de caça e pesca em todo o território brasileiro.

Tais preocupações passam a ser divulgadas nos veículos de comunicação regional. Conforme se observa na reportagem publicada pelo *Jornal do Oeste*, que em 1948, traz uma matéria com o título ‘A Caça de Animais Selvagens no Brasil’, a reportagem assinada pelo Engenheiro Agrônomo Duarte de Barros, faz um alerta a existência do Código de caça e pesca brasileiro e, ressalta que “Poucos caçadores do Brasil sabem da existência do código de caça (...). Afinal o povo começa a sentir os efeitos da ruína praticada contra a natureza” (JORNAL D’ OESTE, 1948, p. 12).

A caça de animais selvagens no oeste catarinense se constitui como uma prática cultural passada entre as gerações familiares, hoje com menos intensidade, mas ainda é praticada na área rural da região. Já a pesca continua sendo praticada, principalmente nos grandes rios, sendo o pescador artesanal reconhecido como profissional, através da lei n. 8.287 de 20 de dezembro de 1991 (DAL MAGRO, et al., 2015).

As reflexões acima têm o intuito de demonstrar que a história humana se constituiu também da relação com os animais, sejam das espécies exóticas introduzidas com o processo colonizatório (CROSBY, 1993), ou então, das espécies nativas que fizeram destas matas seu habitat. “Nossas vidas cotidianas estão, intimamente

entrelaçadas com a vida e morte desses bilhões de seres que nós brasileiros, indígenas e não indígenas, criamos, cuidamos aproveitamos, abatemos e comemos” (VELDEN, 2014, p. 36). Assim, sem cair nos excessos do determinismo ecológico, é importante salientar que as formas de se relacionar e explorar as outras vidas, sejam as dos animais ou vegetais, contribuem sobremaneira no modo de vida, na economia e mesmo a organização das sociedades humanas (DIGARD, 2011).

Dessa forma, os relatos, as imagens e os dados apresentados demonstram que as atividades de caça e pesca se constituíram como práticas culturais e serviram como complemento alimentar para os grupos que habitaram a região. Por outro lado, a ação da caça e pesca, também contribuiu na diminuição da fauna local. Este assunto é bastante pertinente e poucas são as pesquisas produzidas sobre tal, assim não esgotamos as discussões e esperamos despertar novos trabalhos sobre o tema.

### 3.2 A FLORESTA QUE CAI, A ROÇA QUE SURGE

As empresas colonizadoras encarregadas de promover a colonização do oeste catarinense retalhavam as terras (ver mapa Figura 6) e vendiam em pequenas glebas de 24 hectares, a chamada colônia. A chegada dos colonizadores provoca o aumento e o intenso uso do solo para a exploração e produção agrícola, que somado a inserção de novos mecanismos tecnológicos, desencadeiam uma série de transformações na paisagem regional. A tecnologia é entendida como um produto da adaptação da cultura humana condicionada pelo ambiente não-humano. Worster reforça ainda que os modos de produção “(...) têm estado engajados não somente na organização do trabalho humano e do maquinário, mas também na transformação da natureza” (WORSTER, 2003, p. 25-26). O autor ainda argumenta:

Em todo o tempo em que tais grupos estão reorganizando a flora e a fauna nativa para produzir mais alimentos, as pessoas são forçadas a se adaptarem às condições locais do solo, do clima e da água. Poder-se-ia até chamar tais condições de determinantes suaves da existência humana, já que elas influenciam significativamente como e onde as pessoas obtêm seus meios de vida e de que tipo de vida se trata (WORSTER, 2003, p. 31).

À medida que os migrantes chegam na região, estes trazem consigo também uma série de novos instrumentos, ferramentas e técnicas para as atividades e que conseqüentemente intensificam e modificam as formas de produzir. Impactando assim, de forma agressiva o ambiente se comparado a períodos anteriores, onde as

culturas de exploração e cultivo praticadas pelos grupos indígenas e caboclos eram menos danosas ao meio ambiente.

Se no início da colonização nota-se uma natureza quase que intocada, com o passar do tempo, ocorre uma mudança. As áreas de terras compradas pelos migrantes situavam-se em meio a uma densa cobertura florestal, portanto, uma das primeiras ações dos moradores ao se estabelecerem na região era a derrubada da floresta:

A bela floresta de araucárias, que, vista do alto, parecia um mar verde, de tão densa, começa a ficar cheia de clareiras. E só é aproveitada a parte nobre do pinheiro. O resto fica no chão, apodrecendo com as grimpas secas. Fazem fogo, e os nós das árvores, que revelam a sua idade, são usados como enfeites, ou como material para alimentar as labaredas das pequenas olarias (HIRSCH, 2005, p.168-169).

O solo formado pela decomposição de rochas vulcânicas e conjunto com as condições climáticas e pluviais, possibilitam tão logo que a mata seja derrubada, que ocorra à semeadura dos primeiros grãos. Uma vez limpo o terreno, o solo passava a ser utilizado para a produção agrícola. O plantio nas novas terras representava a expectativa de uma promissora colheita, principalmente na roça recém-constituída em meio a Floresta Estacional Decidual (Figura 10). Parte das árvores da floresta latifoliada, anualmente, desprendem suas folhas e ao caírem no chão entram em processo de decomposição contribuindo para a formação de um solo extremamente fértil. “O solo dessas florestas é uma argila vermelha, com uma camada castanho-escura de húmus na superfície; é, por isso, muito apreciado pelos colonos, embora ocorra em declives inclinados e frequentemente muito pedregosos” (WAIBEL, 1949, p. 162). Esta floresta ocupa o relevo “ao longo das encostas íngremes do rio Uruguai e seus afluentes onde predominam solos férteis, muito variáveis quanto à profundidade e pedregosos” (WELTER, 2006, 54).





Figura 10. Plantação em meio a mata derrubada, São Miguel do Oeste na década de 1930  
Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

A mata derrubada (Figura 10) e transformada em cinzas pelo fogo tem muita relação com o modelo de colonização, onde “os lotes eram pequenos e mais de 90% eram agricultores, eles vinham aqui tomar posse das áreas, então eles derrubavam o mato, então mais da metade da madeira nativa foi queimada” (SARTORI, 2003, p. 2). Segundo Worster, muitas roças foram constituídas por meio dessa prática herdada dos povos indígenas e replicada em diversas partes do mundo.

Muitas vezes começou com um fogo deliberadamente iniciado e impulsionado por um enorme incêndio, limpando uma área de solo aberto; nas cinzas desta clareira, os agricultores plantaram suas espécies favoritas, preservando-as contra as pressões sucessórias da vegetação circundante por alguns anos até que a fertilidade do solo se esgotasse e tivessem que mudar para novas terras. Este método primitivo de limpeza, encontrado entre os índios norte-americanos, os pioneiros do Kentucky, e os aborígenes da Nova Guiné, ainda é praticado hoje em várias partes do mundo, onde quer que a terra seja abundante e haja pouca pressão para se maximizar a produção; e possui vários nomes, como agricultura em turnos, agricultura rotativa, cultivo itinerante, swidden cultivation, corte-e-queimada, e de milpa ou ainda coivara (WORSTER, 2003, p. 30).

Assim, aos poucos as plantações ganham espaço e remodelam as paisagens antes florestadas. O jesuíta Balduino Rambo, ao descrever a fisionomia do alto rio

Uruguai na década de 1930, observa que chamam a atenção na região a estrutura do solo, a composição da mata virgem e a estrutura dos vales que determinam profundamente a estrutura da paisagem (RAMBO, 1935). Ainda segundo ele, depressões e elevações, com serras bastante íngremes que se mantêm com altura média de 300-330 metros.

Cada qual [colono] escolhia o terreno que mais condizia com seus desejos, seja nas imediações do Uruguai, seja nos vales dos rios e arroios provenientes do interior, construída, de paus a pique a folhas de palmeira, a primeira cabana, derrubava o mato ao redor e plantava o primeiro milho entre os troncos ainda fumegante da queimada (RAMBO, 1935, p. 29).

A paisagem rural que se desenhou na primeira metade do século XX tinha a terra como um patrimônio familiar, e seu cultivo dentro da lógica da pequena propriedade foram fundamentais para a reprodução da 'campesinidade'. Além de espaço de trabalho a terra é espaço da família (WOORTMANN, 1990). Segundo o autor, esses colonos ou pequenos agricultores estão pautados pela ética do trabalho.



Figura 11. Arando a terra no oeste catarinense (entre as décadas de 1940 -1950)

Fonte: Acervo do Museu Fritz Plaumann.

No oeste catarinense, mesmo os espaços de encostas foram ocupados e tornados espaços produtivos, como mostrado na Figura 11. A prática de arar a terra com o uso da

força animal (a junta de bois) para depois fazer a plantação dos grãos, era uma etapa do processo, sendo realizado inclusive em áreas bastante íngremes (Figura 11). Entretanto, como afirma Bublitz, havia muita dificuldade na prática de preparar a terra pelos primeiros imigrantes europeus no Rio Grande do Sul, que “perceberam logo, porém, que o uso do arado não lograria êxito imediato no solo irregular e repleto de raízes encontrado no Sul do Brasil” (BUBLITZ, 2008, p. 333). Outra presença marcante na observação da Figura 11 são os animais, principalmente o bovino, essencial no dia a dia das tarefas da roça, além de fornecer alimentos (carne, couro, leite e seus derivados).

Assim, à medida que a colonização vai se efetivando, principalmente a partir das décadas de 1930 e 1940, a extração dos produtos naturais e a produção agrícola se diversifica e aumenta, como se observa nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4. Produtos naturais extraídos em Chapecó em 1940

PRODUTO	Unidade	Produção	
		Quantidade	Valor
<b>Vegetal</b>	-	-	3803:912\$400
Erva-mate	Quilo	588.813	176:643\$900
Lenha	M <sup>3</sup>	219.434	307:207\$400
Carvão Vegetal	M <sup>3</sup>	566	222:017\$400
Pinho (Taboas)	M <sup>3</sup>	27.047	1744:531\$500
Cedro (Toras)	M <sup>3</sup>	10.631	1296:982\$000
Louro (Toras)	M <sup>3</sup>	2.000	244:350\$000
Cipó	Metros	1.253.000	12:530\$000
<b>Mineral</b>	-	-	274:350\$000
Ametistas Escuras	Quilo	70	66:500\$000
Topásio-pedra de quina	Quilo	110	12:100\$000
Ágata preta	Quilo	3.000	180:000\$000
Tijolos	Milheiro	175	15:750\$000
<b>Animal</b>	-	-	38:650\$000
Peles de animais silvestre			
Veado	Uma	2.500	28:000\$000
Diversas	Uma	360	3:850\$000
Cera de abelhas	Quilo	580	4:060\$000
Mel de abelhas	Quilo	1.240	1:240\$000
Casca de tartaruga	Uma	50	1:500\$000



TOTAL	-	-	4116:912\$400
-------	---	---	---------------

Fonte: Dados do Livro de Informação Estatística do Município de Xapecó (1941, p. 2)  
Acervo: CEOM/Unochapecó.

A Tabela 4 refere-se a extração de produtos e derivados de vegetais, minerais e animais que compunham o ambiente natural da região, estes propiciaram um celeiro de mercadorias para a população regional. Além dos produtos registrados na tabela, percebemos que outros tão comuns na região não foram registrados, a exemplo da semente da araucária, o pinhão. Analisando fontes fornecidas pelo IBGE, órgão responsável pelo recenseamento geral do Estado de Santa Catarina, no período estudado, encontramos no recenseamento publicado em 1950, a “Produção extrativa de origem vegetal dos estabelecimentos de 1949, segundo as zonas fisiográficas e municípios” (IBGE, 1950, p. 76). Assim, no campo referente a produção do Pinhão registra-se “413 (quatrocentos e treze) Estabelecimentos com Declaração no Estado de Santa Catarina, com a produção no ano de 1949 de 7.996.300 pinhões” (IBGE, 1950, p. 76). No entanto, estes dados dizem respeito apenas ao Município de São Joaquim no planalto serrano de Santa Catarina.

Em específico ao oeste catarinense nenhum dado foi encontrado sobre a produção ou mesmo comércio de pinhão. Pode-se deduzir que a grande quantidade de pinhão na região tornava-o um produto sem muito valor econômico e conseqüentemente pouco comercializado regionalmente, uma vez que era encontrado em grandes quantidades em terras com araucárias, principalmente até a primeira metade do século XX. Entretanto, nos anos finais da década de 1940, jornais regionais trazem referência ao ‘contrabando’ de pinhão efetuado pelos argentinos, assunto abordado no próximo capítulo.

Tabela 5. Produção agrícola de Chapecó em 1940

Produto	Unidade	Estimativa da Produção			
		Área cultivada (Ha)	Produção	Rendimento por Hectare	Valor
Arroz em casca	Sc. 60 kg.	154,00	1.807	11,7	54:210\$000
Aveia	Quilo	15,00	2.150	143,0	1:182\$500
Centeio	Quilo	6,00	5.880	980,0	2:646\$000
Cevada	Quilo	4,00	4.800	1.200,0	1:920\$000
Milho	Sc. 60 kg.	18.780,00	544.620	29,0	6535:440\$000

Trigo	Quilo	342,12	513.180	1.500,0	307:908\$000
Abacaxi	Fruto	0,50	2.700	5.400,00	1:350\$000
Banana	Cacho	370,00	285.270	5.400,0	1:350\$000
Laranja	Cento	895,00	179.280	200,3	322:704\$000
Limão	Cento	4,00	8.800	2.200,0	19:360\$000
Tangerina	Cento	273,00	344.900	1.263,3	206:940\$000
Uvas	Quilo	34,00	47.300	1.391,1	23:177\$000
Batata doce	Ton.	346,00	1.730	5,0	181:650\$000
Batatinha	Ton.	157,00	942	6,0	169:560\$000
Mandioca	Ton.	972,00	2.916	3,00	145:800\$000
Alfafa	Quilo	28,00	153.804	5.493,0	30:760\$800
Amendoim	Quilo	14,00	28.000	2.000,0	14:000\$000
Ervilha	Quilo	3,50	7.000	2.000,0	3:500\$000
Favas	Quilo	1,00	1.800	1.800,0	180\$000
Feijão	Sc. 60 kg.	1.168,00	35.040	30,0	840:960\$000
Cana-de-açúcar	Ton.	275,00	8.250	30,0	82:500\$000
Fumo em folha	Quilo	3.172,00	1758.260	473,1	2107:512\$000
Alho	Quilo	0,50	2.100	4.200,0	1.050\$000
Cebola	Quilo	1,50	15.000	10.000,0	7:500\$000
TOTAL	-	-	-	-	11 461:187\$300

Dados extraídos do livro de Informação Estatística do Município de Xapecó (1941, p. 2)  
 Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

A Tabela 5 refere-se à produção agrícola e mostra uma variedade de cultivos produzidos e comercializados. Essa diversidade de produtos também é reflexo do modelo de colonização empreendido, onde a agricultura foi desenvolvida na pequena propriedade rural no âmbito familiar. A produção era diversificada já que devia atender o sustento da família.

Outro ponto importante a considerar é que a mudança da paisagem e consequentemente os impactos ao ambiente de uma região se acentuam a medida que há um aumento demográfico. Assim, ao analisar os dados regionais, até a década de 1920 a migração foi menor e por esse motivo houve menos interferência no ambiente, se comparada com as décadas seguintes, quando o processo de colonização aumenta.

Tabela 6. Dados demográficos de Chapecó entre 1920 a 1970

Ano	Total	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%
1920	11.315	851	7,52	10.464	92.48
1940	44.327	4.128	9,31	40.199	90.69
1950	96.604	9.736	10,08	86.868	89.92
1960	52.089	10.939	21	41.150	79.00
1970	50.117	20.591	41.08	29.526	58.90

Fonte: Adaptada de Piazza (1983) e CEOM (2017)

Em 1920 o município de Chapecó abrangia todo o oeste catarinense com uma extensão de 14,053 km<sup>2</sup> e contabilizava entorno de 11.315 habitantes, possuindo em média 1,24 km<sup>2</sup> por pessoa. Já no ano de 1950 eram 96.624 habitantes, com a mesma extensão territorial a média por pessoa passa a ser entorno de 0,15 km<sup>2</sup>. Assim, aproximadamente em três décadas de colonização há um incremento populacional na região de 750%. Destes, entorno de 90% estabeleceram-se na área rural. Esse dado é relevante, pois de acordo com Cabral (2014) quanto mais pessoas habitam um território, mais demandas elas geram sobre os recursos naturais e conseqüentemente modificam de forma mais incisiva a paisagem regional.

A partir de 1953, Chapecó passa por um processo de desmembramento político, onde são criados vários outros municípios, como consequência ocorre não somente uma diminuição geográfica, mas também uma diminuição demográfica do município, quando olhamos para os dados da década de 1960. A análise dos números apresentados expõe uma sociedade predominantemente rural, principalmente até a década de 1960, modificando um pouco este cenário a partir da década de 1970. Esse aumento demográfico regional não é um acontecimento isolado, mas acompanha o aumento da população a nível global, que se intensifica com o fim da Segunda Grande Mundial. Portanto, do ponto de vista da existência e do crescimento de uma sociedade capitalista, há necessidade por mais áreas de produção, conseqüentemente afetando de forma mais agressiva o ambiente (WILLIAMS, 2006). Luiz Marques ao discutir os impactos ambientais decorrentes deste capitalismo desregulado considera que:

(...) durante toda a sua história, as estruturas socioeconômicas fundamentais da sociedade brasileira constituíram-se através da ocupação predatória de seu território, em sentido leste-oeste. Assim, a Mata Atlântica que outrora bordejava a faixa costeira do país devia ser a primeira vítima da predação (MARQUES, 2016, p. 98).

Cabe ressaltar que o aumento populacional demanda por mais alimentos,

moradia, vestimentas e locomoção. Assim, para sanar ou minimizar estes aspectos, uma exploração acirrada do ambiente natural fez crescer as áreas cultiváveis, acelerando a derrubada da mata nativa, assim a roça surgia, a floresta caía.

Entretanto, as primeiras produções agrícolas no oeste catarinense representaram uma série de desafios. A produção colonial, principalmente até a primeira metade do século XX, apresentavam muitas dificuldades e adversidades, já que os colonos ao chegarem encontravam as terras florestadas. As florestas da Mata Atlântica são possuidoras de uma grande diversidade de vidas, que em muitas ocasiões tornaram-se obstáculos para a produção agrícola, especialmente quando o produto já estava plantado. Após alguns cultivos, o terreno apresentava outros problemas, segundo Dean: “Em terreno que foi cultivado por diversas temporadas ou convertido em pastagem, as colônias de formigas gradualmente vão aumentando em número à medida que as repetidas queimadas afugentam os seus predadores” (DEAN, 1996, p. 125). A ação de insetos e outros animais, considerados nocivos pelos colonos em suas plantações, relaciona-se à ação humana que interfere no habitat, modificando gradativamente a paisagem na medida em que o cultivo agrícola vai se intensificando.

Continuam os nossos lavradores a sofrer danos em suas plantações com a praga da formiga saúva. Esse fato se observa até nas lavouras da cidade. Em tempos passados a Prefeitura Municipal tinha um funcionário encarregado de combater esses terríveis inimigos, inimigos da agricultura. Para esse fim foram adquiridas duas máquinas e formicidas suficientes, tendo sido alcançados ótimos resultados. Tendo sido aludido funcionário exonerado, até hoje não foi substituído. Sabemos que por ter desaparecido o motivo que determinou a saída daquele empregado, estaria o mesmo disposto a voltar ao desempenho das funções que lhe cabiam. Se o Sr. Tenente Eloi Mendes, Prefeito Municipal, quizesse reintegrar o dito funcionário, prestaria ótimo e real benefício aos plantadores chapecoanos (A VOZ DE CHAPECÓ, 1939, p. 04).

Entre as ‘pragas’ estavam a formiga saúva (*Formicidae Atta*), que era, sem dúvida, a que mais provocava danos as plantações dos colonos. Na medida em que as áreas queimadas eram transformadas em terras de plantar as formigas cortadeiras (saúvas) encontravam nas plantas recém-germinadas uma grande fonte de alimentação. Portanto, chegavam a destruir ou a danificar grandes plantações na área rural, até mesmo nas hortaliças plantadas ao redor das casas no perímetro urbano. Entretanto, é importante associar a ação das formigas com a derrubada da mata para a prática da agricultura intensiva que conseqüentemente acaba provocando a diminuição dos seus

predadores naturais, que entre outros, estão as aves de modo geral, rãs (*Rana pipiens*), tatus (*Dasypodidae*), tamanduás (*Myrmecophaga tridactyla*) e lagartos (*Lacertilia*).

Como os insetos estavam muito presentes no cotidiano dos migrantes do oeste catarinense, os seguintes relatos ajudam a exemplificar os problemas enfrentados pelos colonos nos primeiros anos da colonização:

Moradores desagradáveis da floresta se fizeram notar de maneira bastante intensa. Eram os minúsculos borrachudos e mosquitos que penetram por qualquer buraco ou fresta. A fumaça era a única forma de mantê-los afastados. Por isso, o nosso fiel Eckhard fez fogo, dos dois lados da casa, para que tivéssemos paz. A fumaça, neste caso era, dos males, o menor (ROHDE, 2012, p. 59).

Outro relato traz:

As vespas são um caso sério em Passo dos Índios. Com a derrubada do mato, elas fazem suas casas embaixo da beirada dos telhados. Em todas as moradias vê-se uma colmeia pendurada – quando se tornam muito grandes, o recurso é queimá-las com uma bola de pano embebida em querosene, presa numa vara comprida. As portas e janelas das casas são cuidadosamente fechadas, as crianças trancadas no seu interior. Todo cuidado é pouco (HIRSCH, 2005, p. 144).

As citações acima são relatos dos primeiros migrantes e retratam algumas das adversidades enfrentadas, sendo também evidentes algumas formas de sobrevivência e de adaptação ao ambiente local. Como afirma Hirsch,

É necessário, também, deixar o quintal limpo, acabar com o mato, e, se possível, matar as formigas para poder plantar verduras e frutas. É uma luta inglória. Os insetos vêm da floresta e em poucas horas devoram tudo (HIRSCH, 2005, p. 68).

A ação ofensiva das formigas nas plantações dos colonos passou a ser encarada como um problema de esfera pública, levando a Prefeitura Municipal de Chapecó em 1961, através do prefeito João Destri a sancionar e promulgar a Lei Número 21, votada pela Câmara de Vereadores do Município, onde estabelece:

Art. 1º – Todo o proprietário Rural, bem como proprietários de lotes e terrenos da Sede do Município, que tiveram em seus terrenos, formigueiros que possam prejudicar a lavoura ou vegetações alheias, são obrigados a extingui-los dentro do prazo que for marcado pela prefeitura; Art. 2º - Se a extinção dos formigueiros, for feita pela prefeitura, - será o proprietário multado e intimado a pagar além da multa as despesas que foram efetuadas por aquela; Art. 3º - A prefeitura municipal, associação rural, bem como a Casa do Colono de Chapecó, em comum acordo, resolveram acertar a

campanha de extermínio á formiga saúva (CHAPECÓ LEI MUNICIPAL, 1961, p. 1).

As adversidades vivenciadas pelos primeiros colonizadores referentes ao ambiente natural não foram uma exclusividade regional. O colono Fortini, que imigrou da Itália para região de Caxias do Sul no Rio Grande do Sul na década de 1870, dizia que: “Quando, porém, veio a bendita safra, constatamos que ela era disputada por muitos pretendentes, entre os quais macacos, papagaios e outros animais e aves que em grande número investiam contra as plantações” (FORTINI apud DE BONI; COSTA, 1979, p. 125). As condições de vida e a produção agrícola, principalmente nas primeiras décadas de colonização, estavam condicionadas em saber interagir com o ambiente natural, dessa forma, aprender como o ambiente agia e reagia era fundamental para a adaptação.

Importante destacar, ao mesmo tempo em que muitos animais eram predadores das plantações, eles também serviram de presas, como visto anteriormente. Muitos eram caçados e passaram a fazer parte da dieta alimentar e os insetos produziam alimentos que podiam ser coletados, como é o caso do mel (Tabela 4).

Neste sentido, além de outras fontes históricas, os dados, os relatos e as imagens apresentadas contribuem para evidenciar como o processo de exploração e produção agrícola se estruturou na região e conseqüentemente provocou mudanças na paisagem regional. Outra atividade importante desencadeada com o processo de colonização e que está intrinsecamente relacionada à mudança da paisagem foi o uso, a exploração e a comercialização da madeira do oeste catarinense, abordado na sequência.

### 3.3 A EXPLORAÇÃO DAS ESPÉCIES ARBÓREAS E SEU EMPREGO COMO MATÉRIA-PRIMA

Há de se considerar que historicamente a floresta serviu aos diferentes grupos humanos, proporcionando benefícios e contribuindo para o desenvolvimento destes grupos, os quais aprenderam a dominar a floresta. Ou seja,

(...) a floresta deixou de ser adversária para ser produtora, protetora de espaço e lazer. Serviu também como espaço de esconderijo para ladrões e criminosos, e ao mesmo tempo como local de meditação e oração para religiosos de todas as crenças (LEÃO, 2000, p. 19).

Assim as (inter) relações entre os humanos e a floresta, ora aconteceu de forma menos nociva, ora em outros momentos históricos os resultados destas relações desencadearam a destruição das florestas.

Referindo-se ao oeste catarinense, as (inter) relações entre os colonizadores e a floresta, aconteceram de várias maneiras, porém prevaleceu a exploração comercial dos produtos por ela fornecidos, tendo maior destaque a exploração da madeira. No que se refere ao desenvolvimento econômico da região, foi fundamental o uso das plantas que compunham as florestas, sua exploração acarretou profundas mudanças na paisagem e consequências ambientais.

Antes da chegada dos primeiros colonos ao oeste catarinense, há registros de exploração comercial da floresta pela população cabocla que desenvolveu o comércio da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), uma planta comum das florestas regionais.

As Aquifoliáceas, a que pertence a *Ilex paraguariensis*, constituem numerosa família botânica representada no Brasil por mais de meia centena de espécies espalhadas por vários Estados do norte, do centro e do sul do país. Encontram-se na região das Araucárias, associadas ao pinheiro, as seguintes, cujos nomes vulgares vão entre-parêntesis: *Ilex paraguariensis*, St-Hil., var.genuina, formas *sorbilis* e doméstica (Mate, Mate verdadeiro) (IBGE, 1918, p. 50).

A erva-mate encontrada e explorada nesta região é descrita por Reitz; Klein; Reis, (1979) da seguinte forma:

ÁVORETA - de 10 a 15 metros de altura com tronco reto, bastante curto, de 20-40 cm de diâmetro na altura do peito. RAMIFICAÇÃO racemosa, quase horizontal, formando copa alongada, densifoliada, verde escura. FOLHAS alternas, simples geralmente estipuladas, subcoriáceas até coriáceas, glabras, verde-escuras em cima e mais claras em baixo (REITZ; KLEIN; REIS, 1979, p. 168).

A exploração da árvore erva-mate é secular, exercida inicialmente pelos índios e posteriormente explorada economicamente pela população cabocla (brasileira e argentina) entre as décadas finais do século XIX e continua até os dias atuais. De acordo com Ferrari “ervateiros argentinos, durante todo o ciclo da erva-mate colhiam as sementes das erva-mate brasileiras plantando-as em solo argentino” (FERRARI, 2011, p. 215). O uso da erva-mate faz parte de um hábito cultural não só do oeste catarinense, mas também dos países platinos, empregando-a principalmente como bebida quente, conhecida como mate ou chimarrão.

O mate continuou a ser consumido no planalto e no Rio-Grande-do-Sul, e grande parte de sua população tinha-o ao alcance das mãos. Os grandes consumidores estavam no Rio-da-Prata e no Chile. O mate do Paraguai não bastava para suprir êsses mercados, nem o produto dessa origem satisfazia inteiramente ao paladar de argentinos, uruguaios e chilenos, como o de procedência brasileira (IBGE, 1918, p. 50).

No oeste catarinense, principalmente na composição da Floresta Ombrófila Mista, em meio às araucárias, a erva-mate se desenvolveu naturalmente e sua exploração constituiu práticas de interação entre homem *versus* meio.

(...) enquanto nós derrubávamos o pinheiro e mesmo a madeira de lei, paralelo havia sempre alguém que recomendava para que o tombo fosse dirigido de forma que não atingisse os pés de erva-mate. Já era uma fonte de renda, uma riqueza como diziam, e, por isso, devia ser preservada (SILVESTRIN, 2009, p. 177).

Ainda sobre a existência de ervais na região, pode-se observar a descrição de Fortes:

(...) nota-se a existência de muitos ervais em toda a região, cuja erva – sempre usada como mate-chimarrão dos habitantes locais - era por eles escolhida antes da brota e na lua minguante, quando eram podadas as árvores com facão, depois de apresentarem a folhagem bem madura e, assim, fornecerem erva boa para o gostoso chimarronear nos momentos de descanso, que todos usavam fazer invariavelmente (FORTES, 1990, p.15).

Outra descrição sobre os ervais presentes no oeste catarinense encontra-se no relato de Arthur Ferreira da Costa, integrante da comitiva da Viagem de 1929, que ao descrever o percurso de Mondahy a Pepery, relata que há “Hervaes que irrompem na pequena roçada feita para a picada” (COSTA, 1929, p. 29). Atribui-se como uma atividade econômica desenvolvida de forma rudimentar e com pouco uso da tecnologia industrial:

[...] havia um barbaquá, abandonado a mais de anno. Pela legislação catharinense, entre uma e outra colheita de herva mate, deve decorrer, no mínimo, o prazo de três annos. A herveira só pode ser podada de triênio a triênio. Assim o hervateiro, quando chega o anno em que póde fazer a extracção em determinado trecho, constrões ahí o seu barbaquá, que é o secador do *illex* e, perto, o depósito. Como o serviço é efêmero, por isso que a colheita não pode durar mais de seis mezes, fazem uma construcção ligeira, para ser abandonada depois dessa utilização (COSTA, 1929, p. 60).

A exploração da erva-mate, de acordo com Bavaresco (2017), teve grande



destaque no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, e em 1900 representou 31 a 32% da economia de Santa Catarina. O seu comércio foi uma das primeiras atividades econômicas do oeste catarinense, inclusive as folhas da erva-mate eram usadas como moeda de circulação na zona fronteira entre Brasil e Argentina até meados dos anos de 1930 (FERRARI, 2011).

Quanto ao contexto da exploração e comercialização da erva-mate na região, podem ser verificadas na pesquisa de Renk (2006), uma abordagem pelo viés da Antropologia, ao estudar a formação da identidade cabocla, por ela denominada de identidade brasileira. Já Gerhardt (2013), faz um estudo sobre a erva-mate pelo viés da história ambiental. Ambos os trabalhos são fundamentais para entender melhor a importância desta planta, sua dispersão, as práticas de exploração, a comercialização e as próprias relações interétnicas e sociais que se estabelecem entorno desta atividade bastante comum na região.

Se a erva-mate foi um dos primeiros recursos florestais explorados pela população cabocla do oeste catarinense, podemos considerar que a chegada dos colonos ampliou e intensificou a exploração das florestas, principalmente no que se refere ao uso das árvores nativas. Árvores passaram a ser transformadas em madeira, dando início a um novo ciclo econômico na região, o ciclo da madeira.

Um dos aspectos do processo de colonização do oeste catarinense é a atividade de exploração e comercialização da madeira. Saber aproveitar as árvores transformando-as em lenha, casas, galpões, cercas, utensílios de trabalho e domésticos e principalmente em peças de madeira serrada foi fundamental para a região do ponto de vista da construção da infraestrutura e econômica. “Na floresta o homem descobriu uma matéria-prima que não podia dispensar no seu processo evolutivo – a madeira” (LEÃO, 2000 p. 19). Tecnicamente a madeira é:

(...) uma estrutura complexa, formada por diversos tipos de células especializadas. As árvores denominadas angiospermas são de “madeira dura” e possui algumas espécies de células que diferem das encontradas nas coníferas (gimnospermas ou produtoras de madeira moles ou resinosas) (LEÃO, 2000, p. 33).

As espécies nativas eram muito valorizadas, possibilitando diferentes usos. Na maioria das vezes os proprietários da madeira não conheciam a composição estrutural das espécies, o que acarretava posteriormente em um uso menos produtivo e

duradouro, causando muitas vezes desperdício.

Ia-se buscar no mato o pau para toda a obra, sem se cogitar de secções mínimas apropriadas e algumas madeiras eram classificadas empiricamente como boas para estrutura porque resistiam bem à umidade nos segmentos enterrados no chão, porque possuíam grande resistência à flexão, porque eram "duras", de talhe difícil e pesadas. Madeira boa era o que afundava na água. E boa antes de tudo porque resistia ao cupim, à broca, ao caruncho. Os carpinteiros e marceneiros vindos de fora ficavam espantados com a vulnerabilidade das madeiras leves de fácil corte; praticamente todas, tirando uma ou outra, como o cedro, por exemplo, eram presas rápidas daqueles insetos xilófagos. Não havia, portanto, uma racional escolha de madeiras – praticamente a esmo eram derrubadas, na lua certa, as árvores, que se sabia de boa qualidade dentro dos critérios vigentes e as peças falquejadas recebiam dimensões exageradas 'por garantia', já que não havia o problema de custo (LEMOS, 1985, p. 36).

O desperdício da madeira consistiu também no aproveitamento parcial de algumas árvores, retirando apenas parte de maior valor ou rentabilidade madeirável. Ou ainda, como relatado a seguir, se derrubava o pinheiro na pressa de colher a pinha, pois quando madura ela desprende do galho podendo ser coletada facilmente sem sacrificar a árvore.

No começo, cortavam, derrubavam pinheiro de metro e tiravam uma ou duas torras do pé. O resto apodrecia no mato, isso porque, para tirar madeira de primeira (qualidade), as vezes após uma tora dá muito nó, então é que vem a segunda e a terceira e nem todos compram. Apodrecia pinheiro nesses matos que era a vontade. (...) Ah foi uma barbaridade. Derrubavam o pinheiro para tirar a pinha ou para furar um arapo, a cachopa de mel, ou pior ainda, envergavam o pinheiro com o machado e derrubavam para tirar o cascão, fazer ripas para cercas (CAMPOS Apud BELLANI, 1991, p. 114).

Inicialmente a madeira serviu essencialmente na infraestrutura básica, como na construção das casas, instalações, cercas. A madeira empregada era geralmente proveniente da própria propriedade, ou ainda, compradas das primeiras indústrias madeireiras locais. Neste sentido, Moacir Sartori que foi madeireiro, profissão herdada de seu pai, que havia instalado em Chapecó uma madeireira no ano de 1927, relata que:

De 1927 a 1932, cinco anos o meu pai não exportou nenhuma tábua, a primeira balsinha que sobrou pra ele de 240 cubos que levava de carroça pro Uruguai e demorava 3 dias pra ir e voltar. (...) Em 1932, ele fez a primeira balsinha de 240 cubos ou 120 m<sup>3</sup> por que não sobrava madeira pra ele exportar, era toda consumida pra construir casas (SARTORI, 2003, p.3).

Assim, nos primeiros anos a madeira produzida era destinada basicamente para o

consumo local. Neste contexto, a produção de madeiras era realizada pelas incipientes indústrias madeireiras da região, bem como, pelos próprios colonos.

Nos meses de inverno, se via, por toda a parte, os agricultores limparem as grandes toras de madeira utilizável, que forneciam material de construção para casas futuras, melhoradas, ampliação das estrebarias e chiqueiros, moirões de cerca para poteiros, etc (RODHE, 2012, p.139).

Assim, mesmo tendo necessidade de aumentar as terras de cultivo (roças), quando possível mantinha-se uma parte da floresta, pois era dela que se retirava a madeira para a lenha, para novas construções e reformas da propriedade rural. Como afirma Rodhe, ao se reportar ao final dos anos de 1960:

(...) muitos dos colonizadores podem, ainda hoje, vender algumas toras desta profusão, tendo um belo ganho adicional, depois de terem construído e ampliado casa de moradia, estábulos, galpões e paióis com a madeira extraída das matas em seu próprio lote (RODHE, 2012, p. 143).



Figura 12. Grupo de colonos em meio a mata no corte e desdobre da madeira com método manual Década de 1930, em Chapecó SC  
Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

A Figura 12 refere-se às práticas de exploração das árvores que inicialmente eram derrubadas e ainda em meio a mata eram transformadas em toras ou peças menores de madeira. Observa-se o estaleiro, os machados e serrotes, ferramentas que necessitavam de considerável esforço físico, porém indispensáveis no processo de derrubada da mata e beneficiamento das toras em tábuas. Assim, durante as primeiras décadas do século XX usava-se basicamente o serrote e machado: “Constituíam um estaleiro, colocavam a tora, colocavam um prego em cada ponta, amarravam um barbante e faziam um risco com carvão da grossura das tábuas para fazer reto” (HINNING, 2013, p. 05).

Entre as espécies de árvores mais usadas na construção da infraestrutura rural e urbana até a primeira metade do século XX, destaca-se a araucária (pinheiro).

Da Araucária tudo pode ser aproveitado: a madeira, não só é de grande beleza, como tem todas as condições de elasticidade e resistência, podendo ser utilizada em obras de marcenaria, carpintaria, vigamentos, caixotaria, etc; a fibra é considerada das melhores para a fabricação de papel; a resina aproveitada industrialmente produz alcatrão, breu, pixe; os "nós", que saem da base dos ramos do pinheiro têm larga aplicação em pequenos objetos de luxo e o seu poder calorífico é comparável ao do carvão de pedra; a casca e os galhos podem também ser utilizados como combustível (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1945, p. 133).

O uso da madeira de pinheiro na região foi essencial para as primeiras construções, “que tinham um caráter emergencial e por isso eram feitas de maneira mais rústica, com troncos lascados” (ONGHERO, 2014, p. 44). O pinheiro apresenta facilidade no processo de lascamento, permitindo bom aproveitamento na fabricação de diversos utensílios. Como relata a senhora Justina Pandolfo Hinning, moradora de Nova Erechim, município do oeste catarinense, “Enquanto o nono (avô) serrava as tábuas no estaleiro, a nona (avó) com os filhos menores lascavam as tabuinhas para fazer o coberto da casa” (2013, p. 05).

De forma menos significativa, atribui-se ao pinheiro um valor paisagístico pela beleza de sua copa nos vários estágios de crescimento, sendo de grande efeito ornamental e paisagístico. Numa reportagem publicada no Jornal *A Folha d'Oeste* no ano de 1969, trazia que “O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal não liberou o corte de pinheirinhos naturais para as festas natalinas deste ano. (...) Portanto, qualquer compra ou venda de pinheirinhos naturais é considerada ilícita”

(1969, p. 04). Há poucas fontes e estudos específicos sobre o corte e uso da araucária para servir de pinheirinho de natal. Entretanto, a reportagem remete a uma prática que deve ter ocorrido em todo o sul do Brasil e, em números consideráveis, a ponto do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão Federal responsável por legislar sobre as questões florestais no Brasil naquele período - criar uma portaria proibindo este tipo de ação.

Havia também outras espécies arbóreas produtoras de madeira no oeste catarinense que compunham a Floresta Estacional Decidual (FED), denominada ainda de mata branca, em oposição a mata de araucária que tinha coloração mais escura. Esse tipo de floresta localizava-se em terras de relevos mais íngremes, quase sempre nas encostas dos rios com altitude mais baixa, variando de 400 a 150 metros de altitude.

Na floresta latifoliada as madeiras mais cobiçadas foram, sem dúvida, o louro-pardo (*Cordia trichotoma*) o cedro (*Cedrela fissilis*), a cabreúva (*Myrcarpus frondosus*), a grápia (*Apuleia leiocarpa*), a guajuvira (*Patagonula americana*), o angico-vermelho (*Parapiptadenea rigida*) e a canharana (*Cabrales glaberrima*) (REITZ; KLEIN; REIS, 1979, p. 11).

As árvores da FED, na sua grande maioria, apresentam uma massa específica mais densa se comparada com a da araucária, sendo:

(...) um indicativo de quanto o cerne de madeira foi impregnado com resinas, óleos, cristais e outros extrativos em sua defesa contra os xilófagos da floresta. Densidade alta deveria significar também resistência e, portanto, boa qualidade da madeira. Não é bem assim quanto a qualidade, ao desempenho da madeira nos usos mais nobres, embora quase sempre isso seja correto em relação a resistência. As madeiras de mais alta densidade em geral são bem adequadas ao uso no solo, como estacas mourões, dormentes e na construção de pontes pois enfrentam bem a umidade. Em algumas regiões são chamadas de madeiras-do-chão (GONZAGA, 2006, p. 26).

Ressalta-se que nos primeiros anos da colonização, a derrubada das matas e a sua transformação em madeira, foi realizada basicamente com o uso do serrote ‘vai e vem’, do machado e cunhas, que eram as ferramentas disponíveis e dependiam de muito tempo e esforço físico (SALINI; ONGHERO, 2015). Portanto, para este tipo de madeira as práticas e ferramentas usadas não se mostravam muito rentáveis, uma vez que eram árvores mais duras, resultando em menor produtividade se comparada com a madeira extraída da araucária.

Outro produto extraído da floresta é a lenha e o carvão vegetal. As recentes

produções historiográficas publicadas em português, de Dean, (1996); Carvalho, (2011); Martins, (2011); Brannstrom, (2012) ainda são escassas. Além disso, há poucas fontes primárias disponíveis, que prejudicam uma abordagem mais específica sobre o tema, mesmo assim daremos alguns apontamentos.

Há de se considerar que, principalmente até a década de 1960 e 1970, a região caracterizava-se basicamente como uma sociedade rural, e somente após este momento que se intensifica o processo de urbanização e implantação de energia elétrica. Assim, uma das principais fontes de energia para as fábricas e indústrias locais era a lenha. Esta que era essencial para o aquecimento e, em diferentes atividades do dia a dia, para cozinhar alimentos e aquecer água, já que a região tem invernos que chegam a zero grau e onde pouquíssimas casas possuíam gás de cozinha e energia elétrica, até pelo menos a primeira metade do século XX.

Enquanto as comunidades eram relativamente pequenas e dispersas, se deduz que o suprimento de lenha se fazia sem maiores problemas, baseado na coleta dos restos de árvores que não eram comercializadas, ou com os ‘nós’ de pinheiro que tinham uma queima prolongada. Algumas árvores das florestas regionais produziam lenha de boa qualidade, como é caso da bracatinga (*Mimosa scabrella*).

Dean (1996), ao abordar o consumo de lenha no país, estimou que cada família gastava em média 30 m<sup>3</sup> por ano, o que ele considerou um gasto de 6 m<sup>3</sup> ao ano por pessoa. Esse consumo per capita de lenha pode ser variável de acordo com a região, possivelmente no Sul com inverno mais rigoroso o consumo era maior. Temos também que considerar a característica da madeira empregada para a lenha, que dependendo da sua qualidade variava a quantidade usada.

Carvalho (2011), ao abordar o consumo de lenha na região com mata de araucárias, faz um estudo detalhado de outros pesquisadores (DEAN, 1996; SOUZA, 1950) que buscaram mensurar a quantidade de árvores/floresta necessária para obter uma determinada quantidade de lenha.

Baseado em outros autores, Souza estimou que 1 ha de floresta "muito boa" rende entre 160 e 180 m<sup>3</sup> de lenha, mas preferiu trabalhar com um dado que ele considera pessimista de 100 m<sup>3</sup> por ha, pois considera que as florestas vizinhas aos centros urbanos (os maiores consumidores de lenha na época) estavam muitas vezes em situação mais degradada. É preciso lembrar que, provavelmente, até a década de 1920 as florestas em geral estavam mais bem conservadas e é razoável supor que portanto rendessem mais lenha por ha em média do que as florestas já muito mais exploradas por anos de extração de lenha e pela própria indústria madeireira das décadas posteriores. Warren Dean afirmou que as florestas primárias contêm 400 m<sup>3</sup> de madeira por ha

para combustível. No entanto, como Dean frisou, a principal fonte de lenha eram as florestas secundárias, que eram muito menos densas e constituíam-se de madeiras com cerca da metade do valor energético (CARVALHO, 2011, p. 39).

Assim, para uma população estimada em 96.604 habitantes no município do “Velho Xaçepó” em 1950 (Tabela 6), pressupõe-se ao consideramos os cálculos de Dean, que se tenha consumido anualmente entorno de 579.624 m<sup>3</sup> de lenha. Se na concepção de Souza (1950) uma floresta ‘muito boa’, que em parte era a realidade das florestas do oeste catarinense nos primeiros anos do século XX, rende entre 160 a 180 m<sup>3</sup> de lenha por ha, assim, só em 1950 o abastecimento de lenha para o consumo da população regional representava uma área de 3.409 ha de florestas. Outro dado apurado na Tabela de dados estatísticos do IBGE traz a extração de “219.434 m<sup>3</sup> de lenha e de 566 m<sup>3</sup> de carvão vegetal” para o município de Chapecó no ano de 1940 (IBGE, 1941, p 4). Assim, o consumo de lenha em 1940, necessitou aproximadamente de 1.290 ha de floresta. É interessante observarmos que o consumo e comércio de lenha levantado pelo IBGE em 1940, apurou o número de 219.434 m<sup>3</sup> de lenha, já em 1950 os cálculos que aplicamos indicam 579.624 m<sup>3</sup> de lenha, representando um aumento de 160%. Respectivamente em 1940 a população regional era de 44 mil habitantes, em 1950 havia mais de 96,6 mil, ou seja, um crescimento populacional de 120%. O aumento em porcentagem no consumo de lenha, não apresenta do nosso ponto de vista, nenhum descompasso, se levarmos em conta o aumento de estabelecimentos industriais nos anos de 1950 e conseqüentemente do consumo da lenha.

Outro dado levantado diz respeito ao consumo de lenha em uma Olaria de Chapecó entre 1959 e 1961 (Tabela 7). A partir da análise dos recibos de pagamentos fornecidos pela empresa aos trabalhadores pela compra da lenha, podemos levantar:

Tabela 7. Registro de consumo de lenha (m<sup>3</sup>) pela olaria Santa Maria

Ano	Quantidade de metros cúbicos
1959	6.509
1960	5.845
1961	6.969
<b>Total geral</b>	<b>19.323</b>

Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

Assim, o consumo da referida olaria em apenas três anos foi de 19.323 m<sup>3</sup>, o que necessitaria de uma área florestal de aproximadamente 113 hectares para essa produção de lenha. Há de se considerar outros pesquisadores como Brannstrom (2012) que faz diferentes cálculos e fórmulas sobre o consumo de lenha por pessoa e principalmente da quantidade de área de florestas necessárias para obtenção de m<sup>3</sup> de lenha.

É importante ressaltar que os dados aqui apresentados sobre o consumo de lenha durante a colonização do oeste catarinense são bastante fragmentados e não servem como parâmetro para toda a região. Entretanto, ilustram que a utilização da floresta como lenha, seja para o consumo doméstico ou para a indústria incipiente do período abordado, contribuiu sobremaneira para a degradação das florestas regionais.

Se a derrubada das matas da região foi necessária para a constituição das roças e na construção da infraestrutura regional, a madeira oriunda destas matas também atraiu e fomentou toda uma relação de comércio. Promovendo, assim, a instalação de inúmeras indústrias madeireiras, serrarias, balsas, comércio externo, ou seja, toda uma cadeia entorno da principal atividade econômica daquele período.

### 3.4 A INDÚSTRIA MADEIREIRA

O registro da indústria madeireira no oeste catarinense se dá antes mesmo da criação oficial do município de Chapecó em 1917, anterior à vinda das empresas colonizadoras. Dados levantados por Bellani (1991) em consulta ao Cartório de Imóveis da Comarca de Chapecó identifica a existência da:

Firma de João Batista Dal Piva, com a razão social de serraria, localizada em Porto Chalana, Guatambú, município de Chapecó. Data de início em 2 de março de 1911, com um capital inicial de 20:000\$000 (vinte contos de réis) (BELLANI, 1991, p. 119).

É importante considerar a existência da atividade extrativista madeireira ainda nos primeiros anos do século XX. Entretanto, é a partir da vinda das colonizadoras que as matas da região passam a ser exploradas sistematicamente, tornando a madeira a base da economia regional.

A instalação das serrarias na região facilitou a exploração comercial da madeira e conseqüentemente a sua valorização. Como afirma Nodari:



(...) os recursos são valorizados diferentemente em diferentes épocas. Dentre os fatores, que mais afetaram a alteração no valor, destacam-se a oferta e a demanda, a qualidade da madeira e os avanços tecnológicos e as propriedades de uso do produto (NODARI, 2003 p. 165).

Nos registros da Diretoria Geral de Estatística (DGE), referente ao recenseamento de estabelecimentos rurais do ano de 1919, contabilizava para o município de Chapecó 3 (três) estabelecimentos do ramo madeireiro (DGE, 1920, p. 376). Já Bellani (2006) aponta que o número de firmas madeireiras no oeste catarinense em 1924 era de 24, e passaram a somar em 1946 um total de 107, ou seja, se observarmos de 1924 a 1946 há um acréscimo de mais de 300%. Esses dados revelam o rápido e significativo crescimento das empresas relacionadas ao ramo madeireiro.

Em meio a enorme quantidade e diversidade de espécies de árvores madeiráveis na região, a araucária foi a principal. “A necessidade de madeiras para obras reclama árvores direitas e fáceis de serrar. O homem fez-se, então, aliado das coníferas, assistindo-se ao recuo geral das árvores frondosas” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1950, p. 67-68). A araucária tornou-se um significativo produto de exportação brasileiro.

No século XX a araucária se tornou a árvore mais valorizada no mercado de madeira nacional, acabando com a dependência estrangeira de madeiras serradas no princípio do século e assim cada vez mais abastecendo a construção civil e colaborando para a explosão urbana de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e também de Buenos Aires e Montevideú (CARVALHO, 2010, p. 29).

Outras espécies de árvores foram também exploradas no oeste catarinense. Madeiras oriundas da Floresta Estacional Decidual na região entraram no cálculo da balança de exportação.

Em 1940, no município de Chapecó, que abrangia a região estudada, o preço do m<sup>3</sup> em tora de cedro e louro era 122\$000, enquanto uma cabeça de suíno vivo tinha o valor de 90\$000 (Instituto de Geografia e Estatística, 1942). Esses dados demonstram dois importantes aspectos. Em primeiro lugar que o cedro e o louro tinham o mesmo preço e que o valor das madeiras crescia enormemente depois que chegava à serraria (NODARI et al., 2003, p.162).

Do ponto de vista econômico e industrial, como afirma Bellani (1991), a

exploração das matas na obtenção da madeira configurou-se no principal ciclo econômico da região entre as décadas de 1930 e 1960. Bavaresco (2017) aponta que o ciclo da madeira começa a se destacar na década de 1920, atingindo altos percentuais no final dos anos 1930 e ao longo da década de 1940. Contexto em que as próprias colonizadoras, na necessidade de aberturas de estradas, demarcação de lotes, construções das casas etc, provocam a derrubada das matas e conseqüentemente passam a constituir o que denominavam de pequenos engenhos de serra. “Ainda na década de 1920, Ernesto Francisco Bertaso, diretor da Empresa Bertaso, já comercializava madeira, possuindo pequenos engenhos de serra e engenhos de erva-mate” (BELLANI, 1991, p. 118). E quando não o faziam, repassavam a exploração das árvores, como relata Sartori “compramos pinheiros deles até 1957, nós ficamos mais de praticamente 30 anos comprando pinheiro da família Bertaso” (2003, p. 1).

Outros documentos produzidos pela Colonizadora Bertaso explicitam a valorização da madeira, reservando-as nos lotes que eram comercializados. Como podemos observar no Livro de Escritura de Terras da Colonizadora Bertaso de 1925, que trazia na folha de abertura a seguinte anotação: “Reservar na Fazenda Chapecó os cedros que tenha a grossura de 11 palmos acima. Ou seja, 80 cent. de diâmetro na altura de 15 metros, pelo prazo de 5 anos” (LETCEB, 1925, p. 1). Assim, antes de vender as terras aos colonos, algumas colonizadoras extraíam as madeiras, principalmente as mais valorizadas. Outras empresas, como a Colonizadora Sul Brasil, que além do comércio de terras, se envolveu ativamente na exploração e comercialização de madeiras, também incentivava a vinda de empresas do ramo madeireiro (RODRIGUES, 2016).

A atuação das companhias colonizadoras permitiu a retirada sistemática da riqueza florestal. Foi comum por parte das Colonizadoras ou até mesmo pelos donos de terras florestadas, parcerias com empresários do Rio Grande do Sul, como consta o contrato firmado entre Victório José Alberti (vendedor) residente em Chapecó com Alfredo Cerutti (comprador), gaúcho de Irani – RS, que estabelece:

O Sr. Victório José Alberti vende ao Sr. Alfredo Cerutti a madeira de cedro de 10 (dez) palmos de circunferência acima, existentes em terras de sua propriedade na Secção Burro Branco no município de Xaçupé, estado de Santa Catarina (CONTRATO, 1941, p. 1).

Entre outras atribuições,

O comprador, senhor Alfredo Cerutti, fica com o direito de durante o prazo aqui estabelecido, fazer as estradas necessárias para o transporte da madeira comprada, assim como retirar dos matos os cipós para amarração da aludida madeira e fazer roças para o plantio de forragem dos bois (CONTRATO, 1941, p. 1).

O contrato estabelece que ficasse sob a responsabilidade do comprador todas as atividades referentes a exploração dos cedros em meio as matas, inclusive a de abertura de estradas.

A comercialização da madeira, do ponto de vista econômico, possibilitou a ascensão econômica regional. Em momentos específicos de crise, a impossibilidade de realização do comércio da madeira acarretava em sérios problemas, ocasionando dívidas, falta de dinheiro, mercadorias, alimentos, vestuários e ferramentas de trabalho. A dependência em que as inúmeras famílias tinham com a atividade madeireira é retratada em telegrama expedido pela Prefeitura Municipal de Chapecó ao governador do Estado de Santa Catarina no ano de 1935, que traz:

Os fatores preponderantes para este fracasso, no correr do semestre; a) Nenhuma possibilidade de, no correr do semestre, de exportar madeira embalsada, por falta de cheia. b) O baixo preço da herva. c) A falta de estradas carroçáveis de penetração. d) A miséria extrema em que vive o caboclo (famílias inteiras completamente nuas o que impedem até de sair a procura de serviço) (TELEGRAMA MUNICIPAL, 1935, p. 02).

Portanto, mesmo com o cultivo de outras produções agrícolas introduzidas com a colonização, é inegável que principalmente até a década de 1940, o comércio da madeira, quando não representava a dependência, configurava como complemento fundamental na renda de inúmeras famílias do oeste catarinense. A falta de boas vias terrestres de locomoção, que acabava isolando a região ao restante do estado, também dificultava a escoação da madeira por outro meio de transporte que não fossem as balsas através das enchentes do rio Uruguai. Assim, nos anos que não houvesse enchentes, emergiam as dificuldades financeiras. Ainda sobre a economia da madeira no oeste catarinense Piazza (1983) escreve:

(...) após 1922, com a incorporação do extremo Oeste na economia madeireira de Santa Catarina, melhor dinamizada na medida em que a madeira é escoada, através de balsas pelo rio Uruguai para a Argentina, a partir de Passo Bormann (Chapecó) e outras localidades ribeirinhas, a proporção que vão ser povoadas as margens do rio Uruguai e de seus principais afluentes (PIAZZA, 1983, p. 67).

Para Werlang (2006), os empresários procuravam acordos com o governo,

também com o intuito de realizar esse comércio. Encontra-se no CEOM, no acervo de processos cíveis da Comarca de Chapecó o processo de Ação Summariana Possessória (1922, p. 2) movida pela Companhia de Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande contra o Sr. José Rupp e outros, reivindicando a posse do terreno limitado ao sul pelo rio Chapecó, ao oeste pela reta de divisa do terreno Pepery no extremo oeste catarinense.

(...) ultimamente José Rupp e outros invadiram partes das mencionadas terras, alli se entregando a abertura de estradas, extracção de herva matte e madeira, divisão de lotes coloniais e outros serviços com que estão perturbando a posse da justificante.

Querendo ella por isso gozar da regalia que lhe outorga o Codigo Civil, artigos 508 e 523, vem requerer a v. Exa, se digne conceder-lhe mandato de manutenção de posse dos ditos immoveis, com embargo dos serviços de extração de madeira e herva matte apprensão e depósito da herva e madeira extrahidas, suspensão dos serviços de demarcação e divisão dos lotes coloniaes, da exploração de fontes de agua mineral ou de outros quaesquer semelhantes (...) (PROCESSO DE AÇÃO SUMMARIANA POSSESSÓRIA, 1922, p. 2-3).

José Rupp, influente figura da política catarinense, assinou vários contratos com o Estado, com o objetivo principal de garantir a apropriação do máximo de terras para efetuar a exploração da madeira, erva-mate e posterior comercialização dos lotes (POLI, 2015). Nesta ação em específico, Rupp alega em sua defesa que:

(...) por contratos de 10 de janeiro e 29 de março de 1919 arrendou do Estado de Santa Catharina as mattas marginaes aos rios Uruguay, Pepery e rio das Antas no município de Chapecó para a extracção de madeiras, e toda a zona comprehendida entre esses rios para o serviço de extracção da herva matte (PROCESSO DE AÇÃO SUMMARIANA POSSESSÓRIA, 1922, p. 137).

Ainda, no decorrer do processo, justifica que havia empregado vultoso capital com a atividade da madeira e erva-mate extraídas das matas das terras que havia arrendado:

(...) em 5 de junho de 1920 a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, conseguiu do meritíssimo Juiz seccional deste Estado um mandato de manutenção de posse e embargo com apprehensão [sic] de 21.212 toras roliças de cedro e louro e mais 43.000 arrobas de herva-matte [sic], extrahido [sic] tudo da zona do seu arrendamento (PROCESSO DE AÇÃO SUMMARIANA POSSESSÓRIA, 1922, p. 137).

Importante observar na descrição acima a numerosa quantidade de madeira e erva-mate explorada no curto período de um ano, entre 1919 a 1920.

Referindo-se à atividade madeireira, Werlang (2006) salienta que inicialmente

era voltada para a sobrevivência, mas logo passou a ser um negócio rentável, principalmente para os grandes madeireiros e colonizadoras, que após a retirada da madeira, revendiam as terras para os colonos.

O comércio da madeira, além de atrair empresários do ramo, motivou a organização da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai<sup>19</sup> em 1944, com a finalidade de melhor organizar e defender o interesse dos madeireiros da região do alto Uruguai. O início da Cooperativa reuniu aproximadamente 30 sócios, e no final do ano de 1949 já contava com cerca de 100 associados.

Nesse contexto, a rentável atividade comercial da madeira possibilitou o enriquecimento de muitos empresários, ou a classe madeireira, como eram chamados. A maioria deles enriqueciam à custa da exploração da madeira e da mão de obra dos peões e/ou balseiros locais. Por outro lado, aos peões e pequenos proprietários da madeira, restaram as cicatrizes deixadas pelo trabalho duro da extração da madeira e o empobrecimento econômico pela subordinação das artimanhas do comércio.

### 3.5 AS PRÁTICAS DE EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO DA MADEIRA

As formas rudimentares utilizadas para a extração da madeira exigiam muito esforço físico, devido às condições de estruturas viárias, questões climáticas e as rústicas ferramentas de trabalho. Inicialmente essa atividade se pautou na base da força física do homem utilizando o machado e o serrote como as principais ferramentas para a derrubada das árvores. Assim, a derrubada e a transformação em toras dependiam, para além de muito esforço físico, de uma considerável quantidade tempo. Posteriormente, a partir da década de 1950 as serras ou motosserras, passaram a ser gradativamente utilizadas como um eficiente equipamento para a derrubada das árvores, aumentando a produtividade e acelerando o processo de destruição das matas. Como podemos observar no relatório de desempenho de uma Serra Disston modelo Dh-120, oferecida a Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai a fim de serem comercializadas entre as madeiras da região.

Foi verificado o seguinte tempo médio para a derrubada de um pinheiro de um metro de diâmetro: Derrubada em 2 minutos e 30 segundos; Corte de

---

<sup>19</sup> A Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai foi criada em 8 de junho de 1944, porém só registrada em 9 de março do ano seguinte (Certificado de Registro da Cooperativa. Acervo CEOM/Unochapecó).

toras em 50 segundos; para derrubada de 15 pinheiros levamos o tempo efetivo de 41 minutos e 40 segundos. Fizemos em seguida mais algumas derrubadas, em número de 6, acabando assim o combustível. Quando finalizou o combustível, tínhamos derrubado 31 pinheiros e cortado 18 toras, no seguinte tempo: 31 derrubadas à 2 minutos 30 segundos = 77,5 minutos 18 toras á 50 segundos = 15,0 minutos. Levamos portanto, um tempo efetivo de 1 hora e 32 minutos para fazer este serviço, com um gasto de 5 litros de gasolina p/hora (RELATÓRIO TÉCNICO DE DESEMPENHO, 1951, p. 01).

Portanto, se a derrubada de um pinheiro poderia levar horas, dependendo das condições do relevo, da espessura da tora, da habilidade dos serradores, com o auxílio da motosserra essa mesma atividade, segundo o relatório apresentado acima, passou a ser realizada em apenas alguns minutos.

O transporte da madeira, desde a área de extração em meio às matas até as serrarias e, depois para os pontos de embarque nas encostas do Rio Uruguai, aconteceu na sua maioria através da força do animal. O uso de caminhões foi somente a partir da década de 1940, mas poucos eram os madeireiros que tinham condições de adquiri-lo, e as precárias estradas inviabilizavam a utilização mais constante deste tipo de transporte.

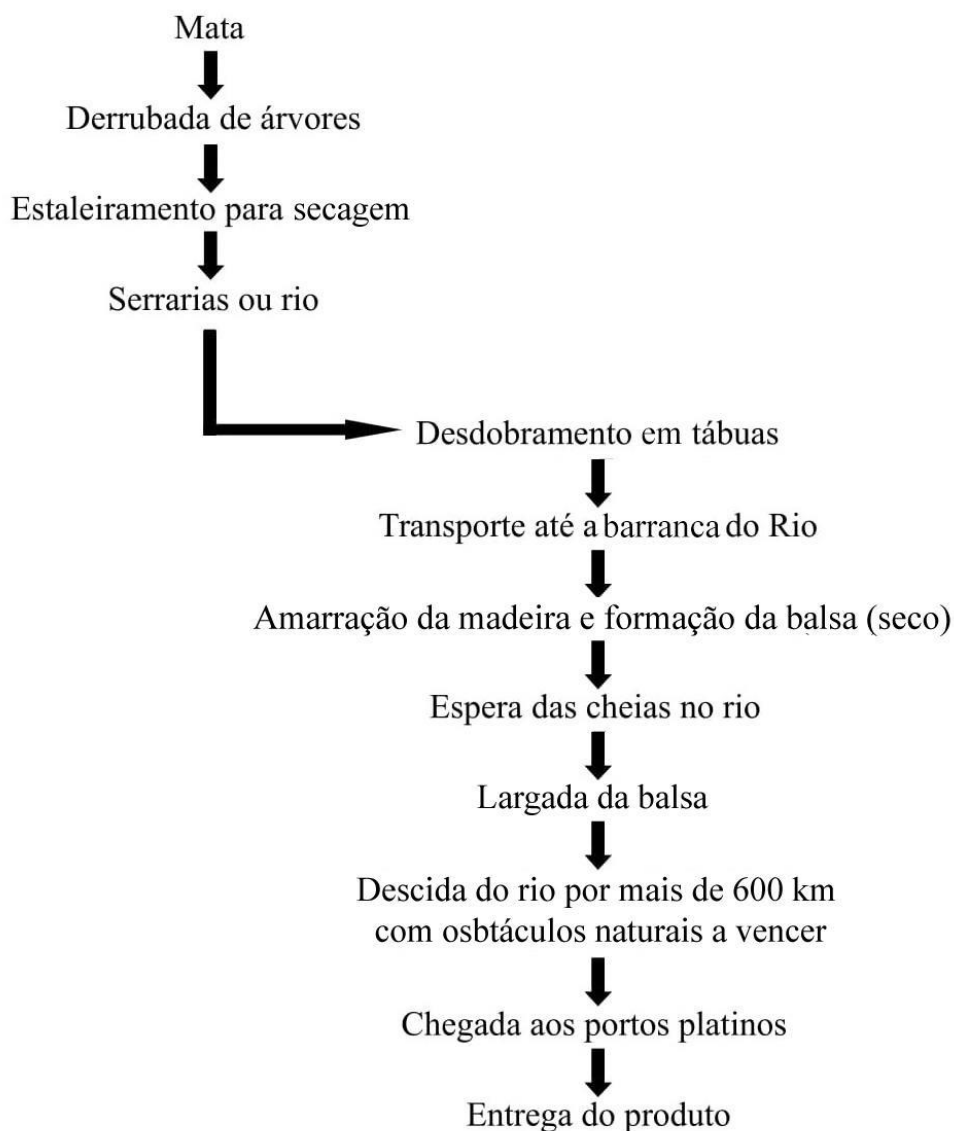


Figura 13. Fluxograma das etapas de extração até comercialização da madeira

Fonte: Adaptado de Bellani (1991, p. 132).

As relações de trabalho estabelecidas nas diversas etapas da atividade madeireira é um tema que necessitaria de pesquisa. Porém, podemos apurar que parte dos trabalhadores eram integrantes da própria família, outros se configuravam como peões dos proprietários de terras e das serrarias. O Sr. Olívio Rotava, morador de Chapecó, vivenciou o período da atividade madeireira e relata:

(...) a maioria da mão de obra era da família, as vezes se contratava algum peão, por exemplo, para o serviço do corte de pinheiro, (...), para puxar a madeira também contratava carreteiro, que se pagava frete com a carroça

para o transporte a madeira até o rio Uruguai, até o Porto Goio-En, mais precisamente (ROTAVA, 1989, p. 03).

Alguns dos peões se dedicavam esporadicamente, buscando um suplemento financeiro para suas famílias. Entretanto, outros se dedicavam integralmente nesta árdua tarefa. Como relata Bellani:

Sr. Sebastião Hermenegildo dos Santos, conhecido como Bastião Praia, não foi madeireiro, proprietário ou exportador, mas prestador de serviço nas empreiteiras de transportar madeiras sobre o leito do rio com destino aos portos Platinos, como peão (BELLANI, 1991, p. 83).

Sobre a dificuldade da retirada dos pinheiros e o transporte até o leito do rio, Nelso dos Santos escreve:

O pinheiro, após descascado, deslizava mais facilmente no meio do mato e pela estrada. Era normal o uso dos ternos de até quatro juntas neste trabalho, os carroções desciam a serra com rodas travadas para evitar os acidentes, o que era muito comum. É impossível saber o número de peões e práticos que trabalhavam na atividade do transporte da madeira. Alguns se destacaram por possuírem melhores ternos de mulas e carroções, além do tempo de trabalho (SANTOS, 2005, p. 38).

Outra descrição interessante que demonstra como o homem estava sujeito a adequar as suas práticas de exploração ao ambiente natural:

(...) o pinheiro também é pesado então eles sangravam o pinheiro no mato. Faziam quatro cortes e deixavam o pinheiro meio que secar de pé para depois derrubar. Assim ele ficava mais leve e boiava na água (ROTAVA, 1989, p. 04).

Outros relatos de moradores da região argumentam que no início os maiores pinheiros eram derrubados e por serem extremamente pesados, mesmo com o auxílio de várias juntas de bois não era possível removê-los. E serrar o pinheiro caído ao chão era extremamente difícil, pois o serrote prensava. Assim, alguns dos maiores pinheiros acabavam apodrecendo ou eram queimados em meio a roça devido à dificuldade para transportá-los.

Outras atividades consideradas mais marginais acabavam ficando apenas para a mão de obra cabocla, a exemplo:

Existia muito cipó, muito mesmo e bem comprido. (...) nós comprávamos o cipó do caboclo, não me recordo o preço. Mas o cipó tinha que ter no mínimo cinco braças de comprimento, senão nós não queríamos. Não havia vantagem



nenhuma, se ele é muito curto. Ele não serve porque tem que se dar muito nó. O mínimo que comprávamos era cinco braças, isso correspondia a base de dez metros aproximado, nove a dez metros. Tinha muita gente que se criou no mato, então o serviço deles, além de fazer uma pequena rocinha, plantam uns pés de milho, uns pés de mandioca e o resto do tempo dedicavam a tirar cipó (GRANDO, 1983, p. 9).

Quanto a exploração do cipó, relatada por Alfredo Jandir Grando – que foi madeireiro no município de Chapecó-, pode também ser observado no Livro de Informação Estatística do Município de Xapecó, os dados referentes ao ano de 1940 constando no campo exploração vegetal: “a extração de 1.253.000 de metros de cipó obtendo o valor de 12:530\$000” (1941, p. 2). O cipó foi constantemente usado nas amarrações das balsas até a década de 1940, sendo substituído gradativamente pelos arames. Ainda sobre o uso do cipó, Rotava descreve que: “(...) na Segunda Guerra Mundial houve uma crise de importação de arame, gasolina, querosene. Então foi usado cipó do mato para amarrar a madeira, viga” (1989, p. 7).

Até a primeira metade do século XX, que representa boa parte do período da extração e comercialização da madeira, a sociedade local encontrava-se em precárias condições de infraestrutura, ou seja, pouquíssimas eram as estradas transitáveis que ligavam a região a outros estados e países. Poucas eram as possibilidades de transportes existentes para estimular outra forma de comércio e industrialização, a não ser da madeira e seus derivados, aproveitando-se das enchentes do rio Uruguai para escoamento através das balsas. As espécies de madeiras nobres (araucária, cedro, angico, canjerana entre outras) passavam a formar as balsas que seguiam pelo rio Uruguai até a Argentina e o Uruguai, onde eram comercializadas.

Quanto a esta atividade comercial, do ‘lado’ brasileiro em específico do oeste catarinense, há algumas pesquisas que dão subsídios para entendermos como ocorreu esta prática e a sua importância econômica para a região. Ainda há muitas fontes arquivadas em Museus, Centros de Memória, Arquivos Públicos do ‘lado’ brasileiro que possibilitam aprofundar ainda mais este tema. Entretanto, seria interessante entender como os argentinos perceberam este comércio ou como o comércio argentino percebeu esta atividade. Ao menos de nosso conhecimento, pouco sabemos de trabalhos publicados por pesquisadores argentinos que abordam esta temática. Assim, entendemos que seja um desafio, porém uma necessidade onde outras pesquisas possam esclarecer estas questões.

Convém destacar que o rio Uruguai se configurou como meio de transporte

indispensável para a região do Alto Uruguai, permitindo a prática da atividade dos balseiros. O rio Uruguai, sinônimo de muita beleza e prosperidade econômica, também representava medo e incertezas devido aos seus vários pontos ou acidentes geográficos. Portanto, havia trechos que só poderiam ser navegáveis em tempos de cheias, como se observa no Jornal *A Voz de Chapecó*, que publicou:

(...) há em seu leito inúmeras ilhas, baixios e corredeiras, se encontrando também o Saltinho denominado de Nonoai, impedindo a navegação, mesmo para as embarcações de pequeno calado na época de baixa das águas, o que ocorre na maior parte do ano (A VOZ DE CHAPECÓ, 1939, p. 08).

O rio Uruguai, na região do Alto Uruguai até a Argentina se torna navegável em época de cheias. Porém, os períodos de cheia variavam muito de um ano para outro, e com isso a vida econômica da região que era essencialmente ligada a atividade madeireira ficava a deriva de fenômenos naturais, das chuvas que causavam enchentes. Entretanto quando com as cheias, há uma renovação na vida econômica da região. “Há duas, ou às vezes três, raramente quatro enchentes no ano, e às vezes não há nem uma, o que constitui uma decepção e proporciona dificuldades financeiras a certa parte da população” (A VOZ DE CHAPECÓ, 1939, p. 07).

É importante considerar que a atividade madeireira acontecia durante o ano todo, ou seja, na época das cheias com a ‘descida’ das balsas ou nos intervalos de uma enchente para outra. Na qual se efetivava a derrubada, o preparo e o manejo da madeira, a formação das balsas no leito do rio, bem como a atividade dos empresários da madeira, fazendo a negociação com o comércio Platino para a venda das madeiras.

Entretanto, no interregno de uma enchente a outra, estão em plena atividade os empresários de madeira a fazer abater nas majestosas florestas (...), ao mesmo tempo que os inúmeros engenhos de serra do município, preparavam o pinho em taboas, pranchas, barrotes, e outros derivados. A esse tempo há diversos ramos de atividade(...), afins de serem exportadas para a República Argentina, onde se fazem os negócios de vendas, ou exploração (A VOZ DE CHAPECÓ, 1939, p. 06).

A formação das balsas para a Argentina e o Uruguai se deu inicialmente em toras. Diferentes espécies de árvores, como o pinheiro de pouca flutuação era amarrado com outras, principalmente o cedro que tinha boa flutuação possibilitando assim a navegabilidade das balsas. Como descreve Rotava,

Soltavam as ditas balsas, faziam primeiramente com toras, depois surgiu de serrar a madeira, chamavam de viga. Era feita de cedro e louro que era a madeira que mais boiava na água, mais leve, ela se sustentava na flor da água (ROTAVA, 1989, p. 3).

A balsa formada pela madeira desdobrada em tábuas ou vigotes, se deu também pelo maior valor econômico agregado na sua venda final. Para Rotava, os compradores argentinos até preferiam o pinheiro em toras: “Eram serrados lá embaixo, o castelhano tinha preferência porque ficava madeira mais branca, mais limpa, porque a madeira na água ela desbota. Para madeira branca eles queriam toras de pinheiro inteiro” (1989, p. 4)

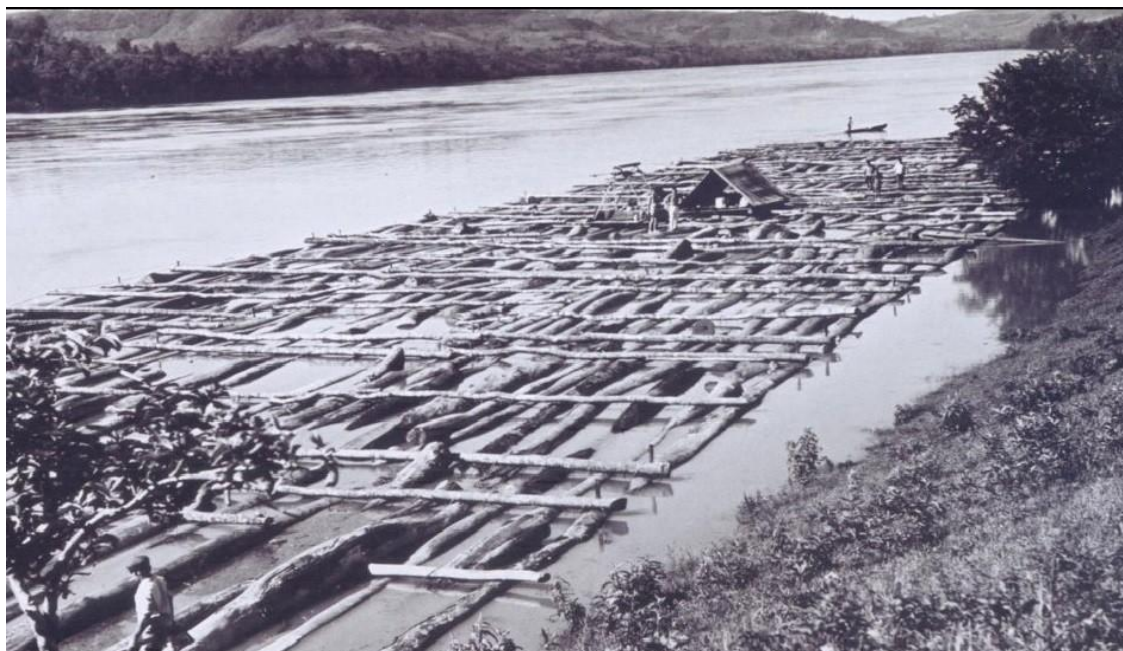


Figura 14. Balsa no rio Uruguai na década de 1940  
Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

O comércio da madeira em sistema de balsas foi indispensável para o desenvolvimento da atividade. Sobre isso, o ofício expedido pela Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai LTDA. para o Exmo. Sr. Senador Nereu Ramos, destaca:

(...) como é perfeitamente compreensível o comércio que se processa através do Rio Uruguai possui características próprias, inconfundíveis e difíceis de serem generalizadas ou equiparadas às de outras zonas de comércio madeireiro. Isto quer em virtude da independência do transporte, da periodicidade das cheias, da proximidade dos centros de produção, e

tantos outros motivos que fazem a vida madeireira (...) (COOPERATIVA MADEIREIRA VALE DO URUGUAI, 1948, p. 03).

Pode-se ainda perceber outros aspectos em memorando expedido pela referida Cooperativa Madeireira ao Sr. Dr. Virgilio Gualberto, Presidente do Instituto Nacional do Pinho.

A produção desses estabelecimentos industriais não possui outros mercados, economicamente possíveis, que não sejam os da República Argentina, isto, dada a sua própria situação geográfica e carência de outro meio de transporte que não o próprio rio Uruguai. O Brasil possui uma produção peculiar para a zona peculiar da Argentina e a Argentina tem um setor de sua economia especializada para aproveitar o máximo nossa produção. É antieconômico para os serradeiros argentinos situados ao longo do rio Uruguai importar madeira brasileira via Atlântico e é antieconômico para o Brasil deixar de fornecer madeira para esses serradeiros via rio Uruguai(...) (COOPERATIVA MADEIREIRA VALE DO URUGUAI, 1948, p. 1-2).

É importante reforçar que as balsas só desciam o rio nos períodos de enchentes do Uruguai.

Teve um ano ali não sei, ano 1941 que se deu uma seca de três anos. A madeira começou a criar limo, pasto, grama em cima da balsa e aí apodrecia a madeira. (...) veio aquele rio de água e levou tudo, se foi tudo. (...) Veio a enchente arrancou árvores, arreventou a espia e levou tudo. (...) Isso foi 35, 40 mil dúzias de madeira, numa noite só (TRENTIN, 1984, p.04).

A atividade de balseiro para Bellani (2006) foi uma oportunidade de obter dinheiro, já que a sua circulação na região era bastante escassa. No entanto, apesar de uma atividade perigosa, devido às adversidades enfrentadas durante o percurso de descida pelo rio Uruguai, em especial as corredeiras e os saltos, na memória destes balseiros há muitas lembranças dos momentos de sociabilidade:

O balseiro ia às vezes com uma balsa perto da outra, então um balseiro aqui desafiava aqueles da outra balsa lá, então dava muito trova né. Às vezes até descia algum violeiro que levava um violão junto, um violãozinho então acompanhava, fazia um fundo musical com o violão. Então dava mais trova, mas era tudo na base da amizade se destratavam tudo quanto era nome bonito e os feios junto né (ROTAVA, 1989, p.06).

A figura do balseiro foi bastante singular na região, o que justifica novas pesquisas específicas sobre o assunto, oportunizando a valorização da memória destes ex-balseiros ou de seus descendentes. A respectiva atividade envolvendo a figura do balseiro foi desaparecendo na medida em que o transporte da madeira por caminhões tornou-se mais frequente a partir da década de 1960, período que se acentua o declínio

da atividade na região.

A decadência da atividade madeireira associa-se diretamente com a brusca diminuição das florestas regionais. Portanto, se nas primeiras décadas de colonização as matas eram consideradas como inesgotável fonte natural, a partir das décadas seguintes, dos anos 1940, mesmo possuindo grandes áreas florestais, começa o alerta sobre a eminente redução da flora nativa.

As nossas matas têm sido bastante danificadas, para atender a grande saída de pinho serrado, para a República Argentina. Até pouco tempo, o pinheiro, fonte de grande riqueza do município, era cortado e, em seu lugar, nada se plantava, sendo assim, dia a dia, arrasados os pinheirais (IBGE, 1941, p. 06).

A partir da década de 1940 a exploração das matas do oeste catarinense acentua-se. Entre outros fatores, a intensa demanda pela madeira, principalmente do pinheiro, para abastecer os grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideú além da construção de Brasília nos de 1960. Neste cenário nossas matas já suplicavam por proteção, no entanto, prevaleceu a exploração comercial motivada pela valorização econômica da madeira. Para se ter um parâmetro, no “começo de 1950 o valor de cada pé de pinheiro adulto no mato era de aproximadamente 100 cruzeiros, quando exportado para Argentina, atingia o valor de 200 cruzeiros a unidade” (FERRARI, 2011, p. 240).

Assim, a intensa exploração e a alta valorização comercial da madeira, inseridas no contexto das décadas de 1960 e principalmente de 1970, com o aumento demográfico e expansão da agricultura, provocaram o esgotamento das reservas florestais, caracterizando o encerramento do chamado ciclo econômico da madeira do oeste catarinense.

Ao lado dessa intensa e descontrolada exploração de madeiras seguiu-se uma não menos avassaladora devastação sistemática das florestas pela sempre crescente expansão da agricultura que, durante a primeira metade do nosso século, e principalmente de 1950 a 1970, atingiu realmente proporções alarmantes, a tal ponto que o Estado de Santa Catarina, originalmente caracterizado como o que, no sul do Brasil, proporcionalmente, possui maiores quantidades de áreas florestais, estar hoje, quase na mesma situação deplorável dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, no que concerne a florestas nativas (REITZ, KLEIN e REIS, 1979, p. 11, 12).

Portanto, as práticas de exploração dos recursos naturais e a acentuada produção agrícola que se intensificou com o avanço da colonização, promoveram uma brusca mudança na paisagem regional.

É importante considerar que mesmo nas décadas em que a atividade de derrubada das matas esteve no auge, havia leis referentes a exploração e comercialização. Algumas delas tratavam de regulamentar a atividade do ponto de vista econômico, tributário e fiscal, outras, do ponto de vista ambiental. A criação e a ação efetiva destas leis na região são apresentadas no capítulo a seguir.

## 4. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E A PAISAGEM TRANSFORMADA

Neste capítulo analisamos algumas das principais leis que trataram da exploração, comercialização e preservação dos recursos naturais, principalmente em relação a floresta, no período compreendido entre as décadas de 1930 a 1970. O estudo procura evidenciar como a sociedade regional cumpriu ou burlou estas leis e como essas ações refletiram na mudança da paisagem regional. Ainda, apresentamos as consequências trazidas com a mudança na paisagem, uma vez que a diminuição da cobertura florestal (Floresta Estacional Decidual e da Floresta Ombrófila Mista) e da fauna nativa contribuíram e aceleraram a degradação do solo e poluição dos rios, alterações essas decorrentes do modelo colonizatório e da atividade madeireira.

### 4.1 A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Nos capítulos anteriores, abordamos a formação do ambiente natural, a ocupação humana e as práticas de interação e exploração dos recursos durante o processo de colonização. As (inter) relações estabelecidas entre humanos e mundo natural desencadearam uma série de ações que conseqüentemente modificaram a paisagem regional. Assim, é oportuno trazer algumas questões ligadas a aplicação de leis promulgadas a nível nacional, estadual e regional que influenciaram as práticas e as concepções de exploração, comercialização e de preservação dos recursos naturais da região.

Nesse sentido, tratamos metodologicamente dos três níveis de análise da História Ambiental proposta por Worster (1991):

O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano (...). O segundo nível da história ambiental introduz o domínio sócio-econômico na medida em que este interage com o ambiente. Aqui nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais. (...) Por fim, formando um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual, percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tomam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza (WORSTER, 1991, p. 202).

Portanto, o terceiro nível diz respeito as ações mais intangíveis, como as leis e normas que tratam do ambiente natural, criadas pelas esferas governamentais ou não governamentais. É importante analisar as atividades relacionadas a exploração e comércio da madeira no período da colonização. Bem como ressaltamos que o tema é abrangente e complexo, possibilitando diferentes análises. A opção de trazer a tona alguns elementos em detrimento de outros se vincula diretamente às fontes disponíveis que dão suporte as reflexões acerca desta temática.

O município de Chapecó, criado oficialmente em 25 de agosto de 1917, marca o início do processo de colonização do oeste catarinense. Nesse momento também são implantadas uma série de normas e leis que dão o aparato legal para a funcionalidade administrativa municipal. Assim, encontramos na Lei Orgânica Municipal N. 9, de 05 de julho de 1918, a seguinte resolução:

Artigo 1º. Ficam criados dois lugares de guardas-florestais, com os vencimentos mensais de 100\$000 cada um. Artigo 2º. O senhor superintendente municipal fica autorizado a fixar as atribuições dos guardas-florestais, assim como a zona de exercício de cada um dos mesmos (CHAPECÓ LEI ORGÂNICA, 1918, p. 01).

Neste contexto, a Lei N. 41, de 07 de janeiro de 1921, estabelece que “Fica o senhor Coronel superintendente autorizado a criar dois lugares de guardas-florestais” (CHAPECÓ LEI ORGÂNICA, 1921, p. 01). As referidas leis estabelecem a criação de cargos de guardas-florestais para o município de Chapecó. No entanto, não são especificados e nem encontramos documentos da época com referências sobre as atribuições que caberiam aos guardas-florestais. Outro ponto a considerar é que não fica claro se em 1921 a criação dos dois cargos de guardas-florestais somou-se aos cargos criados em 1918. É muito provável que foram 2 cargos para o ano de 1918 e outros dois para o ano de 1921.

Ainda na Lei Municipal n. 13, de 10 de setembro de 1918, que orça a receita e fixa a despesa para o município de Chapecó para o exercício de 1919, consta no item de licenças e taxas diversas a seguinte descrição: “taxa-se para cada árvore de cedro (e outros) que for abatida 5\$000; e de pinho 3\$000” (CHAPECÓ LEI MUNICIPAL, 1918, p. 09). Neste caso, não há nenhuma relação se a cobrança da referida taxa de extração de madeira estava vinculada as atividades dos guardas-florestais e tampouco quem deveria pagar as tais taxas.



É oportuno ressaltar a preocupação do governo municipal em estabelecer o controle tributário da exploração dos recursos florestais efetuado pelas empresas. Assim, observamos que o valor da licença para abater o cedro é maior que a do pinheiro. O que justifica essa diferença de valores na taxa de extração? Podemos levantar algumas hipóteses. Ao observarmos a distribuição da Floresta Ombrófila Mista (FOM) e Estacional Decidual (FED) no oeste catarinense (Figura 3), a FOM é superior em termos de proporção e distribuição geográfica do que a área ocupada originalmente pela FED. Cabe considerar que na FOM a árvore que caracteriza esta região fitoecológica é a araucária. Já o cedro é uma espécie que compõe tanto a FOM como a FED, mas nesta última região fitoecológica há outras espécies importantes e de alto valor econômico. Como era muito abundante o pinheiro na região a menor taxa tributária atribuída a esta árvore equalizaria a arrecadação. Outra hipótese, é que se facilitava o abatimento do pinheiro cobrando menos imposto, pois para muitos colonos, eram considerados como um empecilho,

(...) havia muita mata nos lotes e, para abrir as ruas e viabilizar a construção das casas, tinham que tirar os pinheiros. Ninguém comprava um lote para depois arcar com as despesas de tirar as árvores, preferia lotes sem o pinheiro (SILVESTRIN, 2009, p. 160).

Em outras leis municipais, de 1918 até início da década de 1930, observa-se constantemente a fixação de impostos para as atividades ligadas a exploração dos recursos naturais, como: aos barbaquás, carijós de erva mate, sacos de erva-mate, casas de depósito de madeiras, engenhos de serra a vapor e hidráulica, balsas de toras ou de madeiras serradas. O que demonstra a existência de uma intensa exploração econômica dos recursos naturais da região.

Portanto, a partir da análise do conjunto de leis que tivemos acesso, pode-se dizer que a composição ambiental foi fundamental na arrecadação tributária, contribuindo significativamente na receita orçamentária do município. Assim, o fato dos recursos naturais estarem citados nas primeiras Leis Municipais, reforça quão importante foram para o desenvolvimento econômico da sociedade regional. Entretanto, não há nestas leis nenhuma menção as questões de proteção. Cabe considerar que, mesmo a nível nacional, as leis em torno da preservação do meio ambiente foram pouco executadas ou colocadas em prática. As autoridades governamentais junto às empresas colonizadoras locais estavam empenhadas na promoção do desenvolvimento econômico e social de Chapecó. Para tanto, a exploração dos recursos naturais era uma opção

viável nesses primeiros momentos. Por se tratar da fase inicial da colonização (1917 a 1930), quando a população total do oeste catarinense era menor, a exploração dos recursos naturais foi menos intensa se compararmos com as décadas seguintes.

#### **4.1.1 O Código Florestal Brasileiro de 1934 e os Agentes Florestais**

Cabe ressaltar que até 1930, o Brasil encontrava-se sob o regime da Primeira República (1889 a 1930), conhecida como a República Velha (em oposição à Nova República de Getúlio Vargas após 1930) onde acentuava-se, principalmente no eixo Rio - São Paulo, preocupações a respeito da proteção e preservação dos recursos naturais. Pode-se considerar que a concepção de preservação naquele momento associa-se principalmente no uso mais racional dos recursos naturais para fins comerciais. No entanto, as discussões acerca do tema no contexto da Primeira República contribuíram significativamente para a implantação de leis durante a República Nova do Brasil com a chegada de Getúlio Vargas no poder em 1930,

O ambiente político intelectual brasileiro nas décadas de 1920-1940 definia-se por um intenso nacionalismo, aliado ao desejo de modernização da sociedade e das instituições do Estado (...). No caso da proteção a natureza, houve um grupo razoavelmente organizado, constituído em sua maioria por cientistas, intelectuais e funcionários públicos, que defendeu a formulação e a execução de políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p. 25).

Assim, a nível nacional, temos a criação do Primeiro Código Florestal brasileiro, através do Decreto Lei nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. É consenso para pesquisadores como Dean (1996), Franco e Drummond (2009), Moretto (2010), Carvalho (2016) que o Código Florestal de 1934 não se tratava de uma legislação de proteção ambiental, no sentido contemporâneo do termo. Mas uma Lei que estabelecia algumas regulamentações na forma de exploração dos recursos naturais, mais no sentido de possibilitar a longevidade da atividade madeireira. Pode-se associar o Código Florestal de 1934 como parte do “esforço do Estado em modernizar, ordenar a produção e, conseqüentemente, controlar e ordenar o próprio território” (CARVALHO, 2016, p. 422).

No campo da fiscalização, tendo em vista as possíveis ações predatórias ilegais nas florestas brasileiras, o capítulo IV, do Código Florestal de 1934, trata da criação da

Polícia Florestal, transcrito parcialmente a seguir:

Art. 56. A repartição federal de florestas, coordenará, estimulará e orientará a actividade dos poderes estaduais e municipais, de accôrdo com os conselhos florestaes e as autoridades locais competentes, no sentido da fiel observância deste código.

§ 4º A fiscalização e a guarda das florestas poderão ficar, exclusivamente a cargo do Estado, ou do município, mediante accôrdo com o governo federal.

§ 2º Os delegados, quando a funcção não seja remunerada serão nomeados por dois anos, dentre as pessoas idôneas da região, constituindo serviço relevante o exercício regular do cargo.

Art. 65. As funcções de guarda, ou vigia florestal, em florestas sujeitas a regime especial, serão exercidas sem remuneração fixa, dando, porém, direito a 50 % da importância arrecadada das multas em virtude de infracções por elles averiguadas, e a 20 % do producto liquido das apreensões decorrentes das mesmas infracções (BRASIL, 1934, p. 8).

O Código estabelece que a fiscalização das florestas estaria sob responsabilidade do Estado ou dos municípios mediante acordo com o governo federal. Assim, o cargo de guarda, vigia ou como foi denominado no município de Chapecó, o Agente Florestal, deveria ser exercido por pessoas idôneas e moradoras da própria região. Outro ponto a destacar é que em florestas sujeitas a regime especial a função era exercida sem remuneração fixa, porém o agente tinha direito a 50 % da importância arrecadada com as multas e a 20 % do produto líquido das apreensões.

Ao analisar os relatórios vinculados aos Órgãos da Agricultura e Relatório de Serviço Florestal do ano de 1949, Samira Moretto aponta que:

Em 1949, existiam 19 municípios com agentes florestais e em todo o Estado apenas 10 municípios que possuíam delegado, apenas em 3 o delegado e o agente não eram a mesma pessoa. Isto é, uma área de 95.346 km<sup>2</sup>, era fiscalizada por 19 agentes florestais, na metade do século XX, depois de mais de dez anos de vigor do Código Florestal (MORETTO, 2010, p. 128)

No caso do oeste catarinense, a partir da análise do conjunto de Leis que orça a receita e fixa a despesa orçamentária anual do Município de Chapecó, averiguamos a periodicidade do cargo de Agente Florestal, conforme Tabela 8.

Tabela 8. Relação dos Agentes Florestais do Município de Chapecó

<b>Discriminação/Cargo</b>	<b>Subordinação</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
Agente Florestal	Serviços Técnicos e Especializados	1941	Rs 3000\$000
Agente Florestal Padrão F	Serviços Técnicos e Especializados	1945	Cr\$ 5.460
Agente Florestal Padrão J	Serviços Técnicos e Especializados	1947	Cr\$ 7.800
Agente Florestal Padrão K	Serviços Técnicos e Especializados	1948	Cr\$ 8.400

Agente Florestal Padrão P	Serviços Técnicos e Especializados	1949	Cr\$ 11.400
Agente Florestal Padrão P	Serviços Técnicos e Especializados	1952	Cr\$ 11.400
Agente Florestal Padrão P	Serviços Técnicos e Especializados	1953	Cr\$ 15.960
Agente Florestal Padrão P	Serviços Técnicos e Especializados	1956	Cr\$ 23.940
Agente Florestal Padrão R	Serviços Técnicos e Especializados	1957	Cr\$ 33.600
Agente Florestal Padrão R	Serviços Técnicos e Especializados	1958	Cr\$ 48.000
Agente Florestal Padrão R	Serviços Técnicos e Especializados	1959	Cr\$ 48.000
Agente Florestal Padrão R	Serviços Técnicos e Especializados	1960	Cr\$ 60.000

Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

A Tabela 8 demonstra que entre os anos de 1941 a 1960, nas Leis que tivemos acesso, o Município de Chapecó matinha entre seus funcionários públicos o cargo de Agente Florestal. As Leis não deixam claro se o cargo era ocupado por duas ou apenas uma pessoa. Se considerarmos que até meados dos anos de 1950 Chapecó abrangia territorialmente 14.053 km<sup>2</sup>, a efetiva ação destes Agentes deve ter sido bastante limitada. Outro fator que deve ser considerado são os meios de locomoção da época, que eram escassos e rudimentares, como o transporte animal e as estradas bastante precárias dificultavam a ação dos agentes. Documentos do período nos dão indícios da atuação destes agentes no oeste catarinense.

Em 8 de novembro de 1941, o Sr. José Nicolau Lemos, designado Fiscal Geral e responsável pelas funções de Intendente Exator de Itapiranga, emite ofício endereçado ao Agente Florestal de Chapecó. O documento se refere ao pedido de renovação de registro no fomento da Produção Vegetal para os serradores daquele Distrito. Acompanha a relação de nome dos serradores o número de árvores abatidas nos últimos três anos, conforme Tabela 9.

Tabela 9. Relação de serradores e árvores abatidas

Nome dos Serradores	Árvores Abatidas		
	1939	1940	1941
Reinaldo Ruchel	90	100	80
Edmundo Teloecken	220	195	200
José Hickmann	90	50	100
Wiglibaldo Hickmann	405	390	400
José Aloisio Franzen	421	301	259
L. Lubbe & Dalinghaus	60	100	120
Pedro Kroth	80	60	65
Total geral das árvores abatidas	1.366	1.196	1.224

Fonte: Adaptada do Ofício ao Agente Florestal de Chapecó em 1941. Acervo: CEOM/Unochapecó

A Tabela acima traz a relação de sete serradores que entre os anos de 1939 a 1941, abateram um total de 3.786 árvores. O documento não especifica as espécies arbóreas. A denominação serradores refere-se aos pequenos proprietários de serras coloniais, onde a produtividade era de escala reduzida como demonstram os números apresentados acima. Em conformidade, os mesmos pediam a isenção da responsabilidade de reflorestamento, sob a alegação que as:

(...) árvores abatidas ou aproveitadas eram das roças feitas pelos próprios colonos, para fazerem as suas construções de casas, galpões, cercas, etc (...) e que não tem sido feito o reflorestamento porque nas terras desmatadas são mantidas as culturas conforme a necessidade ou desenvolvimento desses mesmos colonos. Nenhum desses serradores exportam madeira beneficiada (OFÍCIO, 1941, p 02).

Neste mesmo contexto, uma reportagem de 19 de julho de 1969, no jornal *A Folha d' Oeste*, sob o título de 'Reflorestamento para serradores', nota-se uma defesa aos "serradores coloniais", alegando que "a madeira serrada não se destina ao comércio, pois é sabido que os próprios agricultores a utilizam em edificações próprias (casas, galpões, chiqueiros, etc) e, por isso, os serradores coloniais não são os autores da derrubada" (A FOLHA D' OESTE, 1969, p. 04). Ainda discorre a matéria que "Seria utópico e impraticável exigir o reflorestamento do próprio agricultor. Pareceria proibi-lo de abrir novas lavouras. E como o serrador é parte interessada, embora remotamente, nada melhor do que ele próprio reflorestar" (A FOLHA D' OESTE, 1969, p. 04). Portanto, para os colonos, a derrubada das árvores era simplesmente para a 'limpeza da terra', essencial para a formação das roças.

Dessa forma, para as empresas madeireiras que atuavam na exportação comercial da madeira, era necessário o replantio de árvores, como demonstra o relato:

“Aqui existe a Empresa Madeireira de Itapiranga que extrahe madeiras e procede ao reflorestamento na proporção de duas árvores a mais plantadas, por árvore abatida” (OFICIO, 1941, p 02). Este encaminhamento legal é também observado no pedido de licença emitido pelo Sr. Bertaso Corradi, Sartori CIA, dono de madeiras, ao Agente Florestal de Chapecó, requerendo a licença para “abater madeira de lei em sua propriedade ou por compra em terras legalizadas, de acordo com o Decreto-Lei Federal N. 23.793 de 23 de janeiro de 1934 e Decreto-Lei Estadual N. 132 de 11 de julho de 1938” (AGENCIA FLORESTAL, 1949, p. 01). Em resposta ao pedido de licença, o Agente Florestal de Chapecó, chamado Miguel [sobrenome ilegível] escreve:

(...) fica autorizada a firma Bertaso Corradi Sartori CIA, pela Agência Florestal a abater 250 pinheiros 50 caneleiras, 50 açoita-cavalos, 40 grápias e 10 louros. Sendo que a mesma firma se responsabilizará pelo replantio de acordo com os Decretos acima mencionado. E para que chegue ao conhecimento das autoridades, lavrei a presente licença que vai assinada por mim Agente Florestal do Município (AGENCIA FLORESTAL, 1949, p. 01).

O pedido acima endereçado a Agência Florestal era um encaminhamento formal de cumprimento do Artigo 4, Decreto-Lei 132 de 1938:

É obrigatório o replantio das florestas de rendimento de composição heterogênea, povoadas de essência de valor econômico, como Imbuia, Canela, Pinho, Cedro, Peroba, Óleo Vermelho, Arariba e outras que venham a ser declaradas.

Parágrafo único - far-se-á o replantio na proporção de 1:1 estando se aproximando a época do plantio chamo a vossa atenção, para o que exige o artigo citado, do referido decreto, frisando que será procedida uma rigorosa fiscalização nesse sentido e que, todo aquele que não satisfizer a exigência da Lei incorrerá na multa prevista no artigo 16 do citado Decreto-Lei, o qual abaixo transcrevo:

Art. 16 - Pela não observância do artigo 4 e seu parágrafo, serão multados em 20\$000 por unidade de essências não replantadas os proprietários de florestas de rendimento em exploração (DECRETO LEI, 1938 p. 02).

Outro aspecto a ressaltar do Decreto-Lei Estadual de 1938, subscrito no Artigo 9, é a obrigatoriedade do registro de todas as serrarias mecânicas existentes no Estado. Caso isso não ocorresse, as mesmas estariam sujeitas a aplicação de multas. Assim, o Artigo 10 refere-se que o registro deve ser renovado anualmente pelo Serviço de Fomento da Produção Vegetal, que expedirá uma estampilha estadual de dois mil réis e selo de saúde, pagos pelo interessado. Ainda no Artigo 10:

§ 1º- O pedido de registro deverá conter:  
- nome da firma, empresa ou razão;  
- distrito e município onde está localizada a serraria;

- número de operários que ocupa;
- número de máquinas e sua capacidade de rendimento;
- quantidades e espécies de madeira que pretende beneficiar;
- nome dos proprietários das terras de onde a madeira é extraída. (DECRETO 132, 1938, p. 02)

Assim, em cumprimento a esta normativa, podemos citar como exemplo a serraria Bertaso, Corradi e Sartori & CIA LTDA, que apresenta pedido de renovação de seu registro para o ano de 1950, em contrapartida oferece “uma estampilha estadual, de cr\$ 2,00 e um selo de taxa de saúde, também estadual, de cr\$ 1,00 para o respectivo certificado de registro” (1950, p. 01) Ainda descreve no seu pedido:

Nome da firma: Bertaso, Corradi e Sartori & CIA LTDA.  
 Número de operários que ocupa: Sete  
 Número de máquinas e sua capacidade de rendimento: Uma serraria Tissot, com capacidade de produzir 15 dúzias diariamente  
 Quantidade e espécie de madeiras que pretende beneficiar durante o ano: Aproximadamente 3.000 dúzias, serrando pinheiros, louros, cabriúvas, angicos e grápias.  
 Nome dos proprietários das terras de onde a madeira é extraída: As madeiras serão extraídas de sua propriedade (OFÍCIO, 1950, p. 01).

A descrição acima da referida serraria é parte obrigatória como consta no parágrafo primeiro do Artigo 10 do Decreto-Lei Estadual de 1938, citado anteriormente. Não há como precisarmos se todas as serrarias fizeram o registro. Porém, por se tratar de uma exigência legal, podemos deduzir que muitas devem ter obtido a licença.

O pedido de registro da serraria Bertaso, Corradi e Sartori & CIA LTDA, apresenta: a capacidade de produção, da empregabilidade da mão de obra, do tipo de serra e das espécies de madeiras extraídas, são indicativos que remetem ao perfil de muitas serrarias do oeste catarinense naquele período.

Insere-se nesta discussão ainda o Ofício Expedido pelo Delegado Florestal Regional o Sr. José Carlos de Mattos Horta Barbosa, que faz referência as licenças para abatimento de árvores: “estará ao dispor dos interessados todos os dias úteis na sala da Agência Florestal do Município as licenças para tais fins, como de costume, fornecidas ‘gratuitamente’, cumprindo assim, as determinações da Lei” (DELEGACIA FLORESTAL REGIONAL, 1953, p. 01). Podemos perceber que a Agência Florestal, no oeste catarinense, entre outras funções, fornecia licenças para as serrarias efetuarem legalmente a derrubada de árvores nativas.

Cabe ressaltar que as indústrias eram obrigadas a replantar árvores, e quando o faziam eram no intuito de manter suas atividades futuras. Ainda, como afirma Ely

Carvalho:

No que concerne à possibilidade de desmatar, legalmente prevista no Código, deve-se ter em conta que o Código visava manter a cobertura florestal, e não exatamente as florestas. Dessa forma, as florestas, seja a mata de araucária ou as outras, poderiam ser totalmente substituídas por florestas artificiais (CARVALHO, 2016, p. 423).

A consideração acima vem ao encontro dos documentos da época que analisamos, pois em nenhum momento encontramos referência de qual espécie de árvore era plantada em substituição as que foram abatidas.

Outra ação desempenhada pelos Órgãos Florestais na região pode ser lida no documento atrelado as ações da Agência Florestal, O Termo de Vistoria de queimada, assinado pelo Agente Florestal de Chapecó o Sr. Cristovão Pereira dos Anjos, de 10 de janeiro de 1945, que traz:

No dia onze do corrente mês demos início a vistoria. Verificamos que no lugar Rio Macacos havia dois incêndios, foi calculado que queimou mais ou menos cem alqueires de matos e capoeiras, pouco pinhal, o senhor Vergílio Moreira de Quadros, encarregado daquela seção Policial declarou a mim que um daqueles incêndios começou por um fogo que o senhor João Maria Pedro Inspetor de Quarteirão pôs naquela zona. Seguimos viagem até a casa do Sr Verano Elias Chaves, la fiz uma vistoria em uma roça de mato feita por Verano, que causou dano de queima no pinhal, este pinhal queimado foi indenizado em Cr\$. 500,00. Continuemos a viagem encontramos roças feitas sem autorização do proprietário, feita por João Maria dos Santos, a qual foi indenizada também em Cr\$. 500,00 o qual fez o pagamento ao Fiscal da Fazenda. Viajando, encontrei mais incêndios, mas não ouve prejuízo nos matos (TERMO DE VISTORIA DO AGENTE FLORESTAL, 1945, p.1).

O trecho acima demonstra que eram aplicadas multas pelos Agentes quando ocorria ação indevida de incêndio com danos as matas ou capoeiras. Mas isso só acontecia se eram realizadas as vistorias. Obrigatoriamente, parte do valor das multas era destinada aos Agentes responsáveis em aplicá-las, conforme instituído no Artigo 65 do Código Florestal de 1934. Levando em conta o contexto histórico, evidencia-se também a prática de derrubar a mata e atear fogo para fazer as roças objetivando o cultivo agrícola. Portanto, a fiscalização dos Agentes Florestais em razão das queimadas devia acontecer principalmente em decorrência de denúncias, onde o atear fogo de forma descontrolada também poderia se alastrar em terras alheias. Ou ainda, como afirma Ely Carvalho, os agentes ou “guardas-florestais, aparentemente, não atuavam sobre terras de propriedade particular e se concentravam nas terras devolutas e, em especial, naquelas em processo de colonização” (CARVALHO, 2016 p. 431).



O Jornal *A Voz de Chapecó*, de 03 novembro de 1946, publicou a reportagem intitulada ‘Danificação da Floresta’, assinada por Olintho Zimmermann:

Quando Chapecó pertencia ao Estado de Santa Catarina, antes do evento dos Territórios<sup>20</sup>, existia no município um Agente Florestal, que zelava ao menos em parte pelas terras devolutas aqui existentes; mas ao iniciar-se o exercício financeiro de 1946, entenderam os dirigentes do Território que a Prefeitura não podia manter em seu quadro o agente florestal, resultando daí ficar o mesmo em disponibilidade. Essa medida redutora das despesas do município, tomada por parte do Governo do Território que pretendia organizar não sei quando uma “Guarda Florestal”, está agora produzindo magníficos resultados, pois as nossas florestas ficaram entregues a sanha dos desalmados e dentro em pouco, teremos o desprazer de vermos os “Gafanhotos brancos” (como disse meu amigo) mudando seu rancho para outras bandas para derrubar ali novas áreas de matas do Estado, para plantar milho onde não precise capinar. Fatos como estes, que constituem verdadeiros atentados contra o patriotismo nacional, merecem divulgações especiais para conhecimento de muitas autoridades deste nosso Brasil – pobre de homens (A VOZ DE CHAPECÓ, 1946, p. 08).

A reportagem relata a existência do agente Florestal incumbido de zelar pelas florestas em terras devolutas no oeste catarinense. O Sr. Olintho Zimmermann criticou a Prefeitura Municipal de Chapecó pela extinção do cargo de Agente Florestal no ano de 1946, a mesma alegava não poder pagar os honorários deste funcionário. Ainda acrescentou que o governo municipal tinha a intenção de criar uma Guarda Florestal, mas que ainda não havia concretizado.

Já a reportagem “Cuidado com o fogo”, publicada pelo Jornal *O Imparcial*, de 02 de agosto de 1953, transcreve na íntegra o aviso recebido da Delegacia Florestal Regional do Ministério da Agricultura de Santa Catarina, para o conhecimento dos agricultores e criadores do Município de Chapecó, com o seguinte teor:

Em virtude da grande temporada de seca observada no Estado de Santa Catarina e na aproximação da época de preparo das terras para cultura, a Delegacia Florestal Regional recomenda aos agricultores e pecuaristas, a observância do artigo n. 22, alínea (a) do Código Florestal, referente aos cuidados exigidos no emprego do fogo para preparo das terras destinadas a lavoura ou limpeza do pasto: “É proibido, mesmo aos proprietários: deitar fogo em campos ou vegetações de cobertura de terras, na vizinhança de

---

<sup>20</sup> O termo Territórios, subscrito na reportagem, se refere ao Território Federal do Iguazu criado pelo Governo de Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei 5.812, de 13 de setembro de 1943. Teve como área de abrangência o oeste e o sudoeste do Estado do Paraná e o oeste de Santa Catarina. A criação do Território Federal do Iguazu está inserida no grande projeto de nacionalização de fronteiras do Governo Vargas, sintetizado no programa “Marcha para Oeste” implementado por aquele Governo. Inserindo-se no contexto, a ocupação efetiva das regiões de fronteiras deveria atender à necessidade de estabelecer e desenvolver as condições mínimas de nacionalização, de organização social e econômica, de defesa e segurança das regiões fronteiriças e de integrá-las às demais regiões do País. No entanto, o Território do Iguazu foi extinto em setembro de 1946 (LOPES, 2004).

vegetação arbórea de qualquer natureza, protegida, com processo de preparação das mesmas para lavoura, ou formação de campos artificiais, sem licença da autoridade Florestal do lugar e observância das cautelas necessárias, especialmente quanto a aceiros, aleiramentos, e aviso prévio aos confiantes, com 24 horas de antecedência”. Além das consequências desastrosas que podem ser provocadas pelo alastramento do fogo de uma simples “queimada”, como ocorreu no caso do grande incêndio florestal verificado em 1951, no Sul do Estado, devem ser considerados os efeitos danosos de tal prática, que constitui um dos fatores responsável pelo enfraquecimento das pastagens e terras de cultura e provocadores dos processos erosão (...). Aos transgressores destas determinações estarão sujeitos as penalidades previstas em Lei: detenção até 90 dias e multa de Cr\$ 2.000,00 (O IMPARCIAL, 1953, p. 04).

O comunicado alerta sobre os danos causados pelo fogo, fazendo referência ao Código Florestal de 1934, no que se refere ao Artigo 22, o qual proíbe aos proprietários a incendiar campos ou vegetações arbóreas protegidas, sem a licença da autoridade Florestal. Ainda, referindo-se ao Código de 1934, avisa sobre as cautelas necessárias, especialmente quanto aos aceiros, aleiramentos e aviso prévio aos confiantes com 24 horas de antecedência. Finaliza o documento com um alerta aos transgressores que os mesmos estarão sujeitos as penalidades da Lei.

A análise das fontes nos dá indicativos que houve por parte da sociedade regional, ao menos aqueles que desenvolviam atividades de exploração florestal, o cumprimento de algumas ações e penalidades legais instituídas pelo Código Florestal de 1934 e pelo Decreto-Lei Estadual de 1938. No entanto, há nestas Leis outros dispostos legais que não foram aqui mencionados. Não se trata de uma análise criteriosa destas Leis. Entretanto, priorizou-se em estabelecer o diálogo entre as Leis e as fontes primárias produzidas no contexto da colonização e exploração dos recursos florestais no oeste catarinense.

#### **4.1.2 O Instituto Nacional do Pinho (INP)**

O Instituto Nacional do Pinho (INP) foi um órgão criado pelo governo federal em 1941 através do Decreto-Lei 3.124, dentro do contexto político do Estado Nacional. O golpe de estado de 1937 instituiu o Estado Novo, o qual buscou assumir politicamente o papel de Estado-Nação. Como afirma Mendonça:

A partir do Estado Novo, consolidou-se um novo estilo de participação política – gestando lentamente nos anos em que o precederam (...). O Estado, tendo multiplicado o seu número de agências, institutos, conselhos e autarquias, propiciava a canalização, diretamente para o seu interior, das demandas dos distintos setores sociais, administrando, desta forma, os

conflitos potencialmente existentes entre eles (MENDONÇA, 1985, p. 19).

Podemos considerar que o Estado Novo objetivou neutralizar os regionalismos políticos, visando implantar práticas de concessão de recursos e benefícios no sentido de redefinir medidas consideradas essenciais. Para tanto, multiplicou o número de decretos-lei regulamentando novas agências, institutos, conselhos e autarquias. Como afirma Skidmore:

Novos institutos federais do pinho, do mate, e sal foram montados depois de 37 (o instituto de Açúcar e do Alcool fora criado em 1933). Esses cartéis patrocinados pelo governo representavam uma tomada de responsabilidade federais em áreas sobre as quais governo algum havia anteriormente reclamado poderes (SKIDMORE, 1982, p. 16).

Percebe-se que o Governo, além de fomentar o processo de colonização, buscou promover nos sertões brasileiros a guarda das suas fronteiras, criando políticas que possibilitassem o controle do Estado-Nação a estas regiões.

No oeste catarinense, o modelo de colonização promoveu uma intensa exploração dos recursos florestais, assim o Estado Nacional através do INP, pretendeu também “controlar a atividade madeireira e, conseqüentemente ficar de 'olho' no processo de formação socioeconômica desta região” (RADIN; SALINI, 2015, p. 27). Neste contexto, a indústria madeireira foi expressiva e se expandiu paralela ao avanço da colonização, promovendo significativa intervenção na paisagem regional.

Entre outras espécies de árvores presentes nas florestas do sul do país, o pinheiro apresentava-se em grandes quantidades e, por se tratar de uma árvore de tronco cilíndrico e reto é de boa rentabilidade madeirável. E por isso, foi intensamente explorado e comercializado, abastecendo tanto os mercados internos como externos. Neste contexto, cria-se o Instituto Nacional do Pinho com a abrangência nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, região de maior concentração do pinheiro. Outro elemento a destacar, na concepção de Miguel Carvalho, é que a criação do INP insere-se em “um projeto a princípio bem elaborado e consciente do Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeira do Paraná” (CARVALHO, 2010, p. 173).

Apesar do governo buscar maior controle sobre a atividade, defendendo que a função do INP era de regulamentar e controlar os produtores e comerciantes da madeira na região, no artigo 1º do Decreto-Lei, consta que o Instituto se constitui enquanto “órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho”. Sua organização administrativa apresentava vários departamentos distribuídos

hierarquicamente, com atribuições definidas, como se pode observar no Organograma da Figura 15:



Figura 15. Organograma do Instituto Nacional do Pinho (NP)  
Fonte: Wentz (2004, p. 123).

A proposição do INP era de fomentar a atividade madeireira, representando assim o interesse e defesa do setor, contexto no qual o governo também buscava incentivar a criação de indústrias nacionais pelo país. Tal perspectiva pode ser observada no Artigo 2 do Decreto, no qual se definiam as competências legais e atribuições do Instituto Nacional do Pinho:

- I - Coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa da produção do pinho;
- II - Promover o fomento do seu comércio no interior e exterior do País;
- III - Contribuir para o reflorestamento nas zonas de produção do pinho;
- IV - Promover os meios de satisfazer os produtores, industriais e exportadores quanto às necessidades de crédito e financiamento;
- V - Manter, em colaboração com o Ministério da Agricultura, a padronização e a classificação oficial do pinho;
- VI - Fixar preços mínimos; estabelecer quotas de produção e de exportação;
- VII - Organizar o registro obrigatório dos produtores, industriais e exportadores;
- VIII - Providenciar a construção, em locais adequados, de usinas de secagem e armazéns para depósito de madeiras;
- IX - Regular a instalação de novas serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeira;
- X - Promover a criação de órgãos industriais autônomos para a exploração de indústrias derivadas da madeira;
- XI - Manter um serviço de estatística e informações;
- XII - Fiscalizar a execução das medidas e resoluções tomadas, punindo os infratores de acordo com as penalidades que forem fixadas no regulamento do Instituto Nacional do Pinho (INP);
- XIII - Instituir e organizar os demais serviços necessários à realização dos seus objetivos (DECRETO-LEI 3.124/1941, p. 01-02).

Na prática, o Instituto era um órgão representante do Estado Federal incumbido de organizar e assegurar as relações de câmbio e fiscalização. Portanto, não teve o intuito de coibir a extração da madeira, tampouco, agiu em prol da proteção das florestas naturais, como afirma Miguel Carvalho:

Analisando a história do INP com os olhos do presente fica evidente que defender os interesses madeireiros implicou em aprofundar e facilitar os meios que os madeireiros necessitavam para devastar e enriquecer com a floresta com araucária (CARVALHO, 2010, p. 178).

A criação do Instituto demonstra a importância econômica da atividade madeireira, chegando a ser a principal fonte de recurso em diversas áreas do sul do país. Nessa perspectiva se atribuía ao Instituto o incremento e a promoção do desenvolvimento da atividade madeireira e do seu respectivo comércio nacional e internacional. A madeira extraída na região do Alto Uruguai, em específico no oeste catarinense, tendo o rio Uruguai como o principal meio do escoamento da madeira, possibilitou um intenso comércio com os países platinos.

Este comércio de madeira pelo rio Uruguai, principalmente até a primeira metade do século XX, motivou a criação de uma sede administrativa do Instituto no município de Chapecó, atribuindo atividades de reorganização e exportação da produção madeireira. Assim, em 06 de julho de 1948, o INP, resolve:

Criar por conveniência da administração, o Serviço do Rio Uruguai, (SRU), subordinado direto à Presidência, com sede em Xaçepó, no Estado de Santa Catarina, e com jurisdição nos municípios de Xaçepó e Concordia, em Santa Catarina e Santa Rosa, Erechim, Marcelino Ramos, São Borja, Sarandi, Palmeira das Missões, Irai, Itaqui, Três Passos, São Luiz, Gonzaga e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul e sobre as serrarias e negociantes de madeiras que utilizem o Rio Uruguai como meio de escoamento de sua produção (LIVRO DE ATAS DO SRU, 1948, p. 01).

Sediado em Chapecó, o SRU abrangeu além do oeste catarinense, vários municípios do estado do Rio Grande do Sul que também utilizavam o rio Uruguai como meio de escoamento da madeira. A imprensa regional, notificou a criação do SRU, destacando que:

Como ficou deliberado pela Junta Deliberativa do INP, com a extinção da subdelegacia desta zona ficou criado, por conveniência da administração, o serviço do Rio Uruguai, com sede nesta cidade. Constituem, ainda, órgãos do SRU os Postos de Classificação e Medição e Agências situados ao longo do

Rio Uruguai. (A VOZ DE CHAPECÓ, 10/12/1948, p. 3).

Na ata de criação do SRU, há determinação de:

5º) Criar Postos de Classificação e Medição em São Carlos, Itapiranga, no Estado de Santa Catarina e Porto Lucena e Barra do Guarai, no Rio Grande do Sul. 6) A Jurisprudência de cada posto será fixada de acordo com o levantamento da localização das serrarias que deverá ser efetuado dentro de sessenta dias pelas delegacias em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. 7º) O quadro do pessoal e a rotina de serviço constarão de atos a serem baixados pela Presidência (LIVRO DE ATAS DO SRU, 1948, p. 01)

Entre alguns registros que comprovam as ações empreendidas pelo SRU no oeste catarinense, podemos citar um documento de 1949, remetida ao Agente Florestal da cidade, que traz uma relação de serrarias do município de Chapecó. O documento traz em ordem alfabética o cadastro dos proprietários das serrarias/madeireiras e as suas respectivas localizações de linha e/ou vilas. Consta nesta relação o número de registro de credenciamento junto ao Instituto, o qual legitimava a operação das serrarias. Na relação aparece o expressivo número de 112 serrarias credenciadas em Chapecó. É muito provável que este número fosse ainda maior, pois poderiam existir serrarias em atividade, sem terem o credenciamento junto ao INP. Assim, o Instituto buscava ter controle da produção da madeira nas serrarias, pelo menos naquelas que estivessem legalmente credenciadas.

Ainda em relação ao registro obrigatório dos produtores, tal referência é encontrada no Artigo 2 do Decreto de criação do INP, assinalando que caberia ao Instituto, através da Delegacia Regional de Santa Catarina com sede em Joinville, organizar tal ação para regularizar a instalação das novas serrarias e fábricas de caixas de beneficiamento de madeiras.

Outro documento que faz alusão ao credenciamento das serrarias junto ao INP é um protesto judicial de 1951, movido por Romualdo Alves da Silva e Pedro Nekel dos Santos contra o INP, citando a Delegacia Regional de Santa Catarina com sede em Joinville. O protesto refere-se a instalação e funcionamento ilegal de serrarias nas terras dos suplicantes, localizada na Fazenda Jardim, distrito de Abelardo Luz, município de Chapecó. Alegam que os Srs Venuto Táca, Costante Fabris e Benjamin Begnini constituíram serrarias em terras dos suplicantes, e que as mesmas encontram-se clandestinas e ilegais, pois não possuem o credenciamento junto ao INP. Neste sentido, requerem;

(...) mandar notificar o Instituto Nacional do Pinho, com delegacia regional

neste Estado na cidade de Joinville, por precatória, para que venha tomar as providências cabíveis, quanto a paralisação imediata das serrarias dos Srs acima citados, localizadas dentro da posse dos suplicantes, sob pena dele, INP responder por todos os prejuízos causados (...) Outrossim, que se digne notificar também o INP com agente nesta cidade, na pessoa do Sr. Danilo de Quadros, agente local (PROTESTO JUDICIAL, 1951, p. 02).

Fica claro nesta ação que o INP exercia a função de legalizar o funcionamento ou instituir o fechamento das serrarias, caso estas não se adequassem as normativas estabelecidas por tal órgão. Em resposta a notificação, o INP argumenta através de ofício datado de 04 de março de 1952, que:

- a) Venuto Táca, não dirigiu até agora, a esta Delegacia Regional, nenhum pedido de autorização para montagem e registro de serraria.
- b) Constante Fabris, requereu autorização para montar e registrar uma serraria de pinho na Fazenda Jardim, município de Chapecó, cujo pedido foi mandado arquivar, por ter sido apresentado na vigência da Resolução n. 122-A, que veda, por enquanto, a montagem e o registro de novas serrarias de pinho e mixtas.
- c) Benjamim Begnini, requereu em 17/05/0949, autorização para montar e registrar uma serraria de pinho no lugar Fazenda do Jardim, sendo que para o respectivo andamento, o processo aguarda que o aludido requerente, observe as exigências regulamentares (PROTESTO JUDICIAL, 1951, p. 23).

Assim, percebemos que o credenciamento obedecia a uma série de pré-requisitos formais e as serrarias que não se enquadrassem nas exigências, estavam na clandestinidade e deveriam, portanto, deixar a atividade ou então estariam sujeitas as penalidades legais a serem aplicadas pelo INP.

Quanto aos pedidos, emissão e redistribuições das guias de produção e exportação da madeira, vinculava-se as atribuições outorgadas à Junta Deliberativa, o Artigo 6 define que cabia à mesma deliberar sobre as medidas propensas a estabelecer equilíbrio entre a produção e o consumo do pinho. Tal atribuição é evidenciada em publicações sobre o INP, como se observa no jornal *A Voz de Chapecó*, no ano de 1948:

A Junta Deliberativa do INP, na sua última reunião, considerando que vem verificando um constante saldo, não utilizado, na distribuição de guias de produção de madeira serrada de pinho sendo conveniente distribuir esse saldo pelos industriais que desejam aumentar a sua produção, sem sacrifício do volume total da produção autorizada a cada Estado, adotou a seguinte resolução: - A Presidência do INP adotará medidas no sentido de redistribuir as quotas de produção não utilizadas aos industriais que desejarem aumentar a sua produção, transportando-o por estrada de rodagem, via fluvial, ou por estrada de ferro onde não houver atraso no fornecimento de vagões (A VOZ DE CHAPECÓ, 17/10/1948, p 08).

Nota-se que o INP, mesmo havendo prerrogativas definidas no decreto-lei N°

3124, na medida em que as demandas surgiam, foi reorganizando suas práticas e ações. Ainda sobre as guias, observa-se o comunicado do chefe dos Serviços do Rio Uruguai, feito através do Jornal *A Voz de Chapecó*, acerca da necessidade de retirada das Guias de Produção:

Outrossim, avisa que as firmas acima relacionadas são possuidoras de Guias de Produção a disposição em nosso escritório, cujas Guias deverão ser procuradas até o dia 30 do corrente, para não serem recolhidas a Delegacia regional de Santa Catarina, em Joinville, para efeito de redistribuição (A VOZ, 20/02/1949, p. 03).

No acervo documental produzido pelas empresas madeireiras há inúmeras guias de exportação de madeira, a exemplo da Figura 16.

Série LAR

1uk\*

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
INSTITUTO NACIONAL DO PINHO  
DELEGACIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

1.ª VIA

GUIA Nº 2306

Fica autorizada a firma a produzir e embarcar a madeira de conformidade com as especificações desta GUIA.

Contrôle: - 51 - Firma: EMP. COL. ERNESTO F. BERTASO Local e Município: CHAPECÓ Ponto de embarque: FLUVIAL Espécie Florestal: LEI E QUALIDADE	Volume autorizado em TOROS 200 (duzentos) metros cúbicos	Produção do mês AGOSTO de 19 55 Válida até JULHO de 19 56
---	--	--

Entregue pela Agência do  
INP em Chapecó  
Em 27/9/1955  
Encarregado

Esta 1.ª via deverá acompanhar a mercadoria até o destino.

Delegado Regional

Figura 16. Guia de exportação de madeira por via fluvial, 1955  
Fonte: Acervo CEOM/Unochapecó.

A guia acima, foi emitida pela Delegacia Regional de Santa Catarina, com sede em Joinville, transferida a Agência do INP de Chapecó, a qual repassou a empresa em 27 de setembro de 1955. A guia autorizava a Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso a exportar o volume de 200 (duzentos) metros cúbicos de madeira de Lei em via fluvial, entre os anos de 1955 a 1956. Sem as referentes guias, os madeireiros não poderiam manufaturar a madeira. Elas também acompanhavam a mercadoria até seu destino final. No caso em que a madeira era escoada via rio Uruguai, as guias eram também apresentadas nos postos de fiscalização do INP, localizados em São Borja e/ou



Uruguaiana no Rio Grande do Sul.

Sobre os postos de fiscalização o “Instituto para efeito de controle e fiscalização, atuava desde o Distrito Federal com cinco Delegacias Regionais: Distrito Federal, São Paulo, Curitiba, Joinville, Porto Alegre e vinte e sete postos de atendimento” (BELLANI, 1991, p. 131). No oeste catarinense podemos considerar que os postos de classificação e medição da madeira localizavam-se prioritariamente em cidades ribeirinhas, pois os rios usados para escoar a madeira, em específico o rio Uruguai, eram também lugar de depósito da madeira. Ali se formavam as balsas, permanecendo até o período das cheias, quando desciam com destino aos países platinos. Portanto, como nestes espaços havia uma constante movimentação da atividade madeireira, assim era prático ter o aparato administrativo próximo a concentração de madeira (ponto de amarração das balsas) para agilizar a atividade competente.

Na ata datada de 02 de novembro de 1949, consta a extinção do posto de classificação e medição de São Carlos no município de Chapecó passando a jurisdição aos Postos de Mondaí e Xalana.

A zona de ação do extinto Posto de Classificação e Medição de São Carlos passou para a jurisdição dos Postos de Mondai e Xalana, sendo que do Porto de Passarinhos para a baixa, compreendendo os Rios Uruguai, Varzêa, Antas, Iracema, São Domingos e outros afluentes, ficou para controle e fiscalização do primeiro, ou seja, Posto de Mondai e do Porto Passarinho para cima compreendendo os Rios, Uruguai, Chapecó, Saudades, Burro Branco e outros afluentes para controle e fiscalização do Posto de Xalana (LIVRO DE ATAS DO SRU, 1949, p. 27).

Observa-se que as ações do referido posto não se limitavam as águas e encostas do rio Uruguai, pois outros rios de menor tamanho também estavam sujeitos a fiscalização. Este elemento reforça o uso dos rios como a principal via na extração e escoamento da madeira, principalmente até a metade do século XX.

Outro fator a destacar é quanto à possibilidade do contrabando de madeira e sementes da araucária via rio Uruguai, preocupação que é observada em discursos de dirigentes de entidades ligadas a indústria madeireira. Neste sentido, o Presidente do Instituto, o Sr. Pedro Sales dos Santos que acompanhava a visita do Governador Irineu Bornhausen e sua comitiva em viagem ao oeste catarinense, entre os dias 20 a 27 de novembro de 1951, relata:

Ainda particularmente, como Presidente do INP, constatei que a inspeção realizada, pelo Chefe do Executivo catarinense em companhia de autoridades outras, visou entrosar a atuação conjunta no exercício de uma vigorosa

vigilância sobre a linha da fronteira, com o objetivo de reprimir o contrabando de madeiras, bem assim de sementes de pinhão (SANTOS, 1952, p. 50).

A preocupação com o contrabando da madeira era evidenciada em vários discursos das autoridades ligadas à exploração do pinho. Em particular na região do Alto Uruguai, onde a madeira era comercializada através do rio, pois havia grande dificuldade em manter o controle desta atividade, como demonstra o jornal *A Voz de Chapecó*:

Este importante município do Oeste catarinense foi apresentado como foco de contrabando de madeiras, que vão como matéria prima alimentar e incrementar a indústria de compensados e laminados da República Argentina, em detrimento da similar brasileira (A VOZ, 18/07/1948, p 04).

Salientava-se que além desta prática acarretar sonegação fiscal e conseqüentemente prejuízos a “classe madeireira” e ao próprio Governo, o contrabando poderia difamar a imagem do município. Preocupações dessa natureza foram evidenciadas na expedição realizada pelo Governador ao oeste de Santa Catarina, por Zedar Perfeito da Silva, integrante da comitiva, incumbido de produzir registros referentes à viagem. Naquele período, a comercialização clandestina da semente do pinho passou a preocupar certas autoridades. Nos Decretos-lei de criação de 1941 e reorganização de 1942 do INP não havia referências acerca disso, mas a preocupação foi demonstrada pelo presidente do Instituto, Pedro Sales dos Santos, em 1951, destacando que:

Esse comércio marginal passou a ser encorajado com a proibição da exportação da madeira verificada em 1946 e cujos maléficis resultados ainda hoje se fazem sentir sobre a economia madeireira. Ultimamente têm os jornais da capital e dos estados se referido ao aproveitamento de sementes de pinho para plantio intensivo em território argentino (SILVA, 1952, p. 51).

Em que pese tal preocupação, salienta Silva que “o próprio Pedro Sales argumenta não existir nenhum dispositivo legal proibindo a saída das sementes, a não ser o controle exercido pela Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura” (SILVA, 1952, p. 51). Tal aspecto se restringiria apenas a examinar o estado de sanidade das referidas sementes.

A criação do Instituto Nacional do Pinho, entre outros aspectos, evidenciava a preocupação do Governo Federal em implantar um sistema de arrecadação tributária sobre a madeira exportada. No capítulo VI do Decreto-Lei, que faz referência aos

fundos do Instituto, trata de uma taxa a ser paga por metro cúbico de madeira de pinho e outras. Ficam criadas as seguintes taxas variáveis para o custeio das despesas com a manutenção dos serviços do Instituto.

a) até 2\$0 por metro cúbico de pinho serrado; b) até 3\$0 por metro cúbico de pinho beneficiado; c) até 5\$0 por metro cúbico de toros de pinho; d) até 5\$0 por metro cúbico de outras espécies florestais. Salienta-se que a arrecadação destas taxas será feita diretamente pelo Instituto ou, mediante acordo pelos governos estaduais e empresas de transporte (Decreto-Lei 3.124/1941, p 02).

A arrecadação das taxas atenderia a demanda de manutenção do funcionamento operacional do Instituto, bem como para manter o andamento da atividade madeireira, como era o caso do reflorestamento e financiamento ao extrativismo do pinho. O que se observa na reportagem a seguir é que nem sempre essas taxas foram usadas adequadamente. Na gestão de Virgílio Gualberto como Presidente do INP nas décadas de 1940 e 1950, a matéria do jornal *O Imparcial* intitulada: “Marmeladas no Instituto do Pinho: negociatas e roubo grosso”, denuncia:

O dinheiro arrecadado pelo INP destina-se exclusivamente ao financiamento dos produtores e comerciantes de madeira, mas como tais financiamentos não foram efetuados teria de ser explicado o destino do dinheiro. E foi, negociatas, proteções, grandes comissões, em suma, roubo. Os cargos criados sem necessidade ocupariam toda uma página de jornal. Outra ‘marmelada’ de Gualberto era depositar dinheiro do Instituto em bancos particulares (O IMPARCIAL, 13/04/1952, p 08).

Situações como essa de favorecimento privado eram comuns no período em discussão e evidenciam a perspectiva patrimonialista que, no entender de Faoro, se impôs pela atuação do “capitalismo politicamente orientado”. Segundo esse autor, em espaços públicos, os negócios são conduzidos “como privados, na origem, como negócios públicos depois” (FAORO, 1989, p. 733)

No entanto, a criação do Instituto Nacional do Pinho também objetivava promover políticas e providências no sentido de atenuar os efeitos de uma crise que inevitavelmente se abateria sobre o setor. Pois o avanço do processo de colonização acentuou o extrativismo da madeira levando parte da sociedade regional a uma dependência econômica do capital madeireiro (BELLANI, 1991). Assim, a grande riqueza florestal do oeste catarinense, que nas primeiras décadas do século XX era vista pelos colonizadores e classe madeireira como recurso ‘inesgotável’, na segunda metade do século XX apresentava-se reduzida. Deste modo, na sociedade regional pairava a crise iminente diante da “perspectiva de paralisação ou inviabilização da indústria

madeireira, devido ao risco de esgotamento da matéria prima, em face à finitude das reservas” (RADIN; SALINI, 2015, p. 38).

A partir da segunda metade do século XX, o extrativismo da madeira foi gradativamente decaindo na região, muito em função do esgotamento das reservas naturais como destaca Goularti Filho, ao afirmar que:

No oeste do estado, com as quedas das exportações e o esgotamento das reservas, sem o devido reflorestamento, as atividades madeireiras entram em declínio a partir dos anos 50. O declínio no oeste não significou uma queda na produção estadual, pois foi justamente nessa época em que o planalto serrano começa a viver sua fase áurea (GOULARTI FILHO, 2002, p. 144-145).

Assim, na perspectiva de continuidade da atividade madeireira, o Art.15 do Decreto-lei da criação do INP trata do reflorestamento e destaca que “o Instituto contribuirá para o reflorestamento, com replantio das espécies determinadas pelos técnicos do Ministério da Agricultura, em terras adquiridas para esse fim, ou coadjuvando iniciativas particulares, na forma que for estabelecida pelo regulamento” (INP, 1941, p. 02). O reflorestamento relacionava-se à criação das condições para a continuidade da atividade. No entanto, o espírito predatório prevalecia, como podemos observar em matéria publicada no jornal *A Voz de Chapecó* sob a manchete “O Problema Florestal”:

A questão florestal em nossa terra é um típico caso difícil de solucionar, porque não temos formada uma mentalidade florestal construtiva e consciente. Pouco nos interessam as árvores se os valores de nossas florestas são apreciados somente através de números e cruzeiros, traduzidos em dúzias de tabuas e metros de lenha. (A VOZ DE CHAPECÓ, 1950, s/p).

Sobre a atuação efetiva do INP, pode-se afirmar que as ações de reflorestamento implantadas não garantiram a continuidade efetiva da atividade madeireira no Sul do país. Tampouco contribuiu na salvaguarda das florestas naturais, mesmo porque este não era o objetivo. Tal conduta é evidenciada por Miguel Carvalho, ao afirmar que:

Apesar da menção ao reflorestamento e à educação florestal não podemos considerar o INP como um órgão de proteção ambiental da maneira como entenderíamos hoje, mas uma instituição fundamentalmente criada para desenvolver e promover a indústria madeireira, pois o reflorestamento e a educação florestal visavam à própria perpetuação e crescimento econômico do setor (CARVALHO, 2010, p. 177).

Sobre a questão do reflorestamento, Hermínio Tissiani salientou em seu discurso de posse a presidência do Instituto em 1961 que o INP iniciara “tateando no escuro” sua tarefa no campo de reflorestamento das espécies economicamente exploráveis.

Decidi, desde o primeiro instante, tornar o reflorestamento a 'meta número um' do meu programa de ação. Passei a rever o acervo de experiências já recorrido pelas administrações anteriores, para continuar a seguir a trilha do que me apareceu aconselhável e corrigir o estilo de tudo aquilo que as falhas ocorridas assim apontavam (TISSIANI, 2000, p. 03).

De fato, uma das ações políticas implantadas na gestão de Tissiani, em 1961, visando o reflorestamento, foi a criação do Parque Florestal João Goulart, o qual em 1968 através da Portaria nº 560/68, passou a se denominar de Floresta Nacional de Chapecó (FLONA Chapecó). O INP ao todo criou 10 (dez) Parques Florestais entre os anos de 1943 a 1961. Sendo um em Minas Gerais, um em São Paulo, dois no Paraná, três no Rio Grande do Sul e três em Santa Catarina, todos em regiões de ocorrência endêmica da FOM (DE SÁ, 2017).



Figura 17. Sede da FLONA Chapecó na década de 1960  
Acervo: FLONA Chapecó.

A Figura 17 nos remete as atividades iniciais da FLONA. Observam-se

plantações de *Pinus Elliottii* (parte superior da foto) no espaço central da Unidade de Conservação em meados da década de 1960. Percebe-se ainda na parte inferior da imagem, o canteiro com irrigação instalada para produção de mudas que posteriormente foram plantadas em áreas do parque.

A criação do Parque Florestal aponta a preocupação no sentido de subsidiar a continuidade da atividade madeireira e de desenvolver estudos na região. O Plano de Manejo da Floresta, elaborado em 2013 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, descreve que:

A área da Floresta Nacional de Chapecó foi adquirida em 1961, sendo o último dos Parques Florestais criado pelo Instituto Nacional do Pinho (INP) na região de ocorrência natural do pinheiro. A Unidade foi destinada ao plantio de *Araucária angustifolia* com o objetivo de estudar seu crescimento e comportamento, sob diferentes condições silviculturais, mas, também à implantação de espécies exóticas como o *Pinus elliotti* e o *Pinus taeda*. (INSTITUTO CHICO MENDES, 2013, p. 30).

A Floresta Nacional de Chapecó é uma das heranças deixadas pelo INP, e compõe a paisagem regional, com uma área de aproximadamente 1.610 hectares. A Flona é composta por duas áreas separadas numa distância aproximada de 32 km. A área maior corresponde entorno de 1.295 ha e localiza-se no município de Guatambu-SC (Gleba I), onde encontra-se a sede administrativa. A outra área tem entorno de 315 ha e fica no distrito de Marechal Bormann no município de Chapecó-SC (Gleba II). A FLONA atualmente se constitui como importante espaço de pesquisas científicas referente a flora, fauna e solos no oeste catarinense.

A criação dos parques<sup>21</sup> ou ‘florestas artificiais’ estavam previstas na Resolução n. 13 de 1944, a qual determinava que a Divisão de Economia Florestal do INP deveria receber ou adquirir de órgãos públicos ou de particulares áreas de terras para reflorestamento a serem exploradas pelo Instituto Nacional do Pinho com o propósito de manter o suprimento de madeira para o comércio e a indústria. Acrescentava ainda a autorização para a exploração das florestas artificiais com “aproveitamento racional” (BRASIL, 1944). De acordo com Miguel Carvalho, os parques “não se desenvolveram conforme esperado em função de condições climáticas desfavoráveis ou artificiais dos reflorestamentos” (CARVALHO, 2010, p. 181). Referindo-se ao plantio de árvores pelo INP, o autor ainda acrescenta que “não devemos nos impressionar muito com esses

---

<sup>21</sup> Para melhor entender o contexto e finalidades em que são criados os parques florestais pelo Instituto, sugerimos a leitura da dissertação de Sá (2017), a qual faz um estudo da Floresta Nacional de Passo Fundo/RS sob o viés da história ambiental.

números de árvores, pois a área dos parques do INP representava menos de 0,1% da cobertura florestal do ecossistema até o século XIX” (CARVALHO, 2010, p. 181).

Portanto, a partir da análise das fontes produzidas em decorrência das ações do INP no oeste catarinense, podemos considerar que o mesmo buscou mediar os interesses da classe madeireira visando fomentar e prolongar a produção e comércio da madeira na região. Assim criou uma série de mecanismos visando controlar a produção de madeira para arrecadar tributos aos cofres públicos. Entretanto, diante da intensa exploração dos recursos florestais, que a partir da segunda metade do século XX, desencadeou uma brusca diminuição das florestas, viu-se incapaz de implantar medidas que solucionassem tal problema. Dessa forma, com a diminuição das reservas florestais na região há um decréscimo significativo da indústria madeireira. Neste cenário, e com a chegada dos militares ao poder, a partir de 1967, o Instituto Nacional do Pinho é extinto, fundindo-se com outros dois órgãos federais, o Instituto Nacional do Mate e o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, dando origem o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

A criação do IBDF em 1967 vincula-se ao cenário da criação do então novo Código Florestal Brasileiro de 1965. Ambos se inserem no contexto histórico em que a Mata Atlântica, e em específico as florestas naturais do oeste catarinense, encontram-se em processo acentuado de degradação, enfraquecendo e pondo em evidência a inviabilização da continuidade da atividade madeireira na região. Neste sentido, há por parte do Código Florestal de 1965, entre outras atribuições, o incentivo a plantação de árvores exóticas como o eucalipto e principalmente o pinus.

O *Pinus*, por se desenvolver rapidamente, com grande potencial de reprodução e disseminação, é considerado como espécie exótica invasora, ou ainda, espécies exóticas contaminantes. A espécie compromete a regeneração de ecossistemas, não apenas os das araucárias, e produz efeitos ambientais danosos como erosão, perda de nutrientes do solo e assoreamento de nascentes e cursos de água (MORETTO, 2010, p. 116)

Essas espécies desenvolvem-se rapidamente se comparadas as plantas nativas da região, característica fundamental para aquele contexto histórico, pois objetivava-se garantir a continuidade da atividade de exploração e comércio da madeira. Não houve, por parte dos governantes da época, tampouco pelos plantadores destas espécies, uma preocupação com possíveis problemas ambientais decorrentes da formação de florestas homogêneas. Como afirma Moretto:

No entanto, esse ganho é em última análise uma grande perda para o ecossistema. O melhoramento genético acentuado das espécies de eucaliptos e *Pinus ssp.*, embora proporcione inegáveis aumentos de produtividade e ganhos econômicos imediatos, tem provocado preocupante redução do subbosque destas florestas exóticas, reduzindo assim a biodiversidade no interior dos talhões e conseqüentemente o desaparecimento da fauna silvestre nestas áreas (MORETTO, 2010, p. 164).

Assim, no final da década de 1960 e, posteriormente durante a década de 1970, nota-se a introdução crescente de espécies de árvores como o pinus e eucalipto no oeste catarinense. Contexto em que há incentivos fiscais aos plantadores, previstos tanto no Código Florestal de 1965, como na Lei Federal nº. 5.106 de 1966 “conhecida como Lei de Incentivos Fiscais para replantio, que permitia que até 50% do imposto de renda fosse empregado em atividades de florestamento e reflorestamento” (MORETTO, 2010, p. 143). Os incentivos fiscais para o reflorestamento motivaram por vezes “a derrubada da floresta nativa para plantar eucalipto” (URBAN, 1998, p. 147).

A falta de fontes dificulta uma análise mais precisa da quantidade de plantas que foram integradas a paisagem regional, porém os números da Tabela 10 nos dão indicativos de sua introdução na região.

Tabela 10. Relação de árvores abatidas e existente no ano de 1970

<b>Estado de Santa Catarina</b>				
	<b>Informantes</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (Mil cruzeiros)</b>	<b>Existentes em 31/12/1970</b>
<b>Pinheiro (Araucária)</b>	1.004	46.000	8.217	16.519.000
<b>Pinus</b>	1.571	296.000	1.483	132.460.000
<b>Eucalipto</b>	7.001	1.780.000	7.082	34.942.000
<b>Oeste de Santa Catarina</b>				
	<b>Informantes</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor (Mil cruzeiros)</b>	<b>Existentes em 31/12/1970</b>
<b>Pinheiro (Araucária)</b>	167	5.000	564	1.088.000
<b>Pinus</b>	190	1.000	60	5.468.000
<b>Eucalipto</b>	562	2.000	46	942.000

Fonte: Elaborada pelo autor com base no IBGE (1970).

Em referência aos dados apresentados pelo IBGE em 1970, nota-se a predominância no plantio do pinus, que em percentuais, apresenta uma diferença próxima a 600% em comparação a araucária. Interessante perceber que o pinheiro no oeste catarinense continuava sendo cortado, inclusive em números muito maiores do



que o pinus e eucalipto como aponta os dados da tabela. Podemos considerar também que em 1970 os bosques de pinus e eucaliptos eram na sua maioria novos. Sobre a opção do uso do pinus em detrimento da araucária para efeito de reflorestamento, Miguel Carvalho (2010) argumenta:

No caso da utilização em larga escala do pinus, isso deve ser entendido não apenas como um contínuo na política essencialmente produtivista e voltada para a indústria madeireira do INP e do IBDF, mas também reconhecida como fundamental para esse processo as características biológicas particulares de umas poucas espécies desse gênero de árvores, que permitiram a sobrevivência da indústria madeireira sulina sem que esta tivesse que se responsabilizar pela reposição das araucárias devastadas. (CARVALHO, 2010, p. 280).

Segundo os dados do IBGE de 1970, estes contabilizam a existência de aproximadamente 6,5 milhões de árvores exóticas no oeste catarinense. Sobre o plantio destas espécies, o Sr. Onório Heuko, funcionário da FLONA de Chapecó desde 1964, participou nas atividades de abertura e preparação das áreas para o plantio das primeiras espécies como o pinus e eucalipto, e relata que estas eram plantadas no espaçamento 2 x 2 m. Argumenta ainda que este espaçamento levava em conta a atividade de desbastes, conforme o crescimento das plantas. Temos que considerar que esta orientação pode não ter sido adotada por todos os plantadores de pinus e eucalipto da região. Elementos como a qualidade do solo, a declividade do terreno, o tamanho da propriedade rural são fatores que influenciavam no espaçamento adotado na hora do plantio. Entretanto, se usarmos a distribuição de uma planta a cada 2 metros, o plantio de aproximadamente 6,5 milhões de plantas exóticas (pinus e eucaliptos) no oeste catarinense ocupou 2.600 ha de terra. Este dado refere-se apenas ao levantamento do IBGE de 1970, porém demonstra que a partir deste contexto histórico, essas espécies exóticas, tanto o eucalipto como o pinus, passaram a compor a paisagem regional.

Por fim, observamos que tanto a legislação municipal de Chapecó do início da colonização quanto às legislações estaduais e nacionais criadas nas décadas posteriores, não foram capazes de garantir a preservação ambiental e assegurar, no caso do INP, a continuidade da indústria madeireira na região. Dean ainda acrescenta que a legislação ambiental foi deficiente no sentido de proteção ao meio natural, pois entre outras questões, criou “incentivos fiscais insuficientes para convencer os proprietários particulares a preservar a floresta primária ou plantar florestas permanentes” (DEAN, 1996. p. 304-305). Portanto, a transformação da paisagem regional vincula-se ora a falta

do cumprimento ora a implementação de algumas ações ligadas a legislação, como foi apresentado neste trabalho.

#### 4.2 A MUDANÇA DA PAISAGEM E AS CONSEQUÊNCIAS DO DESMATAMENTO

A colonização no oeste catarinense iniciada a partir de 1917 se encerra em meados do século XX, processo durante o qual ocorre grande parte da degradação das florestas naturais da região. Os jornais locais, que nas décadas de 1930 e 1940 encarregaram-se de fazer propaganda dos recursos naturais como recurso infinito e à disposição da ação colonizatória, paulatinamente mudam de discurso. Na medida em que as décadas vão avançando, as reportagens nos periódicos trazem uma mescla de discussão entre as vantagens econômicas e a necessidade de preservar. Analisamos algumas reportagens publicadas principalmente na década de 1970, que noticiaram a situação de degradação das florestas e as consequências ambientais no oeste catarinense. Elas também alertam sobre as possíveis causas, sendo as práticas da colonização predatória a principal delas.

A reportagem publicada no Jornal *Fôlha D'Oeste* no dia 24 de maio de 1970, sob o título de “Precisamos salvar as terras mais férteis do estado”, aborda que:

As terras do Oeste Catarinense eram, originariamente cobertas por densas matas que pouco a pouco foram sendo derrubadas com finalidade do aproveitamento da madeira e outras vezes para dar lugar, as novas lavouras. E ao se despir a terra de sua vestimenta natural, a condenamos a uma destruição lenta mais implacável, principalmente em nosso caso particular, onde três fatores aliam se para tornar o problema ainda mais grave. São eles:

- Alta declividade dos terrenos,
- Alta precipitação pluviométrica,
- Desconhecimento das técnicas de Conservação do Solo,

Nada podemos fazer com relação aos dois primeiros fatores, eles evidentemente fogem ao nosso controle. Restamos atacar o terceiro fator. E podemos afirmar, em bases técnicas já comprovadas na prática, que praticamente eliminamos a erosão através do plantio em nível e do terraceamento da lavoura (FÔLHA D' OESTE, 1970, p. 14).

A reportagem acima remete a perda da camada fértil do solo como consequência do desmatamento. Os restos vegetais tais como folhas caídas, pedaços de galhos e ramos, etc, em contato com o solo formam uma superfície extremamente fértil. Essa condição era característica de boa parte das terras do oeste catarinense, principalmente em áreas de predomínio da FED. Nessas áreas, forma-se uma superfície que filtra e reduz a velocidade da água que escorre em função de altos índices pluviais. Assim, a

redução do volume e da velocidade de escoamento da água diminui a capacidade de remoção dos nutrientes do solo. Somado a isso, tem-se as práticas adotadas para o cultivo do solo, já que após a derrubada da camada florestal o solo era preparado com arados e as “enxadas permitiam um cultivo contínuo mais alongado, desgastando a fertilidade do solo (...). Consequentemente, o solo ficava mais exposto à água da chuva, acelerando a erosão” (CABRAL, 2014, p. 42). Ainda,

A remoção parcial da vegetação para implantação de uma lavoura, por exemplo, aumenta a disponibilidade de matéria orgânica em um primeiro momento. Passados poucos anos, a perda de matéria orgânica levará a uma perda de nutrientes para as plantas, e, em épocas ou climas secos, em uma redução da umidade do solo. Um círculo vicioso pode se iniciar, com a redução do número e variedade de plantas que se adaptam às condições mais secas, o que leva a uma menor produção de matéria orgânica (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID..., 2008, p. 394).

O desmatamento como efeito enfraquece e acelera a perda da camada fértil do solo. “O solo é uma fonte não renovável na escala da existência humana, pois se forma muito lentamente ao longo do tempo. (...) são necessários em média 500 anos para se formarem dois centímetros de espessura de solo fértil” (MARQUES, 2016, p. 159). Portanto, em poucas décadas, quiçá poucos anos, devido ao manejo de práticas e técnicas inadequadas do solo pelos colonos, ocorreu uma perda da fertilidade nas terras da região, consequentemente diminuindo a rentabilidade produtiva. Assim, enquanto havia mais terras a serem desmatadas, as terras menos férteis eram muitas vezes deixadas de lado para descanso.

Outro agravante ao solo vincula-se a introdução de novas técnicas e maquinários agrícolas como tratores e arados, o uso de agrotóxicos (pesticidas, herbicidas) e de fertilizantes industriais para o cultivo de monoculturas (milho, soja) (FORNECK; KLUG, 2016). Segundo Marques (2016, p. 165), com a monocultura tem-se o uso constante de “pesticidas e fertilizantes industriais e pela transformação dos alimentos em *commodities* está conduzindo a um círculo vicioso de diminuição da diversidade microbiana dos solos e a seu consequente empobrecimento”. Assim, na década de 1970, divulgava-se:

Acaricie seu chão com um trator. Em troca ele produzirá o dobro. O governo financia, com juros reduzidos e em longo prazo, a aquisição de implementos agrícolas. Alimente a terra. Com fertilizantes. Com mudas e sementes selecionadas. O governo também lhe oferece crédito para isso. Plante. Existem 90 milhões de brasileiros para consumirem a sua produção. Não se contente. Também existe o mercado exterior, que o Brasil quer conquistar.

Participe desta conquista. Isso dá dinheiro. A riqueza está no chão. Plante (A FOLHAD' OESTE, 05/09/1970, p. 12).

Outras consequências ambientais decorrentes da exploração das florestas pela indústria madeireira vinculam-se a contaminação dos rios. Um alerta publicado na reportagem do Jornal *Oestão*, sob o título de "Degradação do ambiente rural", assinada pela professora bióloga Elisabete Rabaldo Botan, traz que: "Além do problema da devastação, as madeireiras ao realizarem o beneficiamento da madeira, frequentemente entulham os cursos d'água com restos de serragem, o que culmina com a morte de animais e vegetais aquáticos e do próprio curso d'água" (O OESTÃO, 1979, p. 03). Neste sentido, outra reportagem faz uma comparação com rios que antes eram cercados pela mata natural, afirmando que:

Os córregos e rios que correm dentro das matas, não sofrem grandes influências no volume de suas águas, não sofrem inundações nem tampouco secam, isto porque na mata, as águas da chuva em vez de correrem sobre o solo e em poucos instantes alcançarem os rios, se infiltram lentamente e vagarosamente alcançaram os rios, nunca com quantidades capazes de provocarem inundações (CORREIO DO SUL, 1978, p. 18).

A reportagem vinculada ao jornal *O Oestão* na data 17 de março de 1979, sob o título "Nossas Matas", aborda a questão do desmatamento a beira do rio Chapecó próximo as cascatas do município de São Domingos, e lamenta o que vem acontecendo na região a respeito das queimadas.

Portanto, nós somos os responsáveis e hoje estamos pagando pelos erros que cometemos. Estão aí as grandes e repetidas estiagens, secando as sangas e rios, inclusive a fonte de água para nossa alimentação, perdendo-se a criação e o produto na lavoura ou então a destruição pelas enchentes e inundações, tudo porque nós fomos de encontro contra a natureza e hoje ela está nos dando a resposta. Gente, pensem nisto, porque o assunto é sério. Não vamos continuar destruindo aquilo que nos garante a vida e a subsistência. Vamos parar de queimar e derrubar matas, vamos, sim, é reflorestar. Se hoje o caso é sério, se não mudarmos o que será amanhã para os nossos filhos? (O OESTÃO, 1979, p.04).

Se nas décadas de 1930 e 1940 o uso do rio Uruguai era indispensável para o escoamento da madeira através das balsas para os países platinos, nas décadas seguintes, deixa gradativamente de ser utilizado para este comércio. A madeira como produto começa a ficar escassa, mas ocorre também o uso mais frequente do transporte via caminhões.

(...) depois da guerra 46, 47 começou a vir caminhão, importado dos Estados

Unidos a maioria deles como o Chevrolet, Ford, o Dodge. Então esses caminhões aí começaram a ser utilizados (...) Daí em diante já não era mais vantagem largar a madeira pelo rio, porque perdia madeira e roubavam muito. Quando quebrava uma balsa ou batia numa ilha ou num resorço ou nas pedras ou batia nas costas, então quebrava uma balsa e se desperdiçava a madeira. Perdia e então chegava lá em baixo, faltando 50, 100 dúzias de madeira então aquilo se tornava puro prejuízo e o custo de serragem, o custo de transporte já tinha sido feito, então acharam, aí os madeireiros começaram quase transportar só por caminhão porque carregava 20 dúzias, entregava 20 dúzias. Aí não tinha mais perda. Era mais caro o transporte, mas era mais seguro (ROTAVA, 1989, p. 10).

O depoimento acima ressalta o uso dos caminhões para o transporte da madeira. Nas décadas de 1960 e 1970, por meio de políticas públicas, acontece o melhoramento e a abertura de novas estradas e construção de pontes. Essas, por sua vez, contribuíram para a abertura de novas rotas de comércio e também passaram a fazer parte da paisagem regional.

O rio Uruguai fora em outros tempos, a grande “estrada natural” da exportação de madeira, hoje menos de 10% das exportações é transportada por esta via. As balsas foram substituídas por possantes caminhões e as ferrovias também juntam-se ao transporte de madeira, sendo as principais estações receptoras as de Joaçaba, Carazinho e Passo Fundo (REVISTA CELEIRO CATARINENSE, 1970, p. 05).

Assim, o balseiro aos poucos passa a existir apenas na memória da população local. Como podemos perceber no depoimento de Rohde (2012) ao relatar a atividade das balsas nas águas do rio Uruguai.

Noites a fio, o som alto dos remos se sobrepunha ao da correnteza. A vida nas balsas parecia animada. Cantavam, cumprimentavam gritando e acenando, felizes com a possibilidade de uma boa viagem (...). Em noites de neblina ouvia-se, ao longe, frequentemente, os chamados dos balseiros desorientados, que, com tochas, pediam para serem orientados a respeito de onde se encontravam (ROHDE, 2012, p.142)

A citação acima nos dá uma ideia de que mesmo com as adversidades enfrentadas pelos balseiros, as suas viagens aconteciam com um sabor de aventura. No entanto, a intensa movimentação nas águas do rio Uruguai provocada pela atividade com as balsas e toda a relação sociocultural entorno dela vai aos poucos deixando de fazer parte da paisagem regional.

Nota-se ao analisar os jornais que circulavam na época, o amplo espaço dado para os problemas ambientais presentes na região, especialmente a partir do final da década de 1960 em diante. Para ilustrar trouxemos abaixo a imagem de uma reportagem tal qual foi publicada no jornal:

# A ecologia está sendo alterada. Desmatamentos e poluição, em nome do "progresso"



A margem do Rio Urugual está assim.



Lado direito da barranca do Rio Irani, vendo-se bem embaixo, parte do o leito já seco.



Vista para a desembocadura do Irani no Urugual. No lado esquerdo, foi desmatado. O Rio é só um filete d'água.



Colhida com a tele-objetiva de J. Sachet, uma vista do desmatamento na margem do Rio Irani.



Quem vai a Praia Bonita vê muitas cenas como esta. Desmatamento e queimadas, em todos os morros.



Há apenas umas 3 quadras da Foz de Machado, saída para São Carlos, o rio é super-poluído.

CHAPECO - (Especial) - A edição de sábado último, dia 3 de fevereiro, serviu para que iniciássemos um novo e delicado assunto, nas páginas do Oestão - O DEPARTAMENTO - "A Auto-destruição do homem".

Pois agora, além do gravíssimo problema causado pelos desmatamentos irracionais, vamos estender o assunto aos problemas causados pela poluição, pois tudo faz parte do nosso "Sistema Ecológico".

Quando no decorrer da semana a reportagem do Oestão se deslocou para o interior do Município, por informações recebidas, não foi preocupada em encontrar quilômetros e quilômetros de novos desmatamentos. A preocupação estava e está vinculada às particularidades, ao porque de certos desmatamentos que foram e estão sendo realizados.

Na localidade de Praia Bonita, onde há a "Barra do Rio Irani" afluindo no Rio Urugual, constatamos mais uma aberração. Bastou atravessarmos o Rio Irani (a pé), para presenciarmos a derrubada de árvores e matas, em várias centenas de metros, exatamente nas barrancas daquele fluxo d'água. E documentamos fotograficamente o desatino. Vale dizer, que atualmente o Rio Irani, bem como o Urugual, está abaixo de seu nível normal em vários metros, correndo em praticamente apenas na metade de seu leito, tanto é que conseguimos vadeá-lo caminhando tranquilamente. E mesmo, para alcançar o local pretendido, caminhamos quase um quilômetro sobre pedras e margens ressequidas do Rio Urugual. Tudo isso porque há muitos dias não chove na região, mesmo em Chapecó onde a precipitação pluviométrica ocorrida semana passada, não foi suficiente para solucionar os problemas da grave estiagem. Pois bem, aí está o "X" da questão. Não chove mais. A ecologia alterada pelo próprio homem, que cada dia mais se preocupa com seus rendimentos, sem medir consequências, isto é, vai desmatando, em busca da madeira ou de mais terras para plantio, quando tudo já é quase um deserto.

Lá, na Barra do Irani, apenas isso. É um dos locais que sabemos, o desmatamento foi e é feito de forma racional.

## NÃO PRECISAMOS IR MUITO LONGE

No mesmo Bairro onde este ano será realizada a IV Exposição-Feira Agro-Pastoril e Industrial, EFÁPI, constatamos a ocorrência de um desmatamento. E deste, as autoridades municipais sem dúvida tem conhecimento. Trata-se do local onde será construído o novo Centro Esportivo.

Justo que o povo receba de seus administradores, os locais necessários ao seu desenvolvimento esportivo-cultural. Errado o sistema de escolha do local, quando se sabe que existem inúmeras áreas já desmatadas, em Chapecó, que bem poderiam servir para a mesma finalidade. Também documentamos fotograficamente essa destruição do verde.

## POR FALARMOS EM ADMINISTRAÇÃO

Quando para comemorar os dois anos

de mandato da Administração Municipal, Prefeito Milton Sander concedeu entrevista coletiva à imprensa, interessou-se particularmente o assunto "desmatamento", e do diálogo extraímos o seguinte:

- Com respeito ao desmatamento irracional, grave problema não só de Chapecó, senão do Estado todo, declarou o Prefeito Sander, que, a Prefeitura, através do Programa CURA está desapropriando uma área de 340 mil metros quadrados de floresta, para criar um parque que funcionará como verdadeiro "pulmão verde" do Município.

Destes 340 mil m<sup>2</sup>, foi necessário abater uma área de 20 mil m<sup>2</sup>, mas o restante garante o Prefeito, não será devastado.

Na realização deste parque e sua manutenção, o Município aplicará recursos no ordem de Cr\$ 8 milhões.

Com relação aos bairros onde as empresas imobiliárias ao fazerem loteamentos não tomam em conta a preservação do arvoredo, comentou que "serão tomadas providências legais, pois já existe uma legislação recente nesse sentido que protegerá. De agora em diante nenhum novo loteamento poderá ser feito, se não for necessária a derrubada da mata. É assim que foi aprovado o loteamento "Floresta" próximo ao Curtume Imperial, com área de 70 mil m<sup>2</sup>, declarada de reserva florestal da sorte que só foram abatidas as árvores necessárias para a construção da rede de energia elétrica e locais para as residências, com fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente".

Em outra resposta afirmou o mandatário chapecoense que "através do projeto CURA será executado o plantio de 12 mil árvores, num prazo de 2 anos, atingindo todos os Bairros de Chapecó". Lembramos, entretanto, que o Bairro Aeroporto, com mil mudas plantadas, somente ainda mantém umas 600 tendo as demais sido destruídas pelos próprios moradores.

## PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA

Com relação ao tema, ainda na entrevista coletiva do dia 31, ficou-se sabendo que serão construídos 1.300 pequenos açudes, nas 5.000 propriedades rurais e pequeno porte que existem no Município. Os recursos para estas obras já foram aprovados na capital Federal, e a execução ocorrerá nos próximos 2 anos.

## A POLUIÇÃO DOS RIACHOS

E de verdadeira calamidade a situação em que se encontram todos os riachos que cortam a cidade de Chapecó. E não há necessidade de ser entendido em que tons de ecologia para fazer-se a constatação.

Para citar exemplos, verifique-se o riacho que passa por trás do FRICOOPER e o próprio Canal Passo dos Índios. Ou então o Arroio Santa Maria.

Além disso, dentro da cidade existem matadouros e criações de suínos e outros animais para abate, sem as mínimas condições dos moradores próximos conseguirem soluções.

A reportagem, datada de 13 de março de 1979, traz uma série de críticas sobre a situação de degradação das florestas e rios da região oeste catarinense. Também utiliza imagens que ajudam a ilustrar situações de derrubada da mata nativa, práticas de queimadas, assoreamento e poluição dos rios, que conseqüentemente desencadearam a morte de inúmeras vidas animais e vegetais. Esta situação noticiada na reportagem acima é decorrente da ocupação antrópica, principalmente no período de colonização que acelerou o processo de desmatamento em função do cultivo agrícola, da implantação de estradas, do crescimento dos núcleos urbanos, para suprir a demanda da infraestrutura regional. Como afirma Marques, o desmatamento é:

(...) de fato, um ato voluntário e arbitrário de destruição da natureza. O mais atroz. Ele é a forma mais direta e imediata de matar o maior número de formas de vida em escala planetária. O desmatamento invade, como um câncer, o organismo social e o organismo natural (...). Na realidade, todos os mais graves desequilíbrios da biosfera têm no desmatamento um ponto de partida ou um fator crucial de agravamento. As crises que acam a biosfera são em grande parte metástase do câncer do desmatamento (MARQUES, 2016, p. 126).

Neste mesmo contexto, outra modificação da paisagem regional suscitada pelo desmatamento das florestas naturais se relaciona a redução da fauna nativa local. “A fauna depende da composição florística, pois se encontra como consumidora em vários níveis. Entretanto, a flora também depende da composição faunística, importante nos mecanismos de polinização e dispersão de sementes” (ALMEIDA, 1996, p. 37). Portanto, a drástica diminuição da flora nativa fez com que várias “espécies de animais, especialmente as de maior porte, como a onça-pintada (*Panthera onca*), o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) e o veado-mateiro (*Mazama guazoubira*) outrora abundantes estejam atualmente ameaçadas de extinção” (SEVEGNANI; LAPS; SCHROEDER, 2013, p. 189).

É importante enfatizar que a exploração dos recursos naturais não foi meramente econômica, constituiu-se também por práticas de relação intercultural entre humanos e não humanos. A exemplo, as práticas de caça e pesca desenvolvidas pela população regional no oeste catarinense na maioria das vezes vinculava-se a necessidade por alimentos ou configurou-se como uma prática social, transmitida de geração a geração.

A intensificação do uso do solo para agricultura, por exemplo, está diretamente associada às demandas da população, na medida em que aumentava a necessidade de áreas cultiváveis.

E nesse ponto situa-se uma das lições mais importantes que podemos encontrar na história do novo modo de produção: ele teve a capacidade de fazer com que a terra produzisse feijão ou milho ou trigo em quantidades nunca antes vistas, e de criar mais riqueza e uma nutrição melhor para mais pessoas do que qualquer sistema agroecológico tradicional poderia ostentar. Mas o outro lado deste impressionante sucesso foi (e é) uma tendência em apostar alto contra a natureza, em elevar as apostas constantemente num esforço febril para evitar o insucesso – e por vezes, perder a aposta e perder muito (WORSTER, 2003, p. 38).

Não se trata de culpar madeireiros e colonos pela degradação das florestas regionais, afinal é uma questão bastante delicada de ser tratada. Entretanto, o modelo de colonização foi fundamental para a degradação, pois como afirma Moretto, “a história ambiental é contundente pelo fato que evidencia como os seres humanos foram grandes destruidores, e como seus feitos não foram benéficos para a natureza tão quanto para si próprio” (MORETTO, 2010, p. 160). Por outro lado, nem mesmo os governos pensavam na proteção e preservação das florestas, e só tardiamente passaram a ser criadas leis, mas destinando muito poucos recursos para a fiscalização e aplicação legal.

Ainda pode-se dizer que houve inicialmente o incentivo à exploração das espécies de árvores nativas, e mais tarde quando se pensou no ‘reflorestamento’, houve a opção por espécies exóticas, as quais cresciam rapidamente e logo estariam a disposição da indústria madeireira. Além disso, deve-se considerar que os primeiros colonos e até mesmo a incipiente indústria madeireira do início da colonização não tinham os ideais preservacionistas do presente, tampouco a noção de que suas ações levariam a degradação do ambiente natural.

No tocante a atividade madeireira, Nodari considera que “a fonte de renda baseada no setor extrativista se sobrepunha, na maioria das vezes, à necessidade de preservação da floresta” (NODARI, 2011, p. 102). Portanto,

Embora não se pretenda aqui cair numa espécie de anacronismo histórico, rotulando os colonos como “culpados” pela devastação das florestas, até porque a maioria deles sequer imaginava que seus atos poderiam implicar futuros problemas de ordem ecológica, pode-se inferir que a imigração e a colonização europeias tiveram papel relevante na destruição de uma vegetação e de uma biodiversidade, cujo impacto ambiental ainda não foi avaliado (BUBLITZ, 2004, p.180).

Quanto à paisagem regional, é importante destacar que o valor conferido a ela associa-se ao seu uso, ou seja, o valor atribuído a uma paisagem florestada muda de acordo com o grupo étnico e com o contexto histórico. A paisagem de uma floresta imponente aos olhos do presente, como símbolo de beleza e vida, tinha outro sentido no



período colonizatório. Para os colonizadores, a beleza da paisagem estava relacionada ao quanto ela era produtiva, afinal, as plantações agrícolas representavam prosperidade e o progresso da região.

(...) já nos encontramos diante de uma bela paisagem de terras cultivadas e obras da mão humana, em vez daquela mata fechada de antanho. Uma terra ondulada por suaves elevações, cortada ora por vales estreitos, ora por vales mais largos, com encostas de um verde farto, vez ou outra coroadas por cumes mais altos. A parede maciça da mata nativa, que antigamente impedia o olhar para mais longe, hoje recuou para horizonte. Não encontramos mais o emaranhado de plantas entre o qual as primeiras casinhas de madeira ou barracos simples pareciam espiar assustados. Até onde o olhar alcança se estendem as amplas plantações que ondulam ao vento, as pastagens animadas e coloridas, os pomares carregados de frutas e largas e imponentes as novas moradias dominam a paisagem, tendo substituído, já ha muito tempo, as primeiras choupanas dos colonizadores (ROHDE, 2012, p. 303-304).

Assim, a história da colonização no oeste catarinense evidencia as marcas de prosperidade, porém sem dúvida, também da devastação ambiental.

Praticamente 600 quilômetros quadrados de terra brasileira coberta de mata nativa, que esperavam pacíficas, há milhares de anos, sob o Cruzeiro do Sul, para serem desbravadas, foram transformados, em apenas um quarto de século, em uma paisagem muito bem organizada e maravilhosamente cultivada (ROHDE, 2012, p. 317-318).

Entretanto, esse processo de ocupação regional envolveu formas de apropriação da natureza que alteraram de forma decisiva o ambiente. Como pesquisadores do tema, devemos refletir sobre o passado de forma crítica, mas sem anacronismos, ou seja, é preciso entender o contexto histórico da colonização que desencadeou práticas que afetaram a paisagem regional.

Qualquer que seja o assunto que o historiador ambiental escolha investigar, ele deve enfrentar o antigo problema da humanidade, que tem que se alimentar sem degradar a fonte básica da vida. Hoje, como sempre, este problema é o desafio fundamental na ecologia humana, e enfrentá-lo demandará conhecer bem a terra – conhecer sua história e seus limites (WORSTER, 2003, p. 39).

Afinal de contas, nós somos também seres naturais que necessariamente nos relacionamos com outros seres vegetais e animais na construção de nossa existência. Ou seja, para sobrevivermos, “todos nós, humanos e não, modificamos nosso ambiente” (CABRAL, 2014, p. 57), ou ainda como afirma Worster:

Em todo o tempo em que tais grupos estão reorganizando a flora e a fauna nativa para produzir mais alimentos, as pessoas são forçadas a se adaptarem às condições locais do solo, do clima e da água. Poder-se-ia até chamar tais condições de determinantes suaves da existência humana, já que elas influenciam significativamente como e onde as pessoas obtêm seus meios de vida e de que tipo de vida se trata (WORSTER, 2003, p. 31).

Assim, a década de 1970 marca para além de uma mudança do ambiente natural do oeste catarinense, a reorganização social de parte da sociedade que estava ligada diretamente as atividades de exploração e comércio da madeira. Como afirmam Radin e Salini (2015), do ponto de vista social:

(...) tal situação levou muitos peões da madeira, em se sujeitarem a outras atividades, principalmente braçais no campo ou ainda, com a industrialização das cidades, principalmente de Chapecó, passaram a integrar a mão de obra industrial (RADIN; SALINI, 2015, p. 42).

Observa-se também que muitos empresários da madeira foram desenvolver suas atividades em outras regiões, muitas vezes até para os países vizinhos. Como no caso da família Sartori, que migraram a atividade para as matas paraguaias. Outros madeireiros mudaram de atividade aqui mesmo na região, e passaram para cooperativas agropastoris, frigoríficos, política etc.

Podemos concluir que o ser humano transforma o mundo onde vive de forma irreversível. Os relatos trazidos são fragmentos de memórias que se somam às fontes escritas e fotográficas, evidenciando uma história de longa duração, de interação entre humanos e o meio. As práticas humanas de exploração e interação, no período estudado no oeste catarinense, transformaram a paisagem regional onde em poucas décadas configuraram uma nova paisagem cultural.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região oeste catarinense situa-se na bacia hidrográfica do rio Uruguai, com predomínio da cobertura vegetal da Floresta Estacional Decidual e da Floresta Ombrófila Mista, que por sua vez compõem o Bioma Mata Atlântica. Neste ambiente natural insere-se uma grande diversidade de vidas não humanas, tanto florística como faunística. Evidenciamos quão importante foi a composição natural desta região, servindo de habitat a diferentes grupos humanos – indígenas, caboclos e colonos, em diferentes tempos históricos. Grupos estes, que desenvolveram práticas de interação com o ambiente natural.

Não há como pensar em histórias sem a presença desses outros sujeitos: por mais que os humanos adorem a falar de si mesmos, eles sabem, ainda que não se deem conta disso, que não são capazes de comunicar nada – pelo menos nada realmente significativo – se não fizerem referência a seus companheiros não humanos de existência (CABRAL, 2014, p. 30).

Os colonizadores ao chegarem ao oeste catarinense na primeira metade do século XX, se depararam com um ambiente natural bastante preservado, porém não significa que era intocado. Grupos indígenas e caboclos já estabelecidos na região mantinham práticas de interação com o meio natural. No entanto, a baixa densidade demográfica, a agricultura de subsistência, os instrumentos tecnológicos menos destrutivos contribuíram para que estes grupos vivessem de forma menos agressiva com a natureza e conseqüentemente impusessem uma intervenção menos impactante ao ambiente. É importante ressaltar que a constituição de uma paisagem é um processo contínuo e em formação quando da presença da espécie humana. Como afirma Arruda, “o território onde hoje vivemos é constituído de camadas e camadas de paisagens construídas por estas populações em movimento pelo espaço” (ARRUDA, 2010, p. 301). A chegada dos colonos no oeste catarinense não representou a extinção étnica e tão pouco a extinção das formas de interação entre indígenas e caboclos com o ambiente natural desta região. Muitas das práticas de interação estabelecidas pelos indígenas e caboclos com a natureza, como: saber lidar com a floresta, com os rios, com a fauna, a alimentação ..., foram incorporadas pelos colonos. Portanto, estas ações, mesmo não retratadas tão especificamente neste trabalho, reconhecemos que a interação de indígenas e caboclos constituem a paisagem regional durante o período de colonização. Este assunto que merece pesquisas específicas para melhor valorizar o protagonismo destes grupos na constituição da sociedade regional.

A partir da criação oficial do Município de Chapecó em 1917, inicia-se o processo de colonização no oeste catarinense e o cenário ambiental possibilitou aos novos moradores utilizarem os recursos naturais, consolidando práticas de interação e exploração de forma mais sistemática e intensa. A floresta e seu emaranhado de vidas foram aos poucos sendo conhecida e ‘vencida’ pelos colonos. Para estes, a paisagem precisava ser modelada aos seus interesses, como o cultivo da terra e a extração da madeira, uma das principais fontes de economia durante boa parte do século XX. Durante o processo colonizatório, as práticas de interação como a caça e a pesca foram fundamentais para as primeiras famílias como importante complemento alimentar. As primeiras plantações estiveram associadas há muitas adversidades, entre elas a dificuldade de derrubar a mata densa com auxílio de ferramentas (machado, serrote) bastante rudes e que dependiam de um esforço físico bastante grande. Ainda, os relatos orais revelam que a natureza ia se reorganizando frente a ação invasiva do homem, nesse sentido ataques de insetos como de formigas e de outros animais da fauna local provocavam diferentes danos as plantações nos primeiros tempos.

A exploração da mata foi fundamental para suprir as necessidades de sobrevivência. Ganha destaque a construção das casas, galpões, cercas e para consumo como lenha, sendo que esta era indispensável nas inúmeras atividades domésticas, bem como para servir de combustível as primeiras indústrias da região. A dependência da madeira para a construção da infraestrutura regional nas primeiras décadas da colonização também contribuiu para a degradação das florestas.

À medida que a colonização foi se consolidando a exploração dos recursos naturais foi intensificada e conseqüentemente o desmatamento. Como afirmou Arruda, a colonização foi o “marco definitivo da transformação da natureza em terra, ou seja, em propriedade privada” (2010, p. 296). Assim, houve uma reorganização dos elementos sociais e ambientais pretéritos para atender a economia do mercado capitalista que se instalava na região. A exploração empreendida provocou mudanças aceleradas, asseguradas pelas políticas de Estado e de um modelo de desenvolvimento capitalista, para os quais era importante o território ocupado e produtivo economicamente.

Neste sentido, a legislação vigente nos primeiros anos de colonização contribuiu para a exploração destes recursos e buscou assegurar o controle fiscal e tributário da atividade. A criação do primeiro Código Florestal Brasileiro de 1934 não assegurou a preservação da floresta regional. Algumas ações delegadas aos Agentes Florestais de Chapecó foram empreendidas na região, mais no sentido de cumprir demandas pontuais,

mas que no conjunto não significaram uma efetiva ação que possibilitasse assegurar a preservação da floresta regional. Ainda, a partir da segunda metade do século XX, criaram-se algumas medidas paliativas no sentido de racionar a exploração e extração madeireira. Foram também implantadas políticas de incentivo a introdução de espécies exóticas, como o pinus e o eucalipto, em detrimento das espécies nativas, com o propósito de assegurar a continuidade da atividade madeireira. A introdução das espécies exóticas foi outro fator que contribuiu com a mudança da paisagem regional.

Ainda neste contexto, durante a existência do Instituto Nacional do Pinho (1941-1967), órgão que fomentou a atividade madeireira no sul do Brasil, foi criado no ano de 1961 o Parque Florestal João Goulart, que em 1968 passou para a categoria de Floresta Nacional de Chapecó. Criada como reserva de madeira, cujo objetivo principal era suprir o abastecimento futuro da indústria madeireira. Desde então a Flona integra a paisagem regional, sendo importante base de estudos para várias áreas do conhecimento, principalmente ligadas as ciências naturais.

No decorrer das décadas, o aumento demográfico provocado pelo processo de colonização, a abertura de novas áreas de terra para a agricultura, a introdução de novas técnicas e equipamentos mais modernos e de maior rentabilidade, como: o uso de arados mecanizados, tratores, motosserras, caminhões e a eletricidade, aceleraram o processo de desmatamento das florestas que estava em curso. Ainda neste contexto, a floresta foi encarada como empecilho para as práticas de agricultura, e por esse motivo também se justificava sua derrubada. Para os madeireiros, a floresta representava um estoque infinito de matéria prima. Portanto, derrubá-la significava, sobretudo, manter o crescimento da indústria madeireira sinônimo do desenvolvimento da economia e do progresso regional.

Ao analisar matérias publicadas na imprensa local é perceptível que a derrubada sistemática da mata nativa trouxe muitas consequências ambientais. Inicialmente a imprensa local ignorou a exploração degradante da floresta, mas a partir da década de 1960, nota-se uma mudança na abordagem dada ao tema, dando destaque e alertando sobre a iminente extinção da floresta. As reservas florestais foram reduzidas em poucas décadas, desencadeando uma série de problemas de ordem ambiental, como a diminuição da fauna nativa, o empobrecimento do solo, o assoreamento dos rios...

Do ponto de vista social houve uma reorganização nas atividades relacionadas a exploração da madeira. Muitos peões e empresários migraram para outros ramos de trabalho. Os balseiros deixaram de transportar a madeira por meio da descida do rio

Uruguai, atividade que outrora foi tão singular e rentável deixou de existir. Ser balseiro marcou algumas gerações de moradores da região do alto rio Uruguai, além de uma fonte de recursos, possibilitou momentos de sociabilidade, aventuras, perigos e, por isso segue presente de forma nostálgica na memória dos que viveram esse período. Na região existem museus dedicados ao tema, assim como outros espaços de memória que salvaguardam documentos, tais como fotografias e ferramentas de trabalho relacionadas a prática dos balseiros.

Salini e Carbonera (2017) consideraram que o olhar sobre o meio natural como fonte de recursos, e a exploração intensiva e sistemática, realizada no recorte temporal aqui analisado, fez parte da mentalidade de uma geração que não tinha presente as noções preservacionistas atuais. Bublitz (2010) analisou a colonização europeia do século XIX no Rio Grande do Sul. Segundo essa autora, o som das árvores caindo, o barulho do fogo se alastrando sobre os troncos e galhos significavam para os colonos a vitória sobre a natureza ou o “desmatamento civilizador”, reforçando o embate travado entre civilização e floresta, remetendo a conquista frente a temida e imensa mata. Cabe destacar, ainda, que novos estudos apontam o homem não como um eterno predador e destruidor da natureza. Para Digard (2011), o homem se revela também como um protetor e produtor. Esse autor faz referência ao conceito ainda pouco conhecido da biodiversidade doméstica, que é aquela produzida pelo homem.

Para esta pesquisa, nos valem metodologicamente da História Ambiental, que busca entender a interação entre o ser humano e natureza. Como é comum acontecer nos estudos de história ambiental, usamos de variada gama de fontes documentais, pois as “técnicas, memórias, fauna e flora são fontes que possibilitam estudar esse processo” (DE SÁ, 2017, p. 142). Neste sentido é que buscamos descrever e analisar por meio de fontes históricas, algumas práticas de interação e exploração entre a população do oeste catarinense com o ambiente natural, a fim de perceber como a paisagem regional passou por grandes e intensas transformações durante o processo de colonização, compreendido nesta pesquisa entre 1930 a 1970. O processo de colonização regional, pautado na pequena propriedade, envolveu formas de apropriação da natureza que alteraram de forma marcante o ambiente. Onde a floresta nativa cedeu lugar para diferentes usos e ocupação do solo. Assim, a interação entre humanos e não humanos foi remodelando a paisagem regional.

Portanto, a transformação da paisagem é reflexo do modelo de ocupação, do uso do espaço, bem como das práticas de interação e exploração dos recursos naturais. É

importante frisar que os aspectos ambientais do oeste catarinense contribuíram e influenciaram tanto na formação sociocultural, como também na vinda dos colonos. Pois de acordo com Marcos Gerhardt, os aspectos naturais de uma determinada região devem ser entendidos “Não como um argumento explícito de atração, mas pela existência de condições ambientais favoráveis para acolher e sustentar a vida de numerosa população migrante” (GERHARDT, 2014, p. 137).

Entretanto, a partir da década de 1970, a história regional ganhou novos contornos com a instalação das agroindústrias, a modernização da agricultura, a migração do campo para a cidade, problemas socioambientais, a efervescência de diferentes movimentos sociais (SALINI; CARBONERA, 2017). Novas dinâmicas se impuseram, mas não podem ser vistas em separado dos processos ocorridos anteriormente. Sendo assim, destacamos que são muitas as inquietações que remetem a novas abordagens historiográficas sinalizadas pela história ambiental e que têm se apresentado em um campo de muitas possibilidades.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Álvaro Fernando de. Interdependência das Florestas Plantadas com a Fauna Silvestre. **Série Técnica IPEF**, Piracicaba, v.10, n. 29, p. 36 – 44, Nov. 1996.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

\_\_\_\_\_. A ‘grande transformação’ e a biota cultural das populações em movimento. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 2, p. 287-303, 2010.

\_\_\_\_\_. Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades. **Revista de História Regional**, n. 20(2), p. 209-231, 2015.

BASSO, Clarissa M. G. A araucária e a paisagem do planalto sul brasileiro. **Revista de Direito Público**, Londrina, v.5, n.2, p.1-11, 2010.

BAVARESCO, Paulo. A história econômica do oeste catarinense. In. CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André; RENK, Arlene; SALINI, Ademir. M. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017. p. 281-315.

BANCO, Interamericano de Desenvolvimento - BID; SANTA CATARINA, Governo do Estado; RIO GRANDE DO SUL, Governo do Estado. **Pró – Rio Uruguai: Diagnóstico da Região da Bacia do Rio Uruguai - Relatório Final do Componente 1**. Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS, 2008.

BRASIL. DECRETO N. 23.793 de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d23793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. DECRETO. N. 3.124 de 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del3124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3124.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. DECRETO. N. 4.813 de 1942. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4813.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4813.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. DECRETO. N. 23.672 de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D23672.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23672.htm)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. LEI n. 8.287 de 20 de dezembro de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8287.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8287.htm)>. Acesso em: 20/ nov. de/2017.

\_\_\_\_\_. Código Florestal de 1965. Lei N 4.771 de 1965. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4771.htm>>. Acesso em 05 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei N 289 de 1967. Disponível em: <[www.iterpa.pa.gov.br/files/leis/Federal/Ambiental](http://www.iterpa.pa.gov.br/files/leis/Federal/Ambiental)>. Acesso em 20 abr. 2018.



\_\_\_\_\_. Resolução n. 13 de 4 de abril de 1944. Instituto Nacional do Pinho. Rio de Janeiro, 4 abr. 1944. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2265906/pg-29-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-04-1944>>. Acesso em 25 de mar. 2018.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

BRANNSTROM, Christian. A madeira foi o combustível que moveu a industrialização brasileira? In: FRANCO, José Luiz de A.; DUTRA e SILVA, Sandro; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.39-75.

BRANDT, Marlon. Paisagens Caboclas no Oeste de Santa Catarina: Colonização e Rupturas. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson. (Orgs.). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos: Pedro e João Editores; Chapecó, UFFS, 2015. p. 11- 40.

BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, 3 (6), p. 7-73, 1985.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Processos de colonização e povos indígenas no oeste catarinense. VALENTINI, Delmir J.; MURARO, Valmir F. (Org.). **Colonização, conflitos e convivência nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó. 2015. p. 191-220.

BUBLITZ, Juliana. A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Métis: História & Cultura*, v. 6, n. 3, p.179-200, 2004.

\_\_\_\_\_. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Sociedade & Ambiente**, Campinas, v. 2, n., p.323-340, 2008.

\_\_\_\_\_. **Forasteiros na floresta subtropical: Uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul**. 2010. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2010.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial**. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014.

CALDARELLI, Solange B. (Org.). **Arqueologia preventiva na UHE Foz do Chapecó, SC/RS: Relatório Final**, Scientia Consultoria Científica, Florianópolis, Inédito, 2010.

CAMPANILI, Maura; SCHAFFER, Wigold Bertoldo. **Mata Atlântica: manual de adequação ambiental (Série Biodiversidade, 35)**. Brasília: MMA/SBF, 2010.

CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Antes do Oeste Catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Argos, Chapecó, 2011.

\_\_\_\_\_. **A ocupação pré-colonial do alto Rio Uruguai, SC:** contatos culturais na Volta do Uvã. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. ONGHERO, Luiz André; LINO, Jaisson Teixeira. Um passado distante, um patrimônio presente: o povoamento pré-colonial de Chapecó. In. CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André; RENK, Arlene; SALINI, Ademir. M. (Orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais.** Chapecó: Argos, 2017. p. 19-58.

CARVALHO, Ely Berço de. O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História.** Porto Alegre, v. 43, n. 23, p.417-442, jul. 2016.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **Uma grande empresa em meio a floresta:** a história da devastação da floresta com a araucária e a *Southern Brazil Lumber and Colonization* (1870-1970). 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

\_\_\_\_\_. Os fatores de desmatamento da floresta com araucária: agropecuária, lenha e indústria madeireira. **Revista Esboços,** Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 32-52, ago. 2011.

CEOM. **A Viagem de 1929:** Oeste de Santa Catarina documentos e leituras, editado pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó, Argos, 2005.

CÉRRI, Luiz Fernando. **Regionalismo e ensino de História.** In: BITENCOURT, Circe. Maria Fernandes; (Org.). Anais do 2º Encontro Perceptivas do Ensino de História. São Paulo: FEUSP, p. 711- 718, 1996.

CHAPECÓ. LEI ORGÂNICA. N 9 de 1918. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br/camara/sc/chapeco>. Acesso em: 15 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. LEI MUNICIPAL. N 13 de 1918. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br/camara/sc/chapeco>. Acesso em: 15 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. LEI ORGÂNICA. N 41 de 1921. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br/camara/sc/chapeco>. Acesso em: 15 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. LEI MUNICIPAL. N 21 de 1961. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br/camara/sc/chapeco>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens textos e identidade.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 13-74.

COELHO NETTO, Ana L. Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia. In: GUERRA Antonio José Teixeira, CUNHA Sandra B. da. **Geomorfologia:** uma atualização de bases e conceitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 93-148.

COPÉ, Silvia M. A gênese das paisagens culturais do planalto sul brasileiro. **Estudos Avançados,** n. 29(83), p. 149-171, 2015.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. **Varia Historia**, vol. 24, nº 39: p.135-152, jan/jun 2008.

COSTA, Arthur. F. **O Oeste Catharinense**: visões e sugestões de um excursionista. Villas Boas & Cia, Rio de Janeiro, 1929.

COSTA, Silvano Silveira da. **Arqueologia no alto Uruguai**: a foz do Chapecó. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

CRAVO, Jorge. Rio Uruguai e sua região hidrográfica. In: 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. (Org.) **Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Brasília. Procuradoria Geral da República. 2010. p. 01-17.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DARCY, Ribeiro. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

D' ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**, n. 23, p. 265-343, 2006.

DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1979.

D' EÇA, Othon. **Aos Espanhóis Confinantes**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

DE SÁ, Débora Nunes. **Uma História Ambiental da Floresta Nacional de Passo Fundo**: 1946-2011. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, 2017.

DIGARD, Jean Pierre. A biodiversidade doméstica, uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal. **Anuário Antropológico**, n. 20, p. 205-223, 2011.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n.8. p. 171-197, 1991.

\_\_\_\_\_. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Niterói-RJ: Ed. Eduff, 1997.

FERRARI, Maristela. **Interações Transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina**: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XIX). 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FORNECK, Elisandra; KLUG, João. A difusão dos agrotóxicos como tecnologia benéfica ao agricultor. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 27, p. 84-110, jun. 2016.

FORTES, Adílio. **A Proto-História do município de Chapecó, oeste de Santa Catarina: 1641 a 24-08-1917**. São Paulo: Carthago, 1990.

FRANCO, José L. de Andrade. Representações da *Phantera Onca* no imaginário do Brasil: Colônia e Império séculos XVI-XX. In: KURY, Lorelai (Org.). **Representações da Fauna no Brasil, séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014. p. 202-235.

\_\_\_\_\_.; DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

\_\_\_\_\_. História ambiental, colonização e genealogia. **História: Debates e Tendências**, v. 14, n. 1, p. 124-140, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 1, p. 166-180, jan./jun. 2016.

GERTZ, René E. **Memórias de um Imigrante Anarquista**. Porto Alegre, 1989.

GONZAGA, Armando Luiz. **Madeira: Uso e Conservação**. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

GOULART, Marilandi (Coord.). Introdução. In: **Projeto Salvamento Arqueológico do Uruguai**, Volume I. Itajaí: UNIVALI, 1997.

\_\_\_\_\_. Ambiente. In: **Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai**, Volume II, Tomos: I, II, III e IV. Itajaí: UNIVALI, 1997.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local**. Chapecó: Grifos, 1997.

HEINSFELD, Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. In: RADIN, José. C.; VALENTINI, Delmir, J.; ZARTH, Paulo, A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra e Vida: UFFS, 2015. p. 25-42.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HIRSCH, Maria Adelaide Pasquali. **Ernesto Bertaso de Verona a Chapecó**. Chapecó: Argos, 2005.

IANNI, Constantino. **Homem sem Paz**. São Paulo: Ed Civilização Brasileira, 1972.

INSTITUTO CHICO MENDES de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo:** Floresta Nacional de Chapecó, SC. Vol. I Diagnóstico. Florianópolis, 2013

KLEIN, Roberto M. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. **Selowia**, Anais Botânicos do HRB. n.12, 1960.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. SP: Martins Fontes, 1998.

LEÃO, Regina Machado. **A Floresta e o homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, 2000.

LEMOS, Carlos A.C. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Nobel, 1985.

LOPES, Sérgio. “**Estado do Iguaçu**”: A trajetória de um movimento. Revista Informe Gepec. Vol. 8, n. 2, jul./dez., 2004.

LOPONTE, Daniel; CARBONERA, Mirian; SIVESTRE, Romina. Fishtail Projectile Points from South America: The Brazilian Record. **Archaeological Discovery**, n. 3(3), p. 1-19, 2015.

LOURDEAU, Antoine; CARBONERA, Mirian; SANTOS, Marcos C. P.; HOELTZ, Sirlei; FONTUGNE, Michel; HATTÉ, Christine; SILVA, Sergio F. S. M.; ROSINA, Pierluigi; LUCAS, Livia Oliveira; DA COSTA, Amelie; FOUCHER, Cecile; RAMALHO, Juliana B.; KUCZKOVSKI, Francieli; CAMPOS, Juliano B.; VIANA, Sirlei A.; HERBERTS, Ana. **Pré-história na foz do rio Chapecó**. Cadernos do CEOM, Chapecó, v. 29, n. 45, p. 220-242, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Ed da Unicamp, 2004.

MAGRI, José Lorival et al. A implantação da primeira hidrelétrica no Alto Rio Uruguai. In: ZANIBONI-FILHO, Evoy; NUÑER, Alex Pires de Oliveira. **Reservatório de Itá**: estudos ambientais, desenvolvimento de tecnologias de cultivo e conservação da ictiofauna. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. p. 11-20.

MALAN, Alfredo. O passo de Goio-En. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, V. VII, Florianópolis, p. 272-280, 1918.

MAN YU, Chang. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro –Sul do Paraná. Londrina: IAPAR, (Boletim técnico, 22), 1988.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

MARTINS, Marcio L. **Os sabores da caça e da pesca**: história de uma família de descendentes de italianos (1947-1998). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MARTINS, Marcos Lobato. A política florestal, os negócios de lenha e o desmatamento: Minas Gerais, 1890-1950. **HALAC**, v. I, n. 1, p. 29-54, 2012.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

MONGABAY. **O que é dossel?** Disponível:  
<https://world.mongabay.com/portuguese/004.html>. Acesso em: 25 de out. de 2017.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

NODARI, Eunice Sueli; RUSCHEL, Ademir Roberto; GUERRA, Miguel Pedro; NODARI, Rubens Onofre. Evolução do uso e valorização das espécies madeiráveis da floresta estacional decidual do Alto-Uruguai, SC. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 1, n. 13, p.153-166, 2003.

\_\_\_\_\_. **Etnicidades Renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Editora da UFSC, Florianópolis. 2009.

\_\_\_\_\_. Unidades de Conservação de Proteção Integral: solução para a preservação? Floresta com Araucárias em Santa Catarina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, 2011.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Miguel M. X. O problema do desmatamento da floresta com araucária considerando escalas de tempos mais amplas. VALENTINI, Delmir J.; MURARO, Valmir F. (Org.). **Colonização, conflitos e convivência nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó, 2015. p. 293-317.

OLIVEIRA, Francisco A. Xavier. **Anais do município de Passo Fundo**. Passo Fundo-RS, UPF, Vol. I, 1990.

ONGHERO, André Luiz. **Nova Erechim**: da colonização à emancipação. Nova Erechim, SC: Prefeitura Municipal de Nova Erechim, 2014.

PÁDUA, José Augusto de. As bases teóricas da história ambiental. **Revista Estudos Avançados**, n. 68, p. 81-101, 2010.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. O relevo do território catarinense. **GEOSUL**, n. 2 – 2º sem, p. 07-69, 1986.

PIAZZA, Walter. **Santa Catarina**: sua história. Lunardelli: Florianópolis, 1983.

\_\_\_\_\_. **A colonização de Santa Catarina**. Lunardelli: Florianópolis, 1994.

POLI, Jacir. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CEOM. (Org.). **CEOM: 20 Anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina**. 23. ed. Chapecó: Argos, p. 149-187, 2006.

\_\_\_\_\_. Revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná. In: RADIN, José. C., VALENTINI, Delmir. J., ZARTH, Paulo (Org.) A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra e Vida: UFFS, 2015. p. 249-270.

PRATES, Arlene M. Maykot; MANZOLLI, Judite Irene; MIRA, Marly A. Fortes Bustamente. **Geografia Física de Santa Catarina**. Florianópolis. Ed. Lunardelli, 1989.

RADIN, José Carlos. **Representações da Colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_; SALINI, Ademir Miguel. O Instituto Nacional do Pinho e a Indústria Madeireira no Oeste de Santa Catarina. **Revista Professare**, Caçador, v. 4, n. 3, p. 21-46, 2015.

RAMBO, Balduino. **A Fisionomia do Alto Uruguay: uma viagem de estudos**. Separata do Relatório do Ginásio Anchieta. 1935.

REITZ, Raulino; KLEIN, Roberto. M.; REIS, Ademir. Projeto madeiras de Santa Catarina. **Florianópolis: Lunardelli, 1979**.

RENK, Arlene. **A Luta Da Erva**. Chapecó: Grifos, 1997.

\_\_\_\_\_. **Dicionário nada convencional**. Chapecó: Argos, 2003.

\_\_\_\_\_. **Narrativas da Diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Luta Da Erva**. 2.ed. Rev. Chapecó: Grifos, 2006.

RODRIGUES, Márcio Luiz. **Colonos e Colonizadoras no Oeste de Santa Catarina: A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil na seção Anta Gorda (1930-1960)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, 2016.

ROSSETO, Santo. Síntese histórica da região oeste: Para uma História do Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**, n.10, p. 7-15. 1995.

ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro: A herança dos antepassados**. 4. ed. Porto Novo: Porto Novo, 2012.

SALINI, Ademir Miguel; ONGHERO, André Luiz. Extração e comércio da madeira no Oeste de Santa Catarina - Brasil. **Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos**, v. 1 n. 2, p. 103-108, 2015.

\_\_\_\_\_; CARBONERA, Mirian. Colonização e as transformações da paisagem no Oeste Catarinense na primeira metade do século XX. **Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos**, v. 3 n. 2, p. 01-20, 2017.



SANTA CATARINA. **Decreto de Lei 132**. Relatório apresentado em outubro de 1938 ao exmo.sr. Presidente da República, pelo Dr., Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, 1938.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EdUsp, 2004.

SANTOS, Nelso dos. **Balsas e Balseiros do Uruguai**: Reflexões e impactos para a historiografia de Nonoai. Chapecó: Estampa, 2005.

SCHEIBE, Luiz Fernando. **A Geologia De Santa Catarina**: Sinopse Provisória. **Geosul**, n.9, p. 1-19, 1986.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; FERRASSO, Suliano. Caça, pesca e coleta de uma aldeia Guarani. CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio. (Orgs.). **Antes do Oeste Catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Editora Argos, Chapecó, 2011. p. 139-166.

SEVEGNANI, Lucia; SCHROEDER, Edson (Orgs.). **Biodiversidade Catarinense**: característica, potencialidades e ameaças. Blumenau: Edifurb, 2013.

\_\_\_\_\_; LAPS, Rudi Ricardo; SCHROEDER, Edson. O Oeste. In: SEVEGNANI, Lucia; SCHROEDER, Edson. **Biodiversidade Catarinense**: característica, potencialidades e ameaças. Blumenau: Edifurb, 2013. p.173-196.

SILVA, Claiton Marcio; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel M. X. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agrossistemas. In: RADIN, José. C., VALENTINI, Delmir. J., ZARTH, Paulo (Org.) A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra e Vida: UFFS, 2015. p. 271-297.

\_\_\_\_\_; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira. P. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André; RENK, Arlene; SALINI, Ademir. M. (Orgs.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó: Argos, 2017. p. 181-214.

SILVA, Zedar Perfeito da. **O Oeste catarinense**. Rio de Janeiro: Laement, 1950.

\_\_\_\_\_. **Chapecó e Joaçaba**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1952.

SILVESTRIN, Alvíro Sartori. **Pioneiros da madeira**. Chapecó: Polyart e Editora Ltda, 2009.

SOUZA, Aníbal P. de. A lenha como base do progresso industrial. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. Ano 3, n.3. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Pinho, 1950.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SPESSATTO, Mary B. (Org.). **O Diário de Fritz Plaumann**. Argos, Chapecó, 2001.



- TISSIANI, Ana Luiza. **Experiências, Dificuldade e Sonhos**: a história de vida de Hermínio Tissiani. 2000. Monografia (Pós-Graduação em História) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2000.
- URBAN, Teresa. **Saudade do matão**: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letras e Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.
- KURY, Lorelai. Animais e História. In: KURY, Lorelai (Org.). **Representações da Fauna no Brasil, séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014. p. 08-11.
- VELDEN, Felipe F. Vander. Multiplica-se muito nestas terras: os animais domésticos europeus na América Portuguesa, séculos XVI-XVIII. In: KURY, Lorelai (Org.). **Representações da Fauna no Brasil, séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014. p. 14-39.
- VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.
- WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização Europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Ano XI, n. 2, Rio de Janeiro, p. 159–198, 1949.
- WELTER, Liane. **O espaço geográfico do oeste catarinense e sua cartografia ambiental**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- WENTZ, Liliane Irma Mattje. **Os caminhos da Madeira**: região norte do Rio Grande do Sul (1902-1950). Passo Fundo: UPF. 2004.
- WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.
- WILLIAMS, Michael. **Deforesting the Earth**: from prehistory to global crisis: an abridgment. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n. 87, p. 11-73, 1990.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.198-215, 1991.
- \_\_\_\_\_. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente e Sociedade**, v. VI, n. 2, p. 23-44, 2003.

ZANIBONI-FILHO, Evoy et al. Alterações espaciais e temporais da estrutura da comunidade de peixes em decorrência da implantação do reservatório de Itá (Alto Rio Uruguai). In: ZANIBONI-FILHO, Evoy; NUÑER, Alex Pires de Oliveira.

**Reservatório de Itá:** estudos ambientais, desenvolvimento de tecnologias de cultivo e conservação da ictiofauna. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. p. 21-48.

## 7. FONTES

### 7.1 FOTOGRAFIA

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - Caçada em Palmitos no oeste catarinense [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - Floresta Estacional Decidual no alto Uruguai, década de 1920. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - Mata de Araucária. Oeste catarinense, década de 1960. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - Mapa das terras da Colonizadora Bertaso com localização das duas regiões fitoecológicas, 1941. 1 fotografia. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - Atividade de pesca em Caibi no oeste catarinense [19--]. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - Plantação em meio a mata derrubada, São Miguel do Oeste na década de 1930. 1 fotografia, p&b. Acervo.

MUSEU FRITZ PLAUMANN - Arando a terra no oeste catarinense, entre as décadas de 1940 -1950. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - Grupo de colonos em meio a mata no corte e desdobre da madeira com método manual em Chapecó SC, década de 1930. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - Balsa no rio Uruguai na década de 1940. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - Guia de exportação de madeira por via fluvial, 1955. 1 fotografia. Acervo.

FLORESTA NACIONAL DE CHAPECÓ - Sede da FLONA Chapecó na década de 1960. 1 fotografia, p&b. Acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA - Reportagem do Jornal Oestão, 1979. 1 fotografia, p&b. Acervo.

### 7.2 DEPOIMENTOS ORAIS

CREMONINI, João. Entrevista concedida a André Luiz Onghero. Nova Erechim, 2009. Acervo CEOM/Unochapecó.

GRANDO, Alfredo Jandir. Entrevista concedida a Eli Maria Bellani, 1983. Acervo CEOM/Unochapecó.

HINNING, Justina Pandolfo. Depoimento escrito concedido a André Luiz Onghero. Nova Erechim, 2013. Acervo CEOM/Unochapecó.

LUZZI, João. Entrevista concedida a Paulo Luzzi e Ademir Miguel Salini. União do Oeste, 2014. Acervo CEOM/Unochapecó.

ROTAVA, Olívio. Entrevista concedida a Pedro Uczai e Arlene Renk. Chapecó, 1989. Acervo CEOM/Unochapecó.

SARTORI, Moacir. Entrevista concedida a Cibele Stanga. Chapecó, 2003. Acervo CEOM/Unochapecó.

TRENTIN, Severino, Entrevista concedida a Antônio Chiarello e Hilda Kriger. Chapecó, 1984. Acervo CEOM/Unochapecó.

### 7.3 JORNAIS

A FÔLHA D' OESTE. 05/09/1970. Acervo CEOM/Unochapecó.

A FÔLHA D' OESTE. Precisamos salvar as terras mais férteis do estado. 24/05/1970. Acervo CEOM/Unochapecó.

A FÔLHA D' OESTE. Reflorestamento para serradores. 19/07/1969. Acervo CEOM/Unochapecó.

A VOZ DE CHAPECÓ. 17/10/1948. Acervo CEOM/Unochapecó.

A VOZ DE CHAPECÓ. 18/07/1948. Acervo CEOM/Unochapecó.

A VOZ DE CHAPECÓ. 1939. Acervo CEOM/Unochapecó.

A VOZ DE CHAPECÓ. 20/02/1949. Acervo CEOM/Unochapecó.

A VOZ DE CHAPECÓ. Danificação da Floresta. 03/11/1946. Acervo CEOM/Unochapecó.

A VOZ DE CHAPECÓ. O problema florestal. 1950. Acervo CEOM/Unochapecó.

CORREIO DO SUL. 1978. Acervo CEOM/Unochapecó.

JORNAL DO OESTE. A Caça de Animais Selvagens no Brasil. Chapecó, 1948. Acervo CEOM/Unochapecó.

O IMPARCIAL. “Cuidado com o fogo”. 02/08/1953. Acervo CEOM/Unochapecó.

O IMPARCIAL. “Marmeladas no Instituto do Pinho: negociatas e roubo grosso”. 13/04/1952. Acervo CEOM/Unochapecó.

O OESTÃO. “Nossas Matas”. 17/03/1979. Acervo CEOM/Unochapecó.

O OESTÃO. A ecologia está sendo alterada. Desmatamento e poluição em nome do “progresso”. 13/03/1979. Acervo CEOM/Unochapecó.

O OESTÃO. Degradação do ambiente rural. 1979. Acervo CEOM/Unochapecó.

XAPECÓ. Editado pela Colônia Militar de Xanxerê. (Sem nome de reportagem) 22/04/1892. Acervo Biblioteca Digital de Santa Catarina. Disponível: <<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/xapeco/xap1892001>>

#### 7.4 OUTROS (DOCUMENTAÇÃO OFICIAL)

CONTRATO de compras de árvores, 1941. Acervo CEOM/Unochapecó.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1950.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1970.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1991.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1918.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1941.

LIVRO – Intrusos da Colonizadora Bertaso, 1918 a 1925. Acervo CEOM/Unochapecó.

LIVRO DE ATAS DO SERVIÇO DO RIO URUGUAI (SRU), 1948 a 1953. Acervo CEOM/Unochapecó.

LIVRO de Escritura de Terras da Colonizadora Bertaso, 1925. Acervo CEOM/Unochapecó.

MEMORIAL DESCRITIVO DA EMPRESA COLONIZADORA BERTASO, 1940. Acervo CEOM/Unochapecó.

OFÍCIO A AGENCIA FLORESTAL, 1949. Acervo CEOM/Unochapecó.

OFÍCIO ao Agente Florestal de Chapecó, 1941. Acervo CEOM/Unochapecó.

OFÍCIO DA COOPERATIVA MADEIREIRA VALE DO URUGUAI, 1948. Acervo CEOM/Unochapecó.

OFÍCIO DA DELEGACIA FLORESTAL REGIONAL, 1953. Acervo CEOM/Unochapecó.

OFÍCIO da Procuradoria Fiscal do Estado de Santa Catarina, 1921. Acervo CEOM/Unochapecó.

OFÍCIO da Serraria Bertaso, Corradi e Sartori & CIA LTDA, 1950. Acervo CEOM/Unochapecó.

PROCESSO DE AÇÃO SUMMARIANA POSSESSÓRIA, 1922. Acervo CEOM/Unochapecó.

PROTESTO JUDICIAL, 1951. Acervo CEOM/Unochapecó.

RECIBOS da Olaria Santa Maria, 1959 – 1961. Acervo CEOM/Unochapecó.

REGISTRO da Diretoria Geral de Estatística (DGE), 1919. Acervo CEOM/Unochapecó.

RELATÓRIO TÉCNICO de desempenho da Serra Disston, 1951. Acervo CEOM/Unochapecó.

REVISTA Celeiro Catarinense, 1970. Acervo CEOM/Unochapecó.

REVISTA PIONEIROS CATARINENSE. 1992, Acervo CEOM/Unochapecó.

TELEGRAMA MUNICIPAL. 1935, Acervo CEOM/Unochapecó.

TERMO DE VISTORIA DO AGENTE FLORESTAL, 1945. Acervo CEOM/Unochapecó.